



32

**CONJUNTURA
ECONÔMICA
GOIANA**

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Boletim trimestral
Março - 2015

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
GOIÁS

Juntos, já fizemos muito e faremos mais.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Thiago Mello Peixoto

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL

Clécia Ivânia Rosa Satel, Edson Roberto Vieira, Eduardo Santos Araújo, Eduiges Romanatto, Guilherme Resende Oliveira, Jeferson de Castro Vieira, Júlio Alfredo Rosa Paschoal, Lillian Maria Silva Prado, Luiz Batista Alves, Marcos Fernando Arriel, Murilo José de Souza Pires, Paulo Borges Campos Jr, Priscila Midori Miyashita, Sérgio Borges Fonseca Júnior e Sérgio Duarte de Castro.

COORDENAÇÃO

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais
Juliana Dias Lopes e Marcos Fernando Arriel

EQUIPE DE CONJUNTURA

Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, João Quirino Rodrigues Júnior, Juliana Dias Lopes, Lillian Maria Silva Prado, Marcos Fernando Arriel, Millades de Carvalho Castro, Paulo Jackson Bezerra Vianna e Sueide Rodrigues de Souza Peixoto

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Jaqueline Vasconcelos Braga

PUBLICAÇÃO VIA WEB

Vanderson Soares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 32 (2004-).
Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás,
2015. 88 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338

5	Apresentação
7	Economia Goiana no Ano de 2014
21	Os Fluxos Migratórios do Estado de Goiás no Período Recente: 1986-2010
37	Arranjo Produtivo Local: o setor de confecções em Goiás
51	Arranjo Produtivo Local – Turismo: Análise dos Benefícios Econômicos do Subsetor de Hospedagem em Pirenópolis – GO
63	Produção de Feijão nos Sistemas de Plantio Direto e Convencional no Município de Água Fria de Goiás (GO)
77	Indicações Geográficas: Potencialidades do Mel do Território do Jalapão, Estado do Tocantins, Brasil
87	Normas para publicação de artigos

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

APRESENTAÇÃO

Com satisfação, estamos entregando aos nossos leitores mais uma edição do Boletim Conjuntura Econômica Goiana, a de número 32. Esta edição marca uma importante alteração nos propósitos iniciais do boletim. Seu foco está sendo ampliado para a temática socioeconômica referente a todo o país, assim, deixou de privilegiar somente o Estado de Goiás. Essa atualização dos objetivos iniciais da revista integra uma série de ações que estamos levando a efeito no intuito de melhorar a qualificação do boletim, dos artigos publicados e da relevância da publicação. Outra ação nessa linha é a ampliação do Conselho Editorial do boletim já a partir do próximo número.

O fato é que, no decorrer desses onze anos da criação do boletim, como não poderia ser diferente, muitas melhorias foram sendo adicionadas à idéia inicial.

Nesta edição, um pouco mais enxuta, a publicação apresenta, após a análise da conjuntura goiana do ano de 2014, cinco artigos: O primeiro - *Os fluxos Migratórios do Estado de Goiás no Período Recente: 1986-2010* - analisa os fluxos migratórios ressaltando as origens e os destinos dos migrantes.

Os dois artigos seguintes tratam de arranjos produtivos. O primeiro, *Arranjo Produtivo Local: o setor de confecções em Goiás* foca no setor de confecções do Estado, mais especificamente no mercado de trabalho dos sete APLs de confecções, integrados por 74 municípios goianos. O outro, *Arranjo Produtivo Local - Turismo: Análise dos Benefícios Econômicos do Subsetor de Hospedagem em Pirenópolis/GO*, teve como objetivo analisar o APL do turismo com ênfase no crescimento e nos benefícios econômicos do subsetor de hospedagem para a cidade de Pirenópolis.

Os dois últimos artigos da presente edição fazem referência ao setor do agronegócio sendo que o primeiro deles - *Produção de Feijão nos Sistemas de Plantio Direto e Convencional no Município de Água Fria de Goiás/GO* - analisa e compara economicamente a cultura de feijão nos sistemas de plantio direto e convencional.

O último artigo - *Indicações Geográficas: Potencialidades do Mel do Território do Jalapão, Estado do Tocantins, Brasil* - tem como foco a região do Jalapão, portanto trata-se do primeiro artigo deste boletim que se adéqua às novas regras de ampliação do foco para os demais estados brasileiros. O artigo expõe os aspectos e as características diferenciadas que podem sugerir que o mel de Jalapão venha a ser um produto com Indicação Geográfica (IG), ou seja, o registro que confere qualidades específicas de um produto vinculadas a um local.

Assim, com a finalização de mais uma publicação do boletim trimestral, deixamos registrada aqui nossa expectativa de poder continuar contando com os colaboradores na continuidade dessa importante revista, e nossos agradecimentos aos que tornaram possível fechar mais esta edição.

Lillian Maria Silva Prado
Superintendente do IMB

**Economia Goiana no
Ano de 2014**

Equipe de Conjuntura - IMB*

Diante de um ambiente externo e interno desafiador, o cenário macroeconômico brasileiro recente não se mostra muito favorável a grandes melhorias, devido ao baixo crescimento do PIB e às incertezas no mercado, inflação alta pressionada pelos preços administrados, baixo volume de chuva que afeta a geração de energia e o abastecimento de água para o consumo, principalmente na região Sudeste brasileira. Porém, há mudanças sensíveis que demonstram uma sinalização de possíveis melhoras, como a depreciação do real, a expansão da economia americana e o estímulo na economia chinesa devido, principalmente, à expansão do consumo.

Após um período longo de políticas econômicas expansionistas, utilizando-se de aumento do crédito, redução de juros e desoneração de impostos para sair da crise mundial de 2008 e 2009, a economia brasileira dá sinais de estagnação. Conforme dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro cresceu abaixo de 2% na média dos últimos quatro anos e com tendência de queda. De acordo com os últimos dados disponíveis, o terceiro trimestre de 2014 fechou com expansão de 0,2%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Pela ótica da produção houve expansão de 0,9% nos setores da agropecuária e serviços, e redução de 1,4% no setor industrial, provocado pela retração na construção civil (-3,3%) e indústria de transformação (-1,8%). Estas duas atividades industriais têm sofrido forte impacto da instabilidade econômica e baixo investimento, o que pode ser comprovado pela queda de 7,4% na formação bruta de capital fixo naquele trimestre.

Quanto à inflação, o aumento dos preços de alimentos e de habitação fez com que a inflação oficial do país, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulasse alta de 6,41% em 2014, a maior desde 2011. Para o ano de 2015 o mercado projeta inflação superior a 6%, que será influenciada pela elevação dos preços administrados, como energia elétrica e combustível, conforme sondagem do Banco Central do Brasil.

* Alex Felipe Rodrigues Lima, Clécia Ivânia Rosa Satel, Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, João Quirino Rodrigues Júnior, Juliana Dias Lopes, Marcos Fernando Arriel, Millades Carvalho de Castro, Paulo Jackson Bezerra Vianna, Sueide Rodrigues de Souza Peixoto.

A combinação de um ambiente interno instável, com a diminuição da demanda no mercado internacional por *commodities* impactou a balança comercial brasileira de 2014. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a balança fechou em déficit de US\$3,9 bilhões, depois de 13 anos obtendo superávit. Este resultado se deu devido à queda no preço das *commodities*, principalmente do minério de ferro que recuou quase 50% no ano e à crise econômica na Argentina, país que é um dos principais compradores dos produtos nacionais.

Economia goiana

Apesar de um cenário não muito bom, Goiás ainda tem um retrospecto muito acima da média nacional. Entre 2010 e 2014, o PIB goiano cresceu, em termos reais, a uma taxa média de 4,4% ao ano, desempenho acima do nacional, que ficou em 1,6%. Este bom desempenho posiciona Goiás no 9º lugar entre as economias estaduais.

Segundo as estimativas do Instituto Mauro Borges (IMB), o PIB goiano alcançou em 2014 um montante de R\$ 144,276 bilhões, valor este que equivale a uma participação de 2,8% no PIB brasileiro. A taxa estimada de crescimento para este ano ficou em 2%, portanto, novamente acima da média nacional que tem previsões próximas a zero. A seguir são apresentados os resultados do desempenho da economia goiana das principais atividades produtivas. Adicionalmente é apresentado o comportamento do emprego formal e das operações de crédito em Goiás referente ao ano de 2014.

Agropecuária

O setor agropecuário, formado pela agricultura e pecuária, possui comportamento diferenciado por apresentar oscilações de maior magnitude, principalmente devido às condições climáticas, o que modifica a estrutura de oferta e também dos preços. Nesse sentido, a agropecuária goiana registrou queda de 3,3% no terceiro trimestre de 2014, último dado disponível.

Na observação da agricultura, percebe-se que os maiores recuos ocorreram na lavoura temporária, na produção de arroz, cana-de-açúcar, soja, e tomate, os quais juntos respondem por 78% dessa lavoura. No caso da lavoura permanente houve crescimento no grupo, entretanto, as quantidades produzidas de banana e café apresentaram leve redução, mas não sendo suficiente para reverter a variação positiva da lavoura permanente.

A pecuária apresentou pequeno incremento no trimestre para os rebanhos de bovinos, aves e suínos. Cabe destacar que a cotação média da arroba bovina tem registrado os maiores valores da série desde agosto de 2014, seguindo a tendência nacional, o que pode afetar positivamente o comportamento do abate bovino nos próximos trimestres.

A safra de grãos do Estado de Goiás, conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), posição de janeiro de 2015, aumentou 9,0% em 2014 - 19,817 milhões de toneladas, ante 18,184 milhões de toneladas colhidas em 2013. O aumento foi impulsionado pelo crescimento na produção de milho (18,6%), algodão (29,0%) e feijão (8,1%) (Tabela 1). Em linhas gerais, houve aumento na produção, na área plantada e

colhida, mas verificou-se um decréscimo no rendimento médio das principais culturas do Estado (soja e cana-de-açúcar).

Tabela 1 – Estado de Goiás: Produção dos principais produtos agrícolas – 2013-2014

Produto	Produção (t) 2013	Produção (t) 2014	Varição 2014/2013 (%)
Algodão herbáceo	204.285	263.539	29,0
Arroz	148.659	139.072	-6,4
Banana	193.880	196.104	-0,4
Café	16.111	14.599	-8,3
Cana-de-açúcar	69.307.411	69.116.761	-0,3
Feijão	289.921	313.439	8,1
Girassol	5.677	8.228	44,9
Laranja	130.062	143.770	10,5
Mandioca	167.358	176.191	5,3
Milho	7.690.418	9.122.806	18,6
Soja	8.902.769	8.873.317	-0,3
Sorgo	923.069	1.053.954	14,2
Tomate	1.329.797	1.025.567	-22,9
Trigo	19.543	43.353	121,8

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola- LSPA/IBGE. Posição em janeiro/2015.
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO /Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Indústria

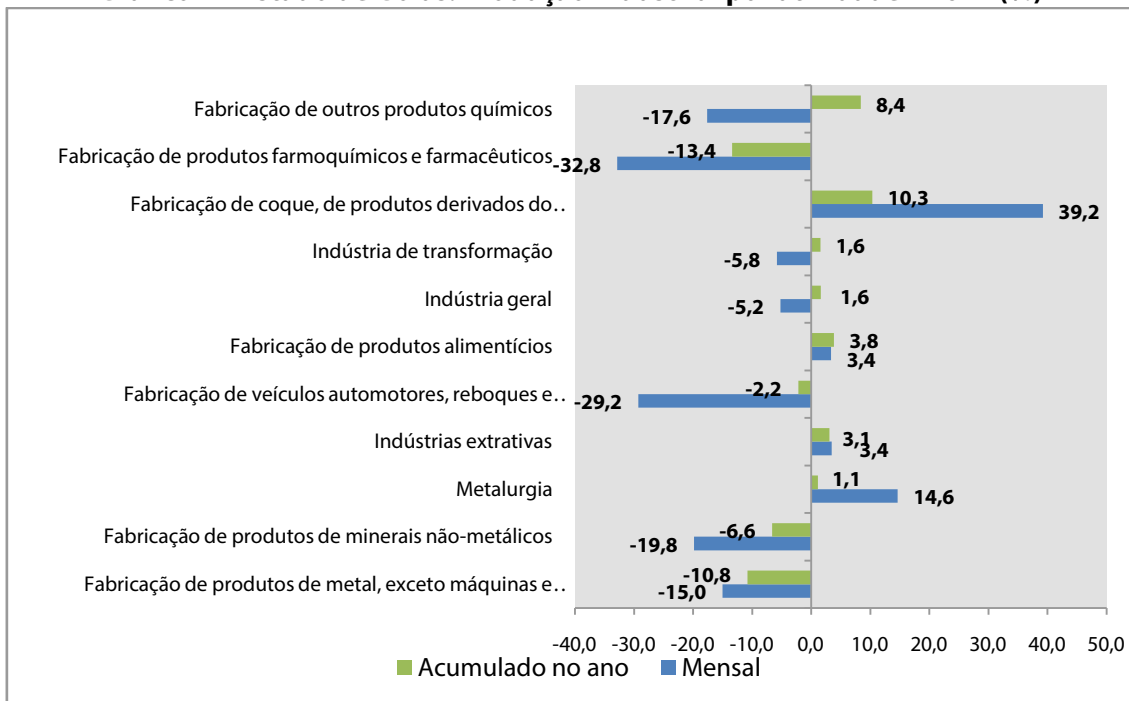
Conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, a indústria goiana (de transformação e extrativa mineral) apresentou expansão de 1,6%, contra uma queda de 3,2% na média nacional. Cinco setores dos nove investigados contribuíram para o resultado de forma positiva.

As contribuições positivas vieram de produtos alimentícios (3,8%) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (10,3%). Nessas atividades sobressaíram os avanços na fabricação de açúcar cristal, carnes de bovinos frescas ou refrigeradas, leite em pó, tortas, bagaços, farelos e outros resíduos da extração do óleo de soja e óleo de soja refinado e em bruto, no primeiro ramo; e de biodiesel e álcool etílico, no segundo. As demais expansões vieram das atividades de outros produtos químicos (8,4%), de indústrias extrativas (3,1%) e de metalurgia (1,1%).

Por outro lado, a atividade de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-13,4%) exerceu o principal impacto negativo sobre o total da indústria goiana, pressionada pela menor produção de medicamentos. As demais pressões negativas vieram de produtos de minerais não-metálicos (-6,6%), de produtos de metal (-10,8%) e de veículos automotores, reboques e carrocerias (-2,2%), explicadas, principalmente, pela menor fabricação de ladrilhos, placas e azulejos de cerâmica para pavimentação ou revestimento e massa de concreto preparada para construção, no primeiro ramo; de estruturas de ferro e aço em

chapas ou em outras formas, no segundo; e de veículos para o transporte de mercadorias e automóveis a diesel, no último, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Estado de Goiás: Produção Industrial por atividade – 2014 (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/ Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Dado o fechamento do resultado para o mês de dezembro/14, constatou-se que a produção industrial goiana apresentou crescimento inferior ao ano de 2013 (5,3%). No entanto, o desempenho industrial de Goiás figura entre os maiores crescimentos do ano entre as unidades pesquisadas, 4º lugar. O resultado global foi Impulsionado sobremaneira pelo aumento na fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis e de produtos alimentícios. O resultado para a produção industrial goiana poderia ter sido mais robusto, porém, segmentos importantes na estrutura industrial apresentaram comportamento de queda no decorrer do ano, quais sejam fabricação de medicamentos, veículos automotores e de máquinas e equipamentos.

Comércio

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, o comércio varejista goiano registrou expansão de 1,4%, em 2014. Resultado menor do que o apresentado em 2013 em relação a 2012, que foi de 4,6%. O fraco desempenho é justificado pela desaceleração no ritmo do consumo que estava em forte expansão nos últimos anos. A queda no consumo está ligada à moderação do crescimento da renda, influenciada pelo menor reajuste do salário mínimo, alta generalizada de preços de diversos produtos (inflação) e ainda pelo crescimento do endividamento das famílias.

Dentre as oito atividades do varejo, cinco registraram taxas positivas, em relação ao ano anterior. Em sentido contrário três apresentaram resultados negativos, cujos comportamentos serão descritos a seguir. O comércio varejista ampliado teve recuo de 6,2% em volume e recuo de 1,5% na receita nominal; no ano a taxa acumulada em volume foi de -2,3% e da receita nominal positiva, 2,7% (Tabela 2).

Tabela 2 - Brasil e Estado de Goiás: Variação do volume de vendas no comércio varejista - 2014 (Base: Igual mês do ano anterior = 100)

Segmentos	Variação (%)							
	Brasil				Goiás			
	Variação Mensal			Acumulado no Ano	Variação Mensal			Acumulado no Ano
	out/14	nov/14	dez/14		out/14	nov/14	dez/14	
Comércio Varejista Geral	2,2	1,4	0,3	2,2	4,2	0,5	-5,6	1,4
Combustíveis e lubrificantes	2,2	0,1	2,0	2,6	8,8	8,8	0,1	0,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,9	-1,4	-0,9	1,3	4,1	-11,8	-11,2	-3,1
Hipermercados e supermercados	1,9	-1,1	-0,9	1,3	4,4	-11,9	-11,5	-3,3
Tecidos, vestuário e calçados	0,6	1,8	-3,4	-1,1	-1,5	1,4	-4,7	3,1
Móveis e eletrodomésticos	-1,8	2,3	-3,6	0,6	0,1	8,3	-4,3	1,6
Móveis	-4,7	-4,2	-5,1	0,5	-8,9	-3,7	-13,7	-0,3
Eletrodomésticos	-0,4	5,2	-2,9	0,9	3,2	12,5	-1,0	1,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,8	6,0	8,0	9,0	14,1	9,3	-4,5	17,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-13,6	-5,2	-9,6	-7,7	-17,3	7,1	-16,0	-3,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,3	5,6	7,4	-1,7	-10,4	21,3	54,3	6,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	5,2	11,7	7,5	7,9	17,2	27,0	4,7	18,2
Comércio varejista ampliado geral	-2,3	-2,4	-2,2	-1,7	2,0	-2,7	-6,2	-2,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	-11,2	-9,5	-8,6	-9,4	-1,1	-5,9	-7,6	-7,0
Material de construção	-0,2	-2,4	1,1	0,0	4,1	-4,7	-4,7	-1,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2015.

O resultado negativo do varejo goiano em dezembro/2014 foi puxado pela queda nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria (-16,0%); Móveis (-13,7%) e Hipermercados e supermercados (-11,5%). Esse arrefecimento nas atividades do varejo é explicado pela moderação do consumo das famílias ao longo do ano, provocada em parte pela desaceleração do crescimento da massa real de rendimento que em 2014 expandiu apenas 1,4%, contra 2,4% em 2013, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego.

O segmento de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação em Goiás liderou as vendas, com expansão de 54,3% em dezembro, sobre igual mês do ano passado. A taxa acumulada no ano para este segmento atingiu 6,6%. O segmento de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos apresentou a segunda

maior taxa no fechamento do ano (17,1%), embora tenha recuado em dezembro (-4,5%). Os fatores explicativos desse desempenho estão relacionados à variação de preços dos medicamentos abaixo do índice geral de preços do IPCA e, também, devido ao caráter de uso essencial desses produtos.

Os maiores destaques positivos em dezembro em volume ocorreram nos segmentos de: equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, taxa de crescimento de 54,3%, fechando o ano em 6,6%. O bom desempenho deve-se à concessão de benefícios fiscais providos da União com a Lei da Informática, que reduziu o IPI para 80,0% e a uma política fiscal do Estado de Goiás, que concede crédito outorgado relativo ao ICMS desde 2013 para a indústria fabricante de equipamentos de informática, para os beneficiário do Programa Produzir; e Outros artigos de uso pessoal e doméstico com 4,7%, que engloba atividades de lojas de departamentos, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos. No ano a atividade cresceu 18,2% devido à diversidade de itens comercializados, favorecida ainda pelos picos de vendas em datas especiais, como o período natalino. O segmento de Combustíveis e lubrificantes também apresentou resultado positivo em dezembro, com leve aumento em 0,1% e no ano de 0,6%, influenciado pelo comportamento dos preços cujo aumento no ano foi de 4,9%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Com relação ao comércio exterior, as exportações goianas fecharam o ano de 2014 com valor de US\$ 6,979 bilhões (Tabela 3). O número representa decréscimo de 0,89% em comparação com o ano de 2013. As importações totalizaram US\$ 4,419 bilhões, apresentando decréscimo de 8,69% na mesma comparação. Por outro lado, o saldo da balança comercial goiana foi positivo em US\$ 2,560 bilhões e a corrente de comércio somou US\$ 11,399 bilhões.

Para 2014, as exportações representaram no PIB goiano 12,4%, sendo que em meados da década passada essa participação era cerca de 8%. Ou seja, a sua importância na geração de emprego e renda aumentou.

Tabela 3 - Estado de Goiás: Balança Comercial (1.000 US\$ FOB)

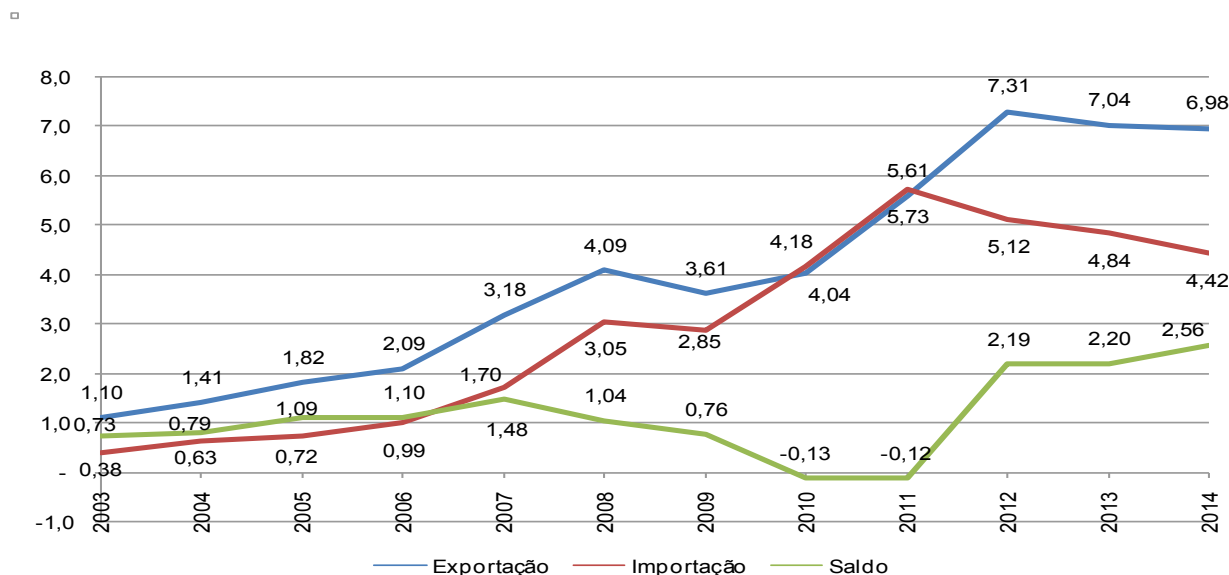
Produto	2013	2014	Varição 2014/2013 (%)
Exportação	7.042.673	6.979.884	-0,89
Importação	4.840.009	4.419.226	-8,69
Saldo	2.202.665	2.560.658	16,25
Corrente de Comércio	11.882.682	11.399.110	-4,07

Fonte: MDIC.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2015.

A tendência histórica das exportações goianas é de crescimento (Gráfico a seguir), contudo desde 2012 ocorre leve queda. Em 2014, isto se deveu à desaceleração da economia chinesa que diminuiu suas encomendas do complexo minério, bem como impôs um embargo às exportações de carne bovina brasileira, atingindo indiretamente Goiás. Além disso, os preços das *commodities* vêm apresentando queda no mercado internacional.

Gráfico 2 - Estado de Goiás: Balança Comercial - 2003/2014 (Em bilhões US\$ FOB)



Fonte: MDIC.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2015.

Seguindo o histórico das exportações goianas, os principais produtos exportados em 2014 foram *commodities* do complexo soja (US\$ 2,326 bilhões ou 33,3% de participação), do complexo carne (US\$ 1,629 bilhão ou 23,4%) e do complexo de minério (US\$ 1,356 bilhão ou 19,4%). Ainda, no complexo de carnes, a carne bovina merece destaque com US\$ 1,02 bilhão exportado ou participação de 14,6% nas exportações, e no de minério o destaque foram ferroligas com US\$ 589 milhões ou 8,4% de participação. Finalmente, o milho e seus derivados também apresentaram destaque com 8,2% de participação nas exportações com valor de US\$ 569 milhões.

Os principais destinos das exportações goianas em 2014 foram, na ordem, China US\$ 1,884 bilhão (26,99%), Países Baixos (Holanda) US\$ 651,493 milhões (9,3%), Rússia US\$ 429,141 milhões (6,15%), Hong Kong US\$ 337 milhões (4,8%), Índia US\$ 248,295 milhões (3,5%), Egito US\$ 214,702 milhões (3,1%) e EUA US\$ 209,732 milhões (3%).

No período de janeiro a dezembro de 2014, as principais empresas exportadoras foram: Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A. US\$ 711.528 milhões (10,19%), JBS S.A. US\$ 697,190 milhões (10%), BRF - Brasil Foods S.A. US\$ 600,491 milhões (8,6%), Cargill Agrícola S.A. US\$ 443,894 milhões (7,1%), Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A. US\$ 435,777 milhões (6,2%).

No ranking das exportações por Unidades da Federação, Goiás é o 11º com participação de 3,1% contra uma participação de 2,9% em 2013.

Quanto às exportações por fator agregado, Goiás exportou, em 2014, 74% de produtos básicos e 26% de industrializados. Em 2013 a proporção foi de 75% e 25%, respectivamente.

No tocante às importações, 51% estão ligados a produtos farmacêuticos ou químicos, algo em torno de US\$ 1,8 bilhão, seguido de produtos ligados à indústria automobilista, 73%, ou algo em torno de US\$ 1,5 bilhão; 5% é o restante de importações.

Tabela 4 - Estado de Goiás: Principais produtos exportados – 2013 - 2014

Produto	2014 (jan/dez)			2013 (jan/dez)			2014/2013 Var. (%)
	US\$ FOB	Part. (%)	Kg Líquido	US\$ FOB	Part. (%)	Kg Líquido	
Exportação	6.979.883.720	100,00	9.436.167.658	7.042.673.945	100,00	9.615.921.365	-0,89
Complexo soja	2.326.677.111	33,33	4.538.665.507	2.392.855.755	33,98	4.487.895.678	-2,77
Complexo carne	1.629.571.064	23,35	459.334.589	1.584.822.198	22,50	504.483.000	2,82
Carne bovina	1.022.644.405	14,65	214.917.903	853.373.213	12,12	191.634.136	19,84
Carne avícola	424.459.854	6,08	194.497.729	527.517.314	7,49	238.814.438	-19,54
Carne de suínos	172.691.173	2,47	46.816.069	190.994.929	2,71	69.733.739	-9,58
Outras carnes	9.775.632	0,14	3.102.888	12.936.742	0,18	4.300.687	-24,44
Complexo minério	1.356.364.746	19,43	476.017.668	1.322.035.382	18,77	519.782.205	2,60
Ferroligas	589.534.271	8,45	86.771.832	519.231.288	7,37	83.701.741	13,54
Sulfetos de minérios de cobre	435.777.789	6,24	226.728.330	477.536.551	6,78	214.607.503	-8,74
Ouro	233.364.017	3,34	6.573	220.220.349	3,13	4.875	5,97
Amianto	87.024.285	1,25	129.767.400	88.353.662	1,25	125.832.002	-1,50
Outros minérios	10.664.384	0,15	32.743.533	16.693.532	0,24	95.636.084	-36,12
Milho e derivados	569.116.942	8,15	2.995.471.156	722.611.438	10,26	3.143.761.141	-21,24
Couros	427.573.815	6,13	77.268.226	314.243.242	4,46	67.064.205	36,06
Açúcares	318.098.093	4,56	738.726.714	328.298.045	4,66	710.428.464	-3,11
Algodão	49.037.740	0,70	25.826.172	32.866.656	0,47	16.975.491	49,20
Café e especiarias	27.791.566	0,40	8.625.950	21.627.256	0,31	8.408.258	28,50
Veículos, suas partes e acessórios	8.601.747	0,12	641.693	10.552.396	0,15	680.094	-18,49
Álcool Etilico	984.384	0,01	630.408	30.401.778	0,43	35.554.713	-96,76
Leite e derivados	584.473	0,01	261.608	1.218.026	0,02	374.613	-52,01
Demais produto	265.482.039	3,80	114.697.967	281.141.773	3,99	120.513.503	-5,57

Fonte: MDIC.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2015.

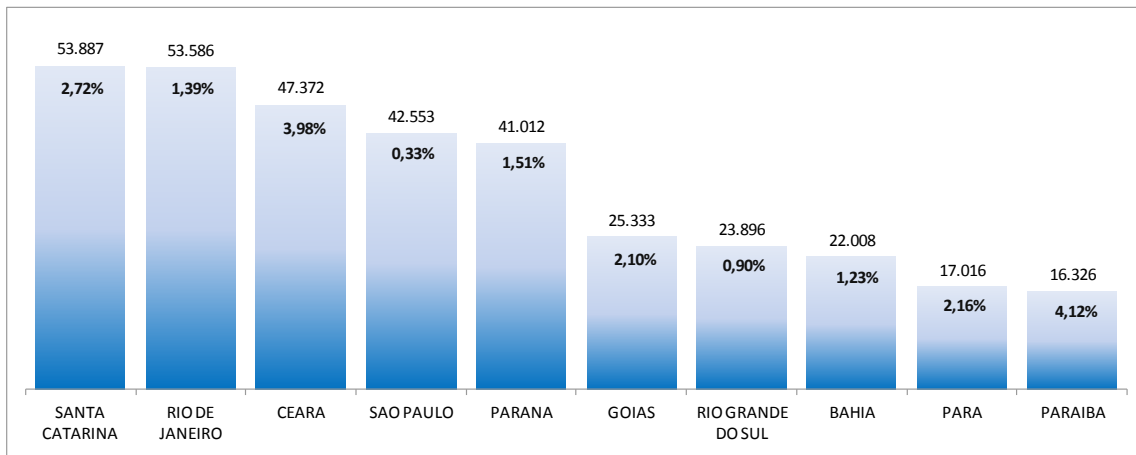
Dados preliminares.

Emprego Formal

Segundo dados do CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - do Ministério do Trabalho e Emprego, em Goiás foram gerados 25.333 novas vagas com registro em carteira (resultado ajustado com as declarações entregues pelas empresas fora do prazo), em 2014, representando um acréscimo de 2,10%, superior ao nacional que foi de 0,98%, mas inferior à taxa registrada em 2013 que foi de 5,29%. Na análise do ranking dos 26 Estados da Federação mais o Distrito Federal, em termos absolutos (saldo de empregos gerados), Goiás subiu da sétima posição em 2013 (com uma participação de 5,45% do total nacional) para a sexta posição em 2014 (participação de 6,38% no total).

Ao analisar os últimos anos (série histórica de 2000 a 2014), verifica-se que 2014 registrou o pior saldo de empregos formais desde 2006 (Gráfico 04). Apesar disso, num ambiente de baixo crescimento e de pessimismo em relação à economia brasileira, os resultados são favoráveis, pois em termos relativos cresceu mais que o dobro da média nacional, indicando que continua a gerar novas vagas.

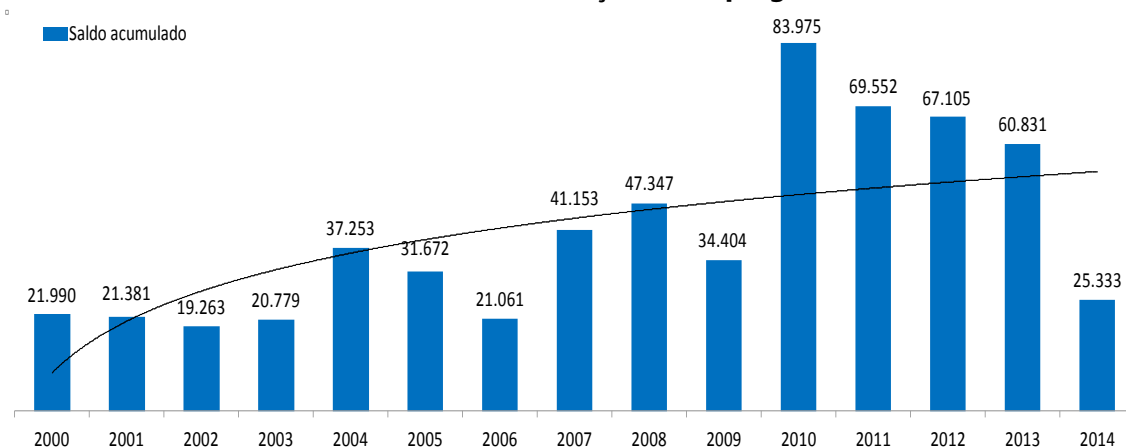
Gráfico 3 - Estados selecionados: Saldo de empregos formais e variação percentual do estoque em 2014



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados / MTE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2015.

Gráfico 4 - Estado de Goiás: Geração de empregos 2000-2014



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados / MTE.

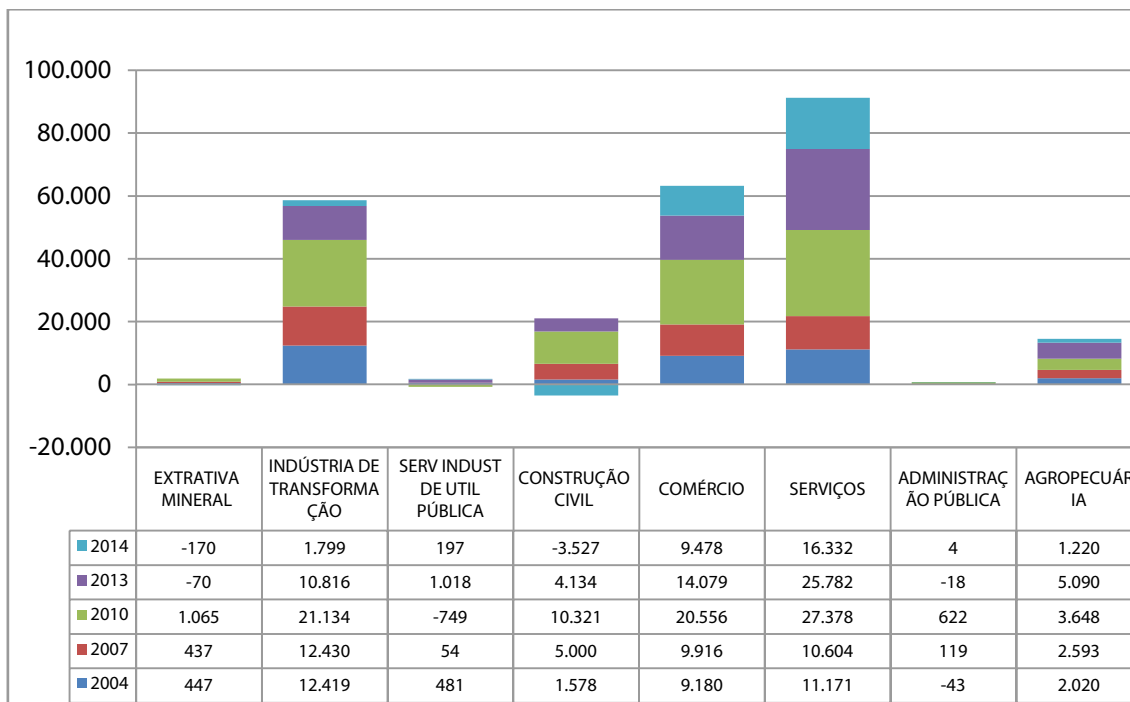
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2015.

Nos resultados das atividades econômicas por setor, no acumulado do ano de 2014, constatou-se que o setor de serviços gerou o maior número absoluto de empregos formais, seguido pelo comércio. Por outro lado, a construção civil se destacou pela quantidade de vagas de empregos formais que foram fechadas em 2014 (Gráfico 5).

Dentro do setor de Serviços, o subsetor de alojamento e alimentação criou o maior número de empregos formais (8.980 vagas), responsáveis por 54% das vagas criadas pelo setor de Serviços no acumulado do ano, enquanto que o subsetor varejista foi responsável por 81,87% das vagas criadas pelo comércio. Juntos, Serviços e Comércio foram responsáveis por 25.810 vagas. Do lado negativo, chamou a atenção o fechamento de vagas na

construção civil verificado nas atividades de construção de edifícios, reflexo da finalização de obras na construção de unidades habitacionais, além de novos investimentos no setor terem sido prejudicados pelas incertezas com a economia brasileira.

Gráfico 5 - Estado de Goiás: Geração de emprego por setores econômicos em números absolutos – 2004 -2014



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados / MTE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2015.

Operações de Crédito

A atividade econômica no Brasil tem passado por uma desaceleração o que tem exigido modificação nas políticas fiscal e monetária para readequar a atividade econômica. Assim sendo, uma das medidas na política monetária que tem sido tomada é o aumento da taxa SELIC, afetando diretamente as operações de crédito. A partir desse cenário, para o Brasil em 2014 e de acordo com o Banco Central, houve uma expansão de 11,3% no ano nas operações de crédito, porém menor do que no ano anterior, 14,7% em 2013. Enquanto para Goiás registrou-se expansão de 9,03% no segundo semestre de 2014 e de 16,98% no ano, (comparativamente a 17,62% em 2013), o que, apesar de evidenciar uma pequena desaceleração na expansão, demonstra que o ritmo de crescimento se mantém acima da taxa do Brasil.

Com base nos dados do BACEN, em dezembro de 2014, o saldo acumulado do total das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras em Goiás alcançou R\$ 102,2 bilhões. Desse total apurado, R\$ 60,6 bilhões (59,3%) referem-se ao saldo das operações de

crédito das pessoas físicas, com alta de 8,92% em comparação a junho, e de 17,85% em relação a dezembro do ano anterior. Já o saldo das operações de crédito realizadas pelas pessoas jurídicas, que foi de R\$ 41,6 bilhões (40,7% do total), apresentou aumento de 9,18% em relação a junho passado e uma elevação de 15,75% em relação a dezembro de 2013.

A taxa de inadimplência total do saldo das operações de crédito em Goiás atingiu a média de 2,92% em dezembro, indicando uma leve redução em relação ao início do segundo semestre deste ano, sendo 3,33% referente às pessoas físicas e 2,34% às pessoas jurídicas. As baixas taxas de inadimplência refletem o comprometimento tanto das pessoas físicas quanto das jurídicas em honrar seus contratos de crédito. Para o BACEN, a taxa de inadimplência é medida pela razão entre o saldo dos contratos em que há pelo menos uma prestação, integral ou parcial, com atraso superior a noventa dias, e o saldo total das operações.

Tabela 5 - Estado de Goiás: Saldo das Operações de Crédito – 2014

Mês/Ano	Saldo das Operações de Crédito (R\$ bilhões)			Taxa de Inadimplência (%)		
	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
dez/13	51,4	36,0	87,4	3,65	2,15	3,02
jan/14	52,2	35,8	88,0	3,59	2,21	3,01
fev/14	52,6	36,3	88,9	3,53	2,12	2,94
mar/14	53,0	36,9	89,9	3,55	2,12	2,95
abr/14	53,9	37,5	91,4	3,52	2,14	2,94
mai/14	54,8	37,9	92,7	3,52	2,29	3,01
jun/14	55,6	38,1	93,8	3,46	2,17	2,93
jul/14	56,0	38,1	94,1	3,51	2,33	3,02
ago/14	56,7	38,0	94,7	3,61	2,58	3,19
set/14	57,3	40,5	97,7	3,45	2,47	3,04
out/14	58,2	40,6	98,8	3,52	2,53	3,1
nov/14	59,1	40,7	99,8	3,47	2,45	3,05
dez/14	60,6	41,6	102,2	3,33	2,34	2,92

Fonte: BACEN.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2015.

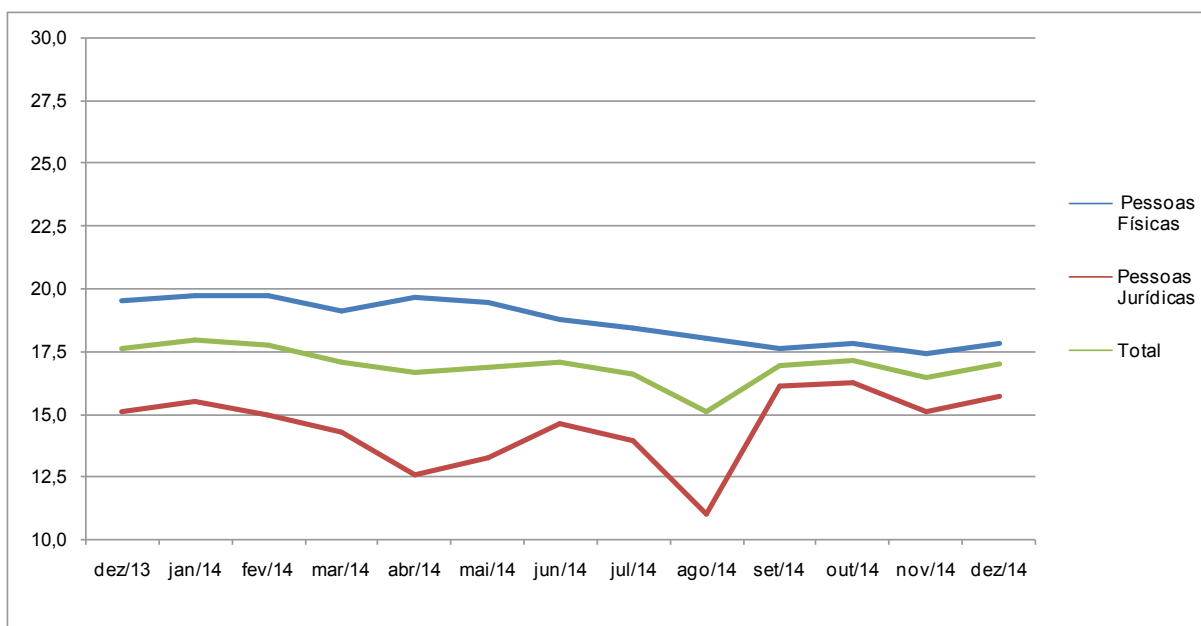
A variação do saldo das operações de crédito em porcentagem em Goiás para pessoas físicas elevou 17,85% em dezembro comparado ao mesmo mês do ano anterior, comparativamente com a variação entre 2012/2013, houve uma desaceleração sobre a taxa de crescimento, e comparado aos meses do mesmo semestre há certa estabilidade, com algumas variações neste saldo. Porém, quanto ao das pessoas jurídicas houve um aumento de 15,75% em dezembro comparado ao mesmo mês do ano anterior, mostrando pequeno aumento na taxa de crescimento com referência à variação entre 2012/2013. Contudo, na série observa-se que houve grandes oscilações nas variações do período analisado.

Embora não tenha estatísticas disponíveis no BACEN para verificar o montante de crédito contratado anualmente. Uma possibilidade é confrontar o saldo das operações de

crédito do ano de 2014, com o verificado no ano de 2013. Neste sentido, houve acréscimo de R\$ 14,8 bilhões no estoque de crédito, resultado do fluxo de novas contratações e pagamentos efetuados.

Tanto o crédito empresarial quanto o destinado ao consumidor tem sido fundamental para a elevação do consumo e produção, o que contribui conseqüentemente para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás. Desde 2004, primeiro ano com dados disponíveis sobre crédito no Estado, o saldo acumulado do total das operações realizadas pelas instituições financeiras, comparado com o PIB, mostra que a participação vem crescendo ano a ano. Em 2004, o saldo das operações de crédito no Estado representava 26,1% do PIB goiano, com R\$ 12,5 bilhões em estoque de crédito e um PIB de R\$ 48 bilhões. No ano de 2014, a relação crédito/PIB alcança 70,8%, com R\$ 102,2 bilhões no saldo das operações de crédito e um PIB estimado de R\$ 144,3 bilhões. O saldo das operações de crédito fornecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) refere-se ao estoque de crédito em circulação, ou seja, são as contratações de crédito deduzidos os pagamentos.

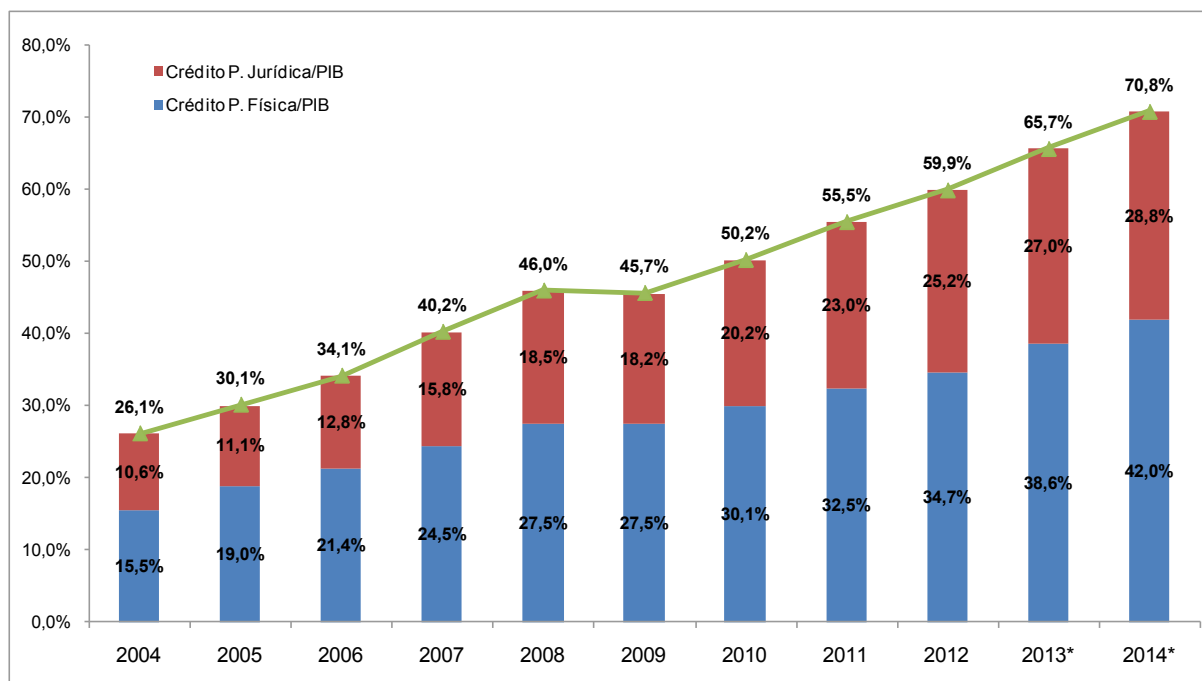
Gráfico 6 - Estado de Goiás: Variação (%) do Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física, Jurídica e total - Mês/Ano anterior 2013/14



Fonte: BACEN.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2015.

Gráfico 7 – Estado de Goiás: Saldo das Operações de Crédito sobre o PIB, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Total – 2004-2014



Fonte: BACEN/ Instituto Mauro Borges / Segplan-GO.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2015.

(*) PIB estimado para os anos de 2013 e 2014.

**Os Fluxos Migratórios do
Estado de Goiás no Período
Recente: 1986-2010**

**Silvana Nunes de Queiroz¹
José Márcio dos Santos²**

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar os fluxos migratórios do Estado de Goiás no período recente, considerando os períodos de 1980 a 2010, ressaltando as origens e os destinos dos migrantes envolvidos. A metodologia empregada consiste na mensuração do Saldo Migratório, Índice de Reposição Populacional (IRP) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 a partir do quesito data fixa. Os resultados indicam que, durante os três períodos em estudo, o Estado de Goiás aumenta de maneira ininterrupta os seus saldos migratórios positivos. Além disso, o Estado vem intensificando os fluxos migratórios com as regiões Norte e Nordeste, ao passo que reduz os intercâmbios com a região Sudeste.

Palavras-chave: Demografia Econômica; Migrações Internas; Economia Goiana.

Introdução

A dinâmica migratória brasileira a partir da década de 1980 tem apresentado intensas modificações. Essas modificações, segundo estudiosos, é resultado das inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxe consigo vários efeitos em termos econômicos, políticos e sociais; como, por exemplo, a crise interna dos anos oitenta; a desconcentração industrial que se pronuncia desde o início dos anos de 1970 e que se intensificou nos anos de 1980, as políticas neoliberais iniciadas na Inglaterra e nos Estados Unidos no final dos anos setenta e, que no final dos anos oitenta dava os seus primeiros sinais no Brasil por meio das privatizações e terceirizações dos serviços; da guerra fiscal entre os Estados; da queda na taxa de fecundidade; do aumento da violência, etc.

Diante desses acontecimentos, o que tem se presenciado no caso específico do Brasil desde os anos de 1980 e, que se agravou durante toda a década de 1990, foi o surgimento de elevadas taxas de desemprego em todo o país, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, grande absorvedora de mão de obra de migrantes de todo o país desde a década de 1940. Assim, como forma alternativa para o desemprego urbano, as saídas encontradas pelos migrantes foram basicamente duas: permanecer nos grandes centros urbanos, na tentativa de nova oportunidade de emprego, mesmo que sendo no crescente mercado de trabalho informal; ou emigrar dos grandes centros urbanos.

¹ Professora Adjunta da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em Demografia pelo NEPO/UNICAMP. E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

² Professor Assistente da Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: jmarcio.santos@hotmail.com

Nesse contexto, convém lembrar que Myrdal (1972) entende que a dinâmica demográfica de um país, particularmente as migrações internas, tem como origem as desigualdades regionais. Assim, os fluxos migratórios tendem a acompanhar as transformações na sua dinâmica econômica, visto que, de modo geral, ocorre grande tendência dos migrantes deslocarem-se em busca de emprego nas regiões mais industrializadas e/ou desenvolvidas do país, diante das desigualdades regionais que caracterizam o processo de desenvolvimento capitalista. Todavia, segundo Martine (1994), nos dias atuais a dinâmica populacional brasileira apresenta em pequena escala um novo tipo de movimento migratório, conhecido como contra-urbanização e, que não está associado somente na busca de emprego, mas também na procura de uma melhor qualidade de vida.

Dentro do contexto destacado, evidencia-se que a dinâmica econômica favorável vem atraindo expressivo contingente de imigrantes ao Estado, em que tal volume acaba por contrapor os baixos índices de fecundidade local, implicando em crescimento da população. Desta forma, levanta-se o questionamento sobre a dinâmica migratória em Goiás, no que diz respeito ao destino e, principalmente, a origem dos migrantes que compunham a população goiana nas últimas décadas. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os fluxos migratórios de origem e destino do Estado de Goiás no período recente, considerando os períodos de 1980 a 2010. A metodologia empregada consiste na mensuração do Saldo Migratório, Índice de Reposição Populacional (IRP) e Índice de Eficácia Migratória (IEM) calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, precisamente para os quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, a partir do quesito data fixa.

A temática justifica-se pelo papel que a migração possui como elemento importante na formação da população local, ao mesmo tempo em que atua no sentido de proporcionar a ampliação da mão de obra. Identificar os destinos e as origens dos migrantes permite estabelecer o direcionamento dos fluxos populacionais, e a mensuração da capacidade de atrair ou expulsar migrantes, permite avaliar o grau ou condição da economia local, sendo um indicador da conjuntura econômica local.

Além desta introdução e das considerações finais, o presente trabalho apresenta outras três partes. Na primeira será apresentada uma revisão de literatura acerca do processo migratório no Estado de Goiás. Na segunda será apresentada a metodologia empregada no trabalho, e na terceira serão apresentados os resultados obtidos.

1. Os condicionantes recentes do processo migratório no Estado de Goiás

A compreensão da dinâmica dos fluxos migratórios atuais do Estado de Goiás passa pela compreensão das mudanças que a economia goiana apresentou nas últimas décadas, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de potencialidades que permitiram o Estado ampliar sua capacidade de atração ao longo das décadas.

Este processo ocorre de forma mais intensa a partir de década de 1960, quando órgãos estatais direcionados ao desenvolvimento regional passam a atuar como motores dos investimentos locais. Tal estratégia seria adaptada à região Centro-Oeste, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967; com a finalidade de realizar o planejamento do desenvolvimento da região, mais especificamente

do Estado de Goiás. Dentro dos novos prognósticos, surgidos em função da presença do órgão recém criado, o governo estadual traça iniciativas próprias, ainda neste período, como forma de promover o crescimento local e promover a expansão das atividades produtivas no Estado.

Segundo Pedroso e Silva (2011), o êxito dessa nova estratégia só seria possível diante da constante presença do Estado, por meio da promoção de políticas públicas e provedor dos recursos necessários à sua execução. Neste contexto – e período – destacam-se as ações da SUDECO direcionadas a economia goiana, especialmente o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e outros programas. Dentro desse cenário surge o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEINCOM), criado em 1973. Baseado na isenção de impostos, foi a primeira estratégia robusta direcionada aos segmentos industriais do Estado.

Em termos de resultados, Paschoal (1998) ressalta que o programa aprovou, ainda no primeiro ano de promulgação, cerca de 90 projetos, em que 66 destes foram em Anápolis, 12 em Goiânia, e outros 12 na região Centro-Sul do Estado. Na sua concepção, Paschoal (1998) avalia que o programa fora limitado na geração de resultados práticos, em virtude da pouca integração entre as indústrias beneficiadas por este instrumento. O governo estadual sentindo os entraves apresentados pelo FEINCOM, detecta a necessidade da criação de uma nova iniciativa visando a ampliação quantitativa das empresas ligadas ao segmento industrial no Estado e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico local.

A partir desta necessidade, o governo estadual instituiu, em 1984, o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR). Segundo Pedroso e Silva (2011), o FOMENTAR era baseado, novamente, na concessão de benefícios fiscais na forma de isenção do ICMS.

Ao avaliar as ações do FOMENTAR, a literatura aponta que os objetivos ambiciosos de promover a rápida industrialização goiana, com base numa possível disseminação de empresas no Estado, estruturada nas grandes empresas, não foram prontamente atingidos naquele período. Apesar de suas limitações, o mesmo teve grande papel no processo de expandir as estruturas produtivas do Estado. Segundo Costa (2004), essas iniciativas foram importantes e decisivas para consolidar a primeira "onda" do desenvolvimento local: ampliar a capacidade de geração de excedentes de produtos básicos. Para este autor, o passo adiante seria promover a segunda "onda": promover a industrialização de suas matérias-primas.

O resultado destas políticas tem se dado em ganhos de participação na riqueza gerada nos últimos anos, advindas da elevação substancial do seu Produto Interno Bruto. Estes benefícios são frutos dos resultados obtidos pela indústria, que se aprimorou por intermédio da integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria. Desta forma, as modificações no contexto econômico produtivo da economia goiana devem ser inseridas como um elemento primordial à compreensão da dinâmica migratória do Estado de Goiás.

Isto porque as modificações das características da economia local, passando de uma economia de tendência agrícola para um parque pautado na indústria, refletem-se em poderosos instrumentos de atração de migrantes dos mais diversos destinos, modificando

inclusive o próprio perfil migratório. Dentro desse contexto, Oliveira (1997) afirma que, ao longo das décadas recentes, os imigrantes que se dirigiam à Brasília e ao entorno de Goiânia já não mais buscavam adquirir terras para atividades primárias, mas sim procuravam trabalhos e funções de caráter estritamente urbanos. Por sua vez, Cunha (2001) argumenta que as regiões que abrigaram as nascentes atividades industriais tornaram-se importantes aglomerados urbanos, em destaque as microrregiões de Goiás e a capital federal, Brasília. Os impactos da industrialização sobre as microrregiões do Estado também é abordado por Lemos *et al* (2000) ao afirmarem que as mesmas acabaram por se constituir em polos econômicos baseados na produção agroindustrial de expressiva influência na configuração regional recente do país. Sendo assim, as migrações com destino ao Estado de Goiás assumiriam um perfil cada vez mais urbano ao longo das décadas.

Os estímulos à produção industrial trouxeram reflexos sobre a produção rural. Para Mueller, Torres e Martine (1992), a combinação da expansão das atividades industriais somada à modernização da agricultura promoveram de forma simultânea a redução da mão de obra ligada às atividades primárias. Sendo assim, os investimentos direcionados ao setor do agronegócio acabam por se reverter em aumentos na produção, sem aumento no contingente de empregos.

Partindo desta perspectiva, Salim (1992) argumenta que a transição da economia goiana de agrícola para industrial trouxe reflexos sobre a forma e as condições de produção vigentes. À medida que se estimulava o segmento industrial, o setor agrícola perdia importância em relação ao número de empregos gerados, eliminando postos de trabalho e imputando aos trabalhadores o direcionamento às cidades e aos núcleos urbanos de forma forçada. O autor aponta tendências de direcionamento dos fluxos migratórios no âmbito do Estado de Goiás, que assumiriam a forma de migrações inter-regionais (quando os fluxos populacionais se dirigiram ao meio rural); migrações intra-regionais (quando os fluxos se dirigiam ao meio urbano – sendo o mais expressivo em regiões com inserção de relações capitalistas), migrações interestaduais (quando ocorre a migração rural-rural em regiões de ocupação mais recente), migrações intra-estaduais (quando ocorrem os fluxos rural-urbano em áreas de maior desenvolvimento capitalista) e as migrações intramunicipais (quando ocorre o redirecionamento dos migrantes que haviam realizado migração com destino rural). Desta forma, tem-se um fluxo interno de migração rural-urbana dentro do próprio interior do Estado de Goiás, em resposta à nova dinâmica produtiva.

A caracterização dos fluxos migratórios também é realizada por Mueller, Torres e Martine (1992) ao classificarem o Centro-Oeste em quatro zonas segundo seu potencial produtivo. Segundo eles, haveria uma zona moderna, caracterizada por uma consolidada agricultura moderna, que abrangeria os municípios de Brasília, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, marcados por uma forte expansão da população urbana. Uma zona caracterizada como sendo de expansão, de agricultura recente baseada na soja, que abrangeria as cidades-satélites dos entornos de Brasília e Goiânia. Ambas, por apresentarem um maior dinamismo produtivo, tornar-se-iam áreas de atração migratória. As zonas de fronteira seriam aquelas relacionadas ao trabalho rural recentemente difundido, como a cidade de Cuiabá. E as zonas residual, caracterizada por expressivas perdas de população ao longo das décadas recentes. Dentro desta diferenciação, as cidades goianas estariam situadas nos contornos mais dinâmicos da Região Centro-Oeste, tornando-se polos de atração migratória.

Sobre a dinâmica migratória recente do Estado de Goiás, segundo Cunha (2001), suas principais características são o rápido crescimento da população urbana e o direcionamento dos imigrantes para as microrregiões de Goiânia, Meia Ponte e Anápolis. Estes fluxos são descritos pelo autor de forma mais prática na Figura 1.

Figura 1: Principais fluxos de migração intra-estadual segundo microrregiões para o Estado de Goiás: 1980/1991



Fonte: Cunha, 2002.

Conforme pode ser visto na Figura 1, a microrregião de Goiânia exerce efeito de atração sobre as demais microrregiões circunvizinhas, devido ao perfil urbano de suas atividades econômicas. Desta forma, esta microrregião exerce peso expressivo no processo de migração rural-urbano no interior do Estado de Goiás.

Já Amaral, Rodrigues e Figoli (2002) apontam uma dinâmica específica acerca das origens dos imigrantes que entraram no Estado:

Em nível interestadual, as migrações com destino às 16 microrregiões de Goiás foram principalmente originárias do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a proximidade territorial talvez seja uma explicação para a ocorrência dessa migração. O Norte apresentou probabilidades de emigração total muito reduzidas para Goiás e Distrito Federal, e os fluxos mais expressivos dirigiram-se à microrregião de Goiânia e às outras 16 microrregiões de Goiás. O

Nordeste, Sudeste e Sul apresentaram níveis de emigração maiores em direção ao Distrito Federal, mesmo com uma queda muito acentuada das probabilidades em 1986-1990 (AMARAL, RODRIGUES, FIGOLI, pag. 132, 2002).

Diante do exposto, observa-se que o intenso processo migratório registrado pelo Estado de Goiás está fortemente ligado ao desenvolvimento e à expansão das atividades agroindustriais promovidos pelas iniciativas governamentais. A partir destas, foi possível dinamizar a economia, dando-lhe um perfil mais urbano a algumas localidades, que acabaram por se tornar zonas de atração migratória extremamente relevantes no contexto nacional contemporâneo.

2. Procedimentos metodológicos

Para o alcance dos objetivos propostos, as evidências empíricas foram coletadas a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Trabalha-se com o conceito de migrante de *data fixa*. Este é mensurado a partir do quesito *residência anterior, há exatamente cinco anos antes do levantamento censitário* (1986/1991, 1995/2000, 2005/2010). Ademais, com tal quesito, tem-se a possibilidade do cálculo do saldo migratório, que representa a diferença entre imigrantes e emigrantes, resultante do processo migratório entre duas datas fixas. Mede-se, portanto, a participação das migrações no crescimento populacional do período (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

Ao buscar especificar e aprimorar o conhecimento sobre a dinâmica migratória brasileira e goiana, outro recurso metodológico adotado foi a mensuração do Índice de Reposição Populacional (IRP) e do Índice de Eficácia Migratória (IEM). Este último permite aferir a capacidade de evasão, atração ou rotatividade migratória da área, a partir do movimento total de entrada e saída de pessoas, minimizando os efeitos do volume da imigração e da emigração (BAENINGER, 1999).

De acordo com Baeninger (1999), o IEM possibilita classificar as regiões e os Estados em ganhadores e em perdedores de população. A autora dividiu o índice em sete grupos:

- i) -1,00 a -0,51: área de forte evasão migratória;
- ii) -0,50 a -0,30: área de média evasão migratória;
- iii) -0,29 a -0,01: área de baixa evasão migratória;
- iv) 0,00 a 0,09: área de rotatividade migratória;
- v) 0,10 a 0,29: área de baixa absorção migratória;
- vi) 0,30 a 0,50: área de média absorção migratória;
- vii) 0,51 a 1,00: área de forte absorção migratória.

Contudo, em um cenário migratório distinto do observado no período 1950-1980, marcado pela incidência da migração rural-urbana e pelos fluxos de longa distância, a década de 1980 representou um ponto de inflexão na dinâmica migratória interna. As principais mudanças apontaram para a diversificação das rotas migratórias, intensificação dos movimentos migratórios de curta distância – dentro das regiões e dos próprios Estados – fluxos urbano-urbano, deslocamentos pendulares e sazonais, retorno e refluxos (PACHECO, PATARRA, 1997; MATOS, 2002). A partir dessas tendências, Baeninger (2012, p.12) reclassificou

alguns conceitos usados em décadas passadas, por considerá-los datados, devendo ser substituídos, como é o caso:

- a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias;
- b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória;
- c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Assim, a referida autora propõe uma nova classificação para o cálculo do IEM que ficou dividido em três áreas:

- i) -1,00 a -0,13: área de perda migratória;
- ii) -0,12 a 0,12: área de rotatividade migratória;
- iii) 0,13 a 1,00: área de retenção migratória.

O IEM varia entre -1 a +1. Valores próximos a -1 representam áreas com perda migratória elevada; valores próximos a 1 dizem respeito a áreas que retêm a população; valores próximos a 0 (zero), a áreas de rotatividade migratória (entradas e saídas de pessoas com volumes semelhantes). Tal indicador é calculado por meio do quociente entre a migração líquida (I-E) e a migração bruta (I+E), sendo obtido assim:

$$IEM = \frac{(I - E)}{(I + E)}$$

Conforme mencionado acima, o Índice de Reposição Populacional (IRP) é outro indicador adotado. A partir do mesmo, mensura-se a capacidade da área/localidade repor a população, a partir da relação entre entradas (Imigração – I) e saídas (Emigração – E) ou de perdas e ganhos populacionais. Este índice é calculado mediante a razão entre o número de imigrantes pelo número de emigrantes, dado pela seguinte fórmula:

$$IRP = \frac{(I)}{(E)}$$

3. Os fluxos migratórios interestaduais com origem e destino ao Estado de Goiás

Esta análise é fundamental para a compreensão do papel que o Estado de Goiás exerce sobre a dinâmica migratória nacional, bem como compreender os vínculos que tal Estado mantém com os demais entes da federação no que diz respeito aos saldos migratórios. Além disto, será possível estabelecer a origem dos imigrantes, bem como o destino dos emigrantes, e seus graus de participação na composição dos fluxos migratórios do Estado de Goiás.

Conforme os dados expressos na Tabela 1, considerando o período 1986/1991, constata-se que os principais fluxos de imigrantes eram provenientes da própria região Centro-Oeste, com 32,13%, e da região Nordeste, com 24,32%, e do Sudeste (23,57%). Juntas, essas regiões respondiam como cerca de 80% dos imigrantes do Estado. Contudo, os valores relativos ao Centro-Oeste evidenciam um forte componente intra-regional, haja vista que quase 25% dos imigrantes eram oriundos do Distrito Federal, apontando para a importância dos fluxos de curta distância. Fatores associados ao elevado custo de vida em Brasília, qualidade de vida e oportunidade de empregos no setor público e privado em Goiás, devem justificar tal atratividade. Tocantins (9,71%), Bahia (10,52%) e Minas Gerais (13,35%) são outros Estados que enviaram elevados contingentes humanos para Goiás.

Em termos de destino, entre 1986/1991, 23,91% dos emigrantes que partiram de Goiás se dirigiram para a região Norte, 31,85% para o Sudeste, enquanto 33,26% para os Estados da própria região Centro-Oeste. No âmbito destes fluxos intra-regionais, novamente o fluxo entre o Distrito Federal é expressivo, com aproximadamente 17,14% dos emigrantes se dirigindo para esta área; valor que só fora superado pelos fluxos direcionados ao Estado de Minas Gerais, que responderam por 19,37% do total das emigrações.

Com relação ao saldo migratório, chama atenção a forte atratividade do Estado de Goiás, ao apresentar trocas positivas com todas as Unidades da Federação da região Nordeste, Sudeste e Sul, com destaque para o Distrito Federal (40.135 pessoas) e a Bahia (24.001 migrantes). Os únicos saldos negativos foram com Rondônia (682), Roraima (233), Amapá (23), Mato Grosso do Sul (22) e Mato Grosso (6.093).

No tocante ao Índice de Eficácia Migratória (IEM¹), esse indicador mostra a grande capacidade de atração populacional de Goiás, ao tipificar como área de perda migratória somente com Roraima (-0,24), Amapá (-0,45) e Mato Grosso do Sul (-0,16); área de retenção com todos os Estados do Nordeste e Sul, além do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal e, por último, como área de rotatividade migratória com as demais UFs.

¹ Maiores detalhes sobre esse índice veja a seção metodológica.

Tabela 1: Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 1986/1991 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldos (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	3.462	1,29	4.144	2,65	- 682	-0,09	0,84
Acre	260	0,10	190	0,12	70	0,16	1,37
Amazonas	738	0,28	566	0,36	172	0,13	1,30
Roraima	376	0,14	609	0,39	- 233	-0,24	0,62
Pará	12.915	4,82	11.034	7,04	1.881	0,08	1,17
Amapá	26	0,01	69	0,04	- 43	-0,45	0,38
Tocantins	26.040	9,71	20.842	13,30	5.198	0,11	1,25
NORTE	43.817	16,35	37.454	23,91	6.363	0,08	1,17
Maranhão	9.171	3,42	2.792	1,78	6.379	0,53	3,28
Piauí	7.664	2,86	896	0,57	6.768	0,79	8,55
Ceará	8.179	3,05	1.275	0,81	6.904	0,73	6,41
Rio G. do Norte	3.138	1,17	1.173	0,75	1.965	0,46	2,68
Paraíba	4.380	1,63	735	0,47	3.645	0,71	5,96
Pernambuco	3.424	1,28	1.182	0,75	2.242	0,49	2,90
Alagoas	682	0,25	253	0,16	429	0,46	2,70
Sergipe	352	0,13	188	0,12	164	0,30	1,87
Bahia	28.192	10,52	4.191	2,68	24.001	0,74	6,73
NORDESTE	65.182	24,32	12.685	8,10	52.497	0,67	5,14
Minas Gerais	35.796	13,35	30.345	19,37	5.451	0,08	1,18
Espírito Santo	1.172	0,44	411	0,26	761	0,48	2,85
Rio de Janeiro	5.709	2,13	1.803	1,15	3.906	0,52	3,17
São Paulo	20.498	7,65	17.332	11,06	3.166	0,08	1,18
SUDESTE	63.175	23,57	49.891	31,85	13.284	0,12	1,27
Paraná	4.554	1,70	2.028	1,29	2.526	0,38	2,25
Santa Catarina	1.358	0,51	665	0,42	693	0,34	2,04
Rio G. do Sul	3.853	1,44	1.824	1,16	2.029	0,36	2,11
SUL	9.765	3,64	4.517	2,88	5.248	0,37	2,16
Mato G. do Sul	3.325	1,24	3.347	2,14	-22	0,00	0,99
Mato Grosso	15.808	5,90	21.901	13,98	-6.093	-0,16	0,72
Distrito Federal	66.992	24,99	26.857	17,14	40.135	0,43	2,49
C.OESTE	86.125	32,13	52.105	33,26	34.020	0,25	1,65
TOTAL	268.064	100,00	156.652	100,00	111.412	0,26	1,71

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Já o Índice de Reposição Populacional (IRP), que mostra a capacidade do Estado de Goiás em repor a sua população em função do seu total de imigrantes sobre o total de emigrantes (I/E), mostra que para cada 10 pessoas que partiram, entraram 17 indivíduos. Os Estados que mais contribuíram com essa dinâmica foram: Piauí (8,55), Bahia (6,73) e Ceará (6,41). Isso significa, por exemplo, que de cada 10 pessoas que deixaram o Estado de Goiás para o Piauí, procederam desta UF 86 pessoas em direção ao Estado Goiás.

Ao se analisar a década seguinte, expressa pelo período 1995/2000, constata-se que os fluxos existentes entre o Estado de Goiás e a região Centro-Oeste mantiveram-se intensos.

Os imigrantes intra-regionais responderam por cerca de 34,85%, sendo que somente o Distrito Federal contribuiu com 28,11% – novamente o maior polo de origem dos imigrantes para Goiás. Os demais polos representativos foram a região Nordeste (27,11%), Sudeste (18,25%) e Norte (16,86%). Comparado ao período anterior (Tabela 1), observa-se que a participação da região Norte manteve-se estável, ao passo que se registra breve elevação da participação nordestina e declínio do percentual advindo da região Sudeste.

Tabela 2: Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 1995/2000 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	3.077	0,83	2.225	1,31	852	0,16	1,38
Acre	991	0,27	290	0,17	701	0,55	3,42
Amazonas	1.242	0,33	949	0,56	293	0,13	1,31
Roraima	818	0,22	560	0,33	258	0,19	1,46
Pará	21.463	5,76	7.937	4,67	13.526	0,46	2,70
Amapá	328	0,09	342	0,20	-14	-0,02	0,96
Tocantins	34.914	9,37	19.535	11,50	15.379	0,28	1,79
NORTE	62.833	16,86	31.838	18,74	30.995	0,33	1,97
Maranhão	29.165	7,83	3.210	1,89	25.955	0,80	9,09
Piauí	15.082	4,05	2.171	1,28	12.911	0,75	6,95
Ceará	7.892	2,12	2.349	1,38	5.543	0,54	3,36
Rio G. do Norte	3.111	0,83	1.648	0,97	1.463	0,31	1,89
Paraíba	4.877	1,31	1.657	0,98	3.220	0,49	2,94
Pernambuco	5.900	1,58	1.479	0,87	4.421	0,60	3,99
Alagoas	1.839	0,49	303	0,18	1.536	0,72	6,07
Sergipe	1.106	0,30	297	0,17	809	0,58	3,72
Bahia	32.067	8,60	7.580	4,46	24.487	0,62	4,23
NORDESTE	101.039	27,11	20.694	12,18	80.345	0,66	4,88
Minas Gerais	34.262	9,19	30.618	18,02	3.644	0,06	1,12
Espírito Santo	1.226	0,33	680	0,40	546	0,29	1,80
Rio de Janeiro	4.551	1,22	2.710	1,60	1.841	0,25	1,68
São Paulo	27.976	7,51	19.563	11,51	8.413	0,18	1,43
SUDESTE	68.015	18,25	53.571	31,53	14.444	0,12	1,27
Paraná	5.141	1,38	2.608	1,54	2.533	0,33	1,97
Santa Catarina	1.995	0,54	2.278	1,34	-283	-0,07	0,88
Rio G. do Sul	3.780	1,01	1.557	0,92	2.223	0,42	2,43
SUL	10.916	2,93	6.443	3,79	4.473	0,26	1,69
Mato G. do Sul	4.786	1,28	3.786	2,23	1.000	0,12	1,26
Mato Grosso	20.354	5,46	18.309	10,78	2.045	0,05	1,11
Distrito Federal	104.758	28,11	35.259	20,75	69.499	0,50	2,97
C.OESTE	129.898	34,85	57.354	33,76	72.544	0,39	2,26
TOTAL	372.701	100,00	169.900	100,00	202.801	0,37	2,19

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000.

A análise dos fluxos de emigrantes permite identificar que novamente os maiores vínculos são realizados na própria região Centro-Oeste, cujos percentuais são de cerca 33,76% das emigrações goianas. Internamente, o maior fluxo intra-regional é registrado com o Distrito Federal, que recebeu 20,75% dos egressos. Em nível inter-regional, a região Sudeste foi o destino de 31,53% daqueles que partiram do Estado de Goiás, a região Nordeste foi a escolha de 12,18%, enquanto a região Norte foi pretendida por 18,74%. No comparativo com o período anterior (Tabela 1), registra-se, em termos relativos, o aumento dos destinos à região Nordeste, simultaneamente à queda dos fluxos direcionados à região Norte – enquanto a participação do Sudeste se mantém constante.

No que diz respeito aos saldos migratórios, em termos de volume, os maiores ganhos para o Estado de Goiás advêm do Distrito Federal (69.499), Maranhão (25.955), Bahia (24.487) e Tocantins (15.379), revelando, ao mesmo tempo, a importância da migração de curta (intra-regional) e de longa distância (inter-regional). Quanto à capacidade de retenção migratória, a cada quinquênio em tela, o Estado de Goiás confirma a sua tendência de despontar como um dos principais polos de destino do Brasil. Entre 1995/2000, essa UF não foi área de perda migratória para nenhum Estado, área de rotatividade migratória somente com o Amapá (-0,02) e Santa Catarina (-0,07), e área de retenção migratória com as demais UFs.

Ao analisar os dados do último período (2005/2010), tem-se que a região Centro-Oeste permaneceu como o principal polo de origem dos ingressos no Estado de Goiás, com 29,63%, sendo que 22,69% do total destes eram procedentes do Distrito Federal – que permaneceu como o local que enviou mais imigrantes (Tabela 7). Dentre os fluxos oriundos de outras regiões, destacam-se os procedentes da região Nordeste (33,28%), Sudeste (18,36%) e Norte (15,92%). Em nível estadual, além do Distrito Federal (82.564), os Estados que se destacaram no envio de imigrantes para Goiás foram os seguintes: Maranhão (43.846), Bahia (37.144), Minas Gerais (36.017), Tocantins (31.176) e São Paulo (25.035).

Tabela 3: Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 2005/2010 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	2.401	0,66	2.553	1,64	- 152	-0,03	0,94
Acre	836	0,23	208	0,13	628	0,60	4,01
Amazonas	1.239	0,34	820	0,53	420	0,20	1,51
Roraima	400	0,11	386	0,25	13	0,02	1,03
Pará	21.585	5,93	9.263	5,93	12.322	0,40	2,33
Amapá	285	0,08	217	0,14	68	0,14	1,31
Tocantins	31.176	8,57	18.829	12,06	12.347	0,25	1,66
NORTE	57.923	15,92	32.277	20,68	25.646	0,28	1,79
Maranhão	43.846	12,05	5.430	3,48	38.416	0,78	8,08
Piauí	14.754	4,05	3.311	2,12	11.443	0,63	4,46
Ceará	7.018	1,93	2.182	1,40	4.836	0,53	3,22
Rio G. do Norte	3.132	0,86	1.380	0,88	1.752	0,39	2,27
Paraíba	4.591	1,26	1.382	0,89	3.209	0,54	3,32
Pernambuco	5.719	1,57	1.394	0,89	4.325	0,61	4,10
Alagoas	4.081	1,12	341	0,22	3.740	0,85	11,96
Sergipe	817	0,22	307	0,20	510	0,45	2,66
Bahia	37.144	10,21	8.336	5,34	28.808	0,63	4,46
NORDESTE	121.101	33,28	24.064	15,42	97.038	0,67	5,03
Minas Gerais	36.017	9,90	22.402	14,35	13.615	0,23	1,61
Espírito Santo	1.136	0,31	621	0,40	515	0,29	1,83
Rio de Janeiro	4.625	1,27	2.519	1,61	2.105	0,29	1,84
São Paulo	25.035	6,88	14.741	9,44	10.294	0,26	1,70
SUDESTE	66.813	18,36	40.284	25,81	26.529	0,25	1,66
Paraná	4.753	1,31	2.716	1,74	2.037	0,27	1,75
Santa Catarina	2.480	0,68	2.110	1,35	370	0,08	1,18
Rio G. do Sul	3.031	0,83	1.834	1,17	1.197	0,25	1,65
SUL	10.264	2,82	6.661	4,27	3.604	0,21	1,54
Mato G. do Sul	4.572	1,26	3.794	2,43	777	0,09	1,20
Mato Grosso	20.696	5,69	16.087	10,31	4.609	0,13	1,29
Distrito Federal	82.564	22,69	32.941	21,10	49.623	0,43	2,51
C.OESTE	107.832	29,63	52.822	33,84	55.010	0,34	2,04
TOTAL	363.933	100,00	156.107	100,00	207.826	0,40	2,33

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010.

Com relação ao volume dos emigrantes procedentes do Estado de Goiás, constata-se que os maiores fluxos foram destinados à região Centro Oeste, cujo percentual foi de 33,84% das saídas totais. Novamente, o Distrito Federal mantém a tendência de principal destino, tendo sido a escolha realizada por 21,1% dos egressos. No âmbito inter-regional, constatou-se a região Sudeste como o destino escolhido por 25,81% dos emigrantes, enquanto o Nordeste foi procurada por 15,42%, e o Norte recebeu 20,68%. Esta nova configuração de valores elevou a participação das regiões Norte e Nordeste, ao passo que a região Sudeste perde, cada vez mais, participação como destino escolhido. Em nível estadual, em sua maioria, os emigrantes se dirigiram, além do Distrito Federal, para Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e São Paulo.

No tocante aos saldos migratórios, é digno de nota que Goiás apresentou saldo negativo somente com um Estado: Rondônia (-152). Isso mostra a capacidade da atração e retenção populacional dessa UF, que a cada quinquênio em estudo, consolida-se como um dos principais destinos ou o principal polo de atração das migrações interestaduais do país. Em termos de volume, manteve-se a tendência constatada nos intervalos anteriores, com os maiores saldos positivos advindos do Distrito Federal (69.499), Maranhão (25.955), Bahia (24.487) e Tocantins (15.379).

O Índice de Eficácia Migratória (IEM) e o Índice de Reposição Populacional (IRP) confirmam o poder de atratividade de Goiás, dado que a cada intervalo (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010) o Estado aumenta o IEM (0,26, 0,37 e 0,40, respectivamente) e o IRP (1,71, 2,19 e 2,33, respectivamente). Isso mostra que, no último período em questão, Goiás consolida-se como área de retenção migratória (0,40) e para cada 10 saídas de pessoas entram 23 migrantes (2,33) (Tabela 3).

Considerações Finais

O principal objetivo deste estudo foi analisar os fluxos migratórios interestaduais “do” e “para” o Estado de Goiás, entre 1986 e 2010, e mostrar a importância dessa Unidade da Federação como área de destino populacional.

Em termos migratórios destacou-se o elevado fluxo interestadual procedente do Distrito Federal, Maranhão, Bahia e Minas Gerais, revelando a importância das migrações de curta e longa distância e a elevada atratividade migratória do Estado de Goiás. Ademais, chamou a atenção, quando comparado ao Estado de São Paulo, tradicional porta de entrada de migrantes internacionais e nacionais, o desempenho migratório de Goiás. Durante os três quinquênios em análise (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010), tanto em termos relativos quanto absolutos, o Estado de Goiás aumentou o seu saldo migratório positivo, se aproximando do volume do Estado de São Paulo que, a cada intervalo estudado, diminuiu o seu saldo.

O Índice de Eficácia Migratória mostra que, na atualidade, de fato, o Estado de Goiás é o principal polo de retenção populacional do país, com valores superiores aos apresentados pelo Estado de São Paulo. Por sua vez, a Taxa Líquida de Migração, calculada a partir da razão entre o saldo migratório (SM) e a população observada no final do período (P_n), é outro indicador que confirma Goiás como o ‘novo’ eldorado do Brasil, dado a importância crescente das migrações para o crescimento populacional do Estado, enquanto que, no caso do Estado de São Paulo, a cada quinquênio, decresce a importância do saldo migratório na composição do seu crescimento populacional.

Em resumo, esses resultados aludem para a validade e a importância do binômio crescimento econômico-migração, industrialização-migração e emprego-migração. Isto porque, a partir do momento que o Estado de Goiás despontou como uma das principais fronteiras agrícolas do país, e a crescente importância da sua indústria, essa área passou a se destacar como área de atração e retenção migratória nacional.

Referências

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; RODRIGUES, Roberto do Nascimento; FÍGOLI, Moema Gonçalves Bueno. Síntese da migração em Goiás e no Distrito Federal nas últimas décadas. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, vol. 5; nº 2, p. 127–136; 2002.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012, Águas de Lindóia – SP. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP.

_____. **Região, MetrÓpole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.

_____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: **XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1998.

CARVALHO, J. A. M. de; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-16, 1998.

COSTA, C.. A Nova Sudeco e a Inclusão Industrial do Centro-Oeste. **Conjuntura Econômica Goiana**. Julho/2004.

CUNHA, José Marcos Pinto da (Coord.). **Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2002. 168p.

IPEADATA. **Contas Nacionais a nível regional**. Acesso em 12/05/2014. Disponível em: www.ipeadata.gov.br.

LEMOS, M.B. et al. A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência. **Anais do IX Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina, 2000.

MATOS, R. E. S. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, v.19, n.1, p.49-72, 2002.

MUELLER, Charles; TORRES, Haroldo; MARTINE, George. **An analysis of forest margins and savanna agrosystems in Brazil**. Brasília: ISPN, 1992.

OLIVEIRA, L.A.P. A nova dinâmica demográfica da Região Centro-Oeste. **Cadernos de Demografia**. Brasília, n. 4, out. 1997. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2001.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: UNICAMP/IE, 1997, p.25-52.

PASCHOAL, J. A. R. A Influência dos Incentivos Fiscais na Vida e no Rendimento do Trabalhador Goiano. In: **Cadernos de política econômica** / FIEG. N.1 (fev.2008) Goiânia: FIEG, 2008. 90p.

PEDROSO, Í. L. P. B.; PEDROSO DA SILVA, A. R.. As transformações da agricultura do sudoeste de goiás: da agropecuária extensiva a formação de cluster de grãos. In: **XLIII Congresso da SOBER, 2005**. Ribeirão Preto. Anais do : XLIII Congresso da SOBER, 2005.

QUEIROZ, S. N. de. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. (Doutorado em Demografia).Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2013.

SALIM, Celso Amorim. **Estrutura agrária e dinâmica migratória na Região Centro-Oeste, 1970-80: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada**. 1992. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

**Arranjo Produtivo Local: o
setor de confecções em Goiás**

Juliana Dias Lopes¹
Rafael dos Reis Costa²
Glady Duarte Correia³
Juscelino Afonso de Sá⁴
Aline Figlioli⁵

Resumo: Este artigo realiza um recorte de uma atividade importante para o Estado de Goiás, a de confecção. A base deste trabalho está no levantamento bibliográfico sobre os Arranjos Produtivos Locais, tendo como referência inicial os trabalhos produzidos pela RedeSist e aqueles que tratam especificamente do setor de confecções. O trabalho, com o banco de dados formatado, apresenta o índice de quociente locacional e o grau de formalização do mercado de trabalho para os APLs do setor de confecções no Estado. Em Goiás há sete APLs de confecção em que 74 municípios participam. Os resultados demonstram que a concentração do emprego no setor, em sua maior parte, está nas regiões dos arranjos produtivos e isto pode ser positivo do ponto de vista da especialização da mão de obra e na troca de experiências pelos seus participantes. Além disso, 78% do total de empregos do setor têxtil/ confecção (CNAE divisão 13 e 14) são gerados nos municípios que participam dos APLs.

Palavras-chave: Mão de obra no setor de confecção; Arranjo Produtivo Local; Goiás.

Introdução

Nos últimos anos tem se expandido os estudos sobre arranjos produtivos locais (APLs), sendo vistos como instrumentos que contribuem com o desenvolvimento local. Destaca-se a importância de políticas públicas de desenvolvimento regional que priorizam os APLs. No Brasil há muitas instituições que apoiam e desenvolvem trabalhos junto a esses arranjos, como a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais

¹ Pesquisadora em Economia no Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO. Mestranda em Agronegócio na UFG. E-mail: juliana-dl@segplan.go.gov.br

² Pesquisador em Economia no Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO. Especialista em Finanças/ CESUMAR-PR. E-mail: rafael-rc@segplan.go.gov.br.

³ Gerente de Inovação e Difusão Tecnológica na Secretaria de Estado de Desenvolvimento / Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia/ SED.

⁴ Técnico na Secretaria de Estado de Desenvolvimento / Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia / SED.

⁵ Superintendente de Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Fomento à Tecnologia da Informação / Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia/ SED.

(REDESIST), o Observatório Brasileiro de APLs, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o SEBRAE, os Estados, etc.

Segundo o MDIC⁶, os APLs são aglomerações de uma mesma atividade produtiva localizada em determinada região geográfica, e as empresas que formam essas aglomerações geralmente apresentam vínculos de cooperação e aprendizagem entre si. O pressuposto é que o APL seja instrumento fomentador do desenvolvimento local, sendo a dimensão espacial e a interação entre os atores importantes para essa análise.

Há 49 APLs distribuídos pelos municípios do Estado de Goiás, segundo o Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais⁷ (OBAPL), e abrangem os seguintes segmentos: Agroindústria, Gema e Joias, Cerâmica Vermelha, Confeção, Calçados, Farmacologia/Produtos Fitoterápicos, Leite e derivados, Madeira e moveis, Rocha ornamentais, Tecnologia da Informação, Apicultura, Laticínios, Madeira e agricultura, Agricultura orgânica, Bebidas, Metal mecânico, Cosméticos, Fruticultura, Aquicultura, Turismo e Áudio Visual.

Com essa perspectiva, este artigo realiza um recorte de uma atividade importante para o Estado de Goiás, a de confecção. Há sete APLs de confecção em que 74 municípios goianos participam, sendo que seis desses arranjos estão sendo atendidos por Colégios Tecnológicos, consolidando a política de ciência, tecnologia e inovação. Nesta pesquisa, o enfoque conceitual é baseado fundamentalmente em trabalhos realizados por pesquisadores da RedeSist, de forma que o arranjo é visto no espaço geográfico em que está inserido. Assim, este artigo realiza um recorte no setor de confecção, e busca destacar a importância dessa atividade para a geração de emprego para os municípios goianos que compõem o APL desse setor, contribuindo para o desenvolvimento local.

Além desta introdução, a estrutura do trabalho apresenta o referencial teórico, a metodologia, os resultados e as considerações finais. No referencial teórico é feita uma exposição das teorias da localização e dos arranjos produtivos locais. Na metodologia coloca-se uma explicação sucinta dos indicadores utilizados no trabalho: o quociente locacional e a evolução da formalização do mercado de trabalho. Nos resultados discutem-se as principais características dos APLs do setor de confecções no Estado e a aplicação dos indicadores apresentados na metodologia. Por fim, as considerações finais do artigo.

1. Referencial Teórico

Desde os estudos de Alfred Marshall (1985a; 1985b) sobre os distritos industriais ingleses, no fim do século XIX, que as aglomerações de empresas e a geração das economias têm merecido atenção. Estas economias externas ou marshallianas estariam relacionadas às características provenientes das aglomerações que seriam concentração de indústrias, capital e mão de obra especializada, criando regiões competitivas e dinâmicas. Pela ótica marshalliana, essas regiões decorrem da possibilidade de transbordamento, que decorrem de economias externas, o que propicia a vantagem competitiva. Segundo Cassiolato e

⁶ <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=2¬icia=12829>

⁷ <http://portalapl.ibict.br/apls/>

Lastres (2003 b), o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais é importante para gerar vantagens competitivas.

Por meio da análise territorial, diversos estudos buscam explicar a proximidade geográfica como fator de desenvolvimento regional. Tal proximidade torna possível o ganho de eficiência para as empresas que fazem parte do conglomerado criando uma eficiência coletiva, que é definida como a vantagem competitiva derivada de economias externas locais e de ação conjunta (SCHMITZ, 1997, p. 165). Conforme CAMPOS *et al*, a ação conjunta pode ser não-planejada ou planejada. A primeira ocorre devido à existência da aglomeração industrial, que fornece custos reduzidos e surge de forma não intencional, e a segunda é formada pelas decisões e ações conjuntas das empresas que fazem parte do aglomerado, e ocorrem por meio da cooperação entre firmas ou da criação de associações empresariais, consórcios, entre outros. As ações conjuntas resultam em benefícios aos participantes das aglomerações e geram uma competição positiva entre elas, porém, depende da existência de instituições de apoio às empresas, além de confiança entre os agentes locais e uma estrutura de governança capaz de orientar o processo decisório (SCHMITZ, 1997).

No Brasil, com base nos distritos industriais marshallianos, funda-se o termo Arranjos Produtivos Locais (APLs), tendo como atributos “proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), colaboração estreita e competição entre firmas baseadas na inovação, confiança e identidade socioeconômica, organizações que apoiam prestações de serviços em comum, promoção entre governos regionais e estaduais” (CAMPO & PAULA apud PARRÉ *et al*, 2012, p. 315).

Em Goiás, segundo Costa (2011), a partir de 2001, o número de arranjos produtivos com apoio e formulação de políticas foi se ampliando, de forma que em 2003 constituiu-se um fórum informal de entidades, para integrar ações, formado pelas Secretarias Estaduais de Indústria e Comércio (SIC), de Ciência e Tecnologia (SECTEC), de Planejamento (SEGPLAN) e de Agricultura (SEAGRO), Agência Estadual de Turismo (AGETUR), SEBRAE-GO e SENAI-GO. O governo estadual de Goiás organizou-se para constituir a Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (RG-APL), por meio do Decreto 5.990/2004, sob a coordenação da SECTEC (COSTA, 2011).

Com base nos atributos dos APLs e considerando a diversidade de trabalhos que tratam de sua definição, opta-se por aquela formulada pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), que considera os APLs como sendo

(...) aglomerados territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 03).

A constituição de um APL pode se dar em um município, em uma área do município ou em regiões, e independe de fronteiras políticas (CAMPOS; CALLEFI, [s.d.], p. 06). O foco da análise é sobre relações entre as empresas, entre estas e demais instituições dentro de um espaço geograficamente definido. As políticas para promoção dos APLs são incompatíveis com modelos genéricos, sendo importante levar em conta as especificidades locais, a proximidade geográfica e a identidade histórica, institucional, social e cultural como fontes de diversidade e vantagens competitivas (CASSIOLATO, LASTRES, 2003 b).

A análise de APL vai além do conceito de desenvolvimento endógeno por considerar as interações com o ambiente externo, de forma que a abordagem seja sistêmica, conforme Lastres e Cassiolato (2003 b), essa abordagem parte da constatação de que o desenvolvimento local é condicionado e subordinado também a sistemas exógenos. A importância do local, segundo Cassiolato *et al* (2008, p.32):

A ênfase no local levou ao desenvolvimento do termo mais amplamente difundido de arranjos produtivos locais (APLs). Isto se deve ao fato de que as atividades produtivas e inovativas são diferenciadas temporal e espacialmente, refletindo o caráter localizado da assimilação e do uso de conhecimentos e capacitações, resultando em requerimentos específicos de políticas.

Segundo Apolinário e Silva (2008), a sustentabilidade e a competitividade dos APLs têm forte relação com seu enraizamento no território e com as vantagens locais existentes. Os efeitos das externalidades são os processos de recriação e/ou fortalecimento das vantagens competitivas, bem como os processos de aprimoração do aprendizado coletivo e cumulativo, decorre assim a necessidade de se estudar os APLs enquanto estratégia para assegurar o desenvolvimento de determinadas regiões (APOLINÁRIO, SILVA, 2008).

2. Metodologia

A base do trabalho está no levantamento bibliográfico sobre os APLs, tendo como referência inicial os trabalhos produzidos pela RedeSist e aqueles que tratam especificamente do setor de confecções.

As informações foram retiradas da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), do período de 2003 a 2013, e foram utilizadas as divisões 17 e 18 da CNAE 1.0 para o período de 2003 a 2005, e as divisões 13 e 14 da CNAE 2.0 a partir de 2006. Essas divisões contemplam a fabricação de produtos têxteis e a confecção de artigos de vestuário e acessórios.

O trabalho, com o banco de dados formatado, apresenta o índice de quociente locacional e o grau de formalização do mercado de trabalho para os APLs do setor de confecções no Estado.

2.1 Quociente Locacional (QL)

O quociente locacional é utilizado em estudos na área de economia regional. De acordo com Piekarski e Torkomian (2005, p. 45), o “objetivo do quociente locacional é comparar duas estruturas setoriais-espaciais”, ou seja, estabelece uma razão entre a participação do setor estudado na região com a participação do setor em uma região base. Seu índice pode utilizar variáveis como emprego, valor da produção, entre outros.

Como exemplo, utiliza-se a variável emprego, que é a mesma que será analisada neste texto, e sua fórmula é dada por:

$$QL = \frac{E_{ij}/E_j}{E_i/E} \quad (1)$$

Em que:

E_{ij} : emprego do setor i nos municípios que compõem o APL j ;

E_j : emprego total nos municípios que compõem APL j ;

E_i : emprego do setor i na região base (Estado de Goiás);

E : emprego total na região base (Estado de Goiás).

Há três possibilidades para o valor do índice. Se for inferior a 1, significa que a participação do setor tem pouca representatividade nos municípios que compõem o APL em comparação com a região base. Se for igual a 1 há uma equivalência entre a região que compõe o arranjo e a região base, não podendo afirmar a existência de uma especialização do setor na região. E por fim, o índice superior a 1 indica a presença de especialização regional do setor em relação à região base. Desta forma, a especialização e a concentração de um setor estão relacionadas a um maior índice de quociente locacional (MENDES, et al, 2012, p. 10).

2.2 Formalização do mercado de trabalho

Corseuil *et al* (2008) apresentam uma metodologia para decompor a variação do emprego formal conforme o setor em análise. O objetivo é decompor esta variação de acordo com o tamanho médio dos estabelecimentos formais (x) e o número de estabelecimentos formais (n). A fórmula de cálculo apresenta a seguinte estrutura:

$$n_{13} \cdot x_{13} - n_{03} \cdot x_{03} = (n_t \cdot x_{13} - n_t \cdot x_{03}) + (x_t \cdot n_{13} - x_t \cdot n_{03}) \quad (3)$$

Em que,

x : tamanho médio dos estabelecimentos formais;

n : número de estabelecimentos formais.

Os subscritos 13 e 03 referem-se aos anos utilizados neste trabalho para a análise, ou seja, 2013 e 2003. Já o subscrito t representa a média aritmética dos valores existentes para 2003 e 2013. O primeiro componente do lado direito da equação mostra o valor da variação no emprego formal influenciada pelo tamanho dos estabelecimentos entre 2003 e 2013, sendo o nível médio do número de estabelecimentos fixo. No segundo componente, a variação no emprego formal é medida mantendo constante o tamanho dos estabelecimentos em nível médio e colocando a variação no número de estabelecimentos para 2003 e 2013. De acordo com Corseuil *et al* (2008, pg. 40), “caso o primeiro (segundo) componente venha a ser o maior deles, então poder-se-ia concluir que o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos (o aumento do número de estabelecimentos formais) foi o maior responsável pelo recente aumento do emprego formal”.

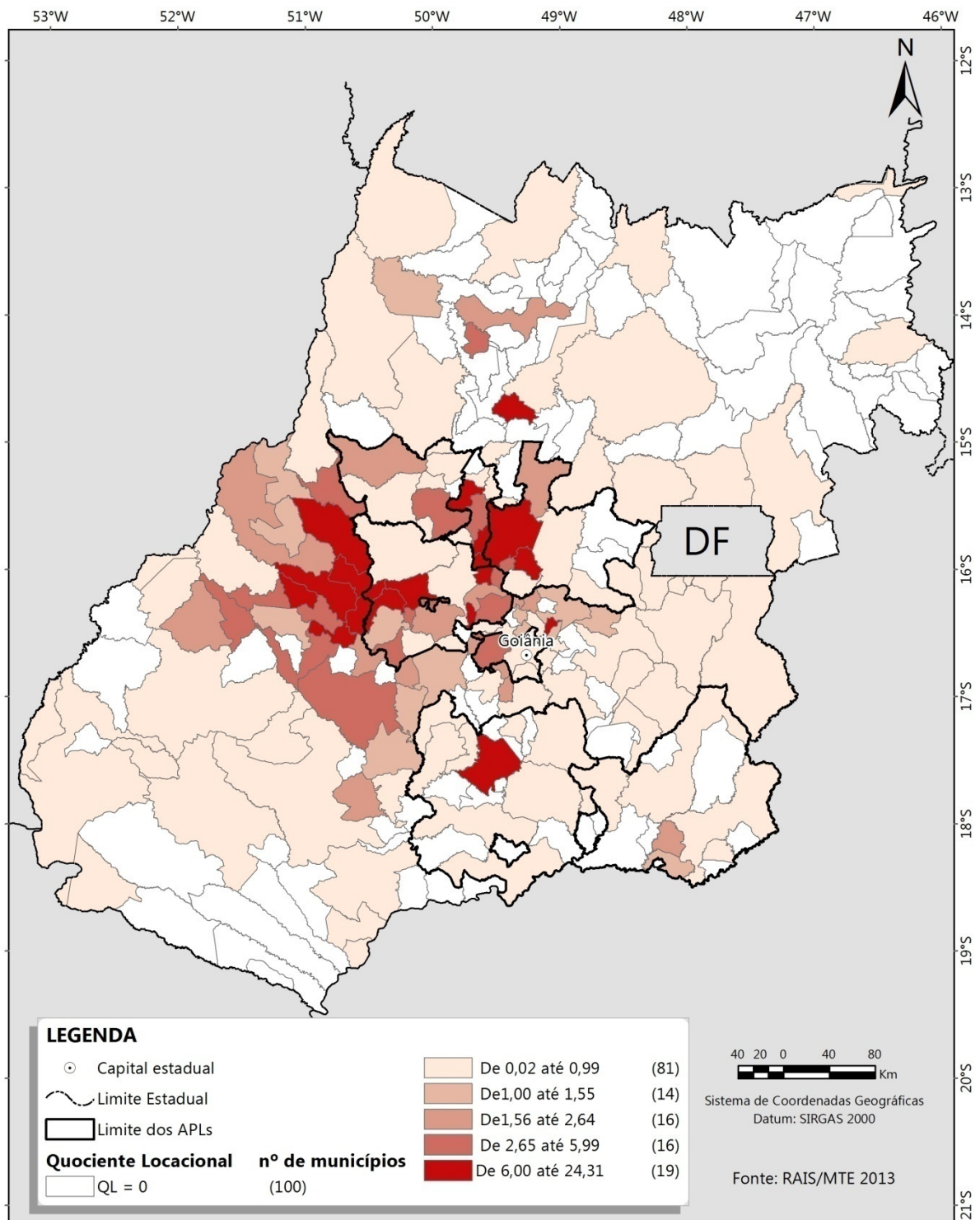
3. Resultados e Discussões

Segundo Castro (2006), apesar da indústria de confecção encontrar-se presente em um grande número de municípios de Goiás, ela revela uma forte concentração em algumas aglomerações. Por meio da Figura 1, em que se apresenta o quociente locacional dos municípios goianos, observa-se que em alguns o QL é elevado, o que indica que a atividade de confecção neste local é mais significativa nesta localidade do que no Estado. A atividade de confecção em Goiás é espalhada, em 2013, dos 246 municípios, 146 possuem mão de obra formal empregada no setor confecção/têxtil (CNAE divisão 13 e 14), gerando no total 31.728 empregos formais, o que significa 13,14% do estoque de empregos na indústria de transformação (241.516), conforme dados da RAIS/MTE. Além disso, 78% do total de empregos do setor são gerados nos municípios que participam dos APLs.

Em pesquisa realizada sobre o APL de confecções da região de Jaraguá⁸, Castro (2006) observou que em 2003 havia 210 empresas formais de confecção, que empregavam 1.929 trabalhadores, representando 92,5% dos trabalhadores formais na indústria de transformação na região. Em 2013, o APL de confecção/têxtil de Jaraguá já possuía 361 estabelecimentos, gerando 3.462 empregos formais no setor. Castro (2006) ressalta ainda que considerando ser a confecção uma atividade tradicional, intensiva em mão de obra e com baixa inovação, esse arranjo demonstra uma razoável capacidade inovativa, bem como a consolidação do profissional de moda que é cada vez mais demandada pelas empresas do arranjo.

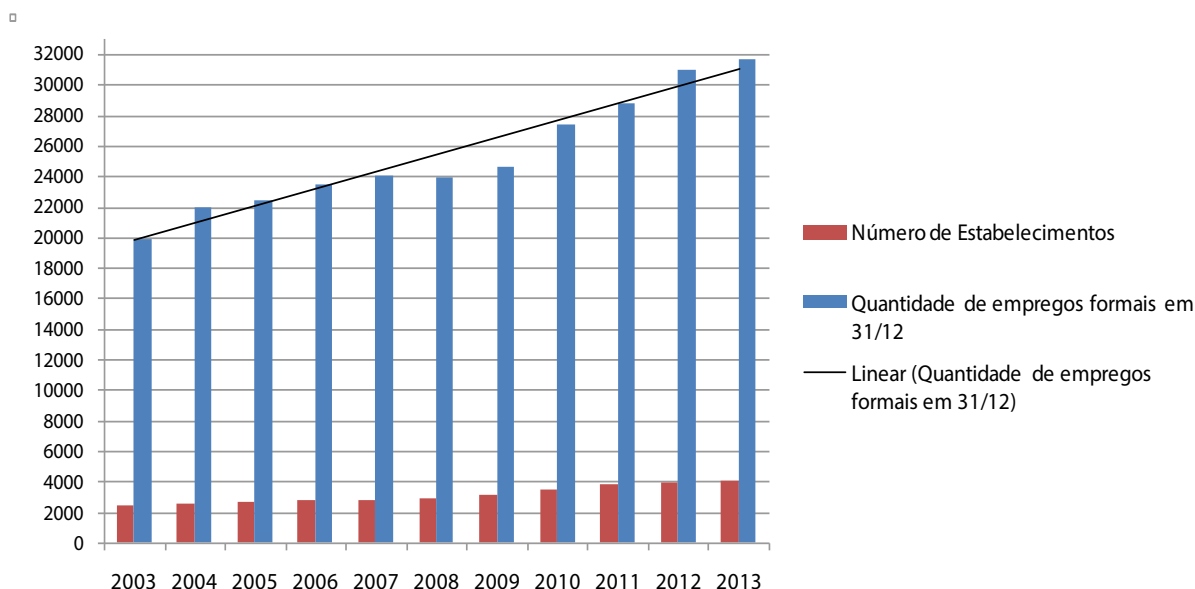
⁸ Municípios que compõem este arranjo: Jaraguá, Itaguaru, São Francisco de Goiás e Uruana.

Figura 1: Quocientes Locacionais do setor têxtil/confeção para os municípios goianos – Goiás 2013



Em 2013 havia 13.346 estabelecimentos da indústria de transformação em Goiás, sendo que 4.020 destes estabelecimentos são do setor de confecção/têxtil, ou seja, 30,12%, e deste total 84,5% fazem parte dos municípios pertencentes aos APLs. Isso mostra a importância desse setor dentro da indústria de transformação no Estado. Por exemplo, no município de Taquaral de Goiás do total de 43 estabelecimentos da indústria de transformação, 40 são no setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios. Observa-se que em 20 dos 74 municípios que compõem os APLs de confecção, o percentual de indústrias do setor sobre o total da indústria de transformação é de no mínimo 50%. Isso revela a importância da atividade para o desenvolvimento social e econômico desses municípios. Em Goiás, entre 2003 e 2013, o crescimento no número de estabelecimentos e do estoque de emprego formal do setor de confecção/têxtil foi de 66,94% e 59,17%, respectivamente, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1: Estado de Goiás - crescimento do número de estabelecimentos e do estoque de empregos formais no Setor de confecção e têxtil em 31 de dezembro, de 2003 a 2013



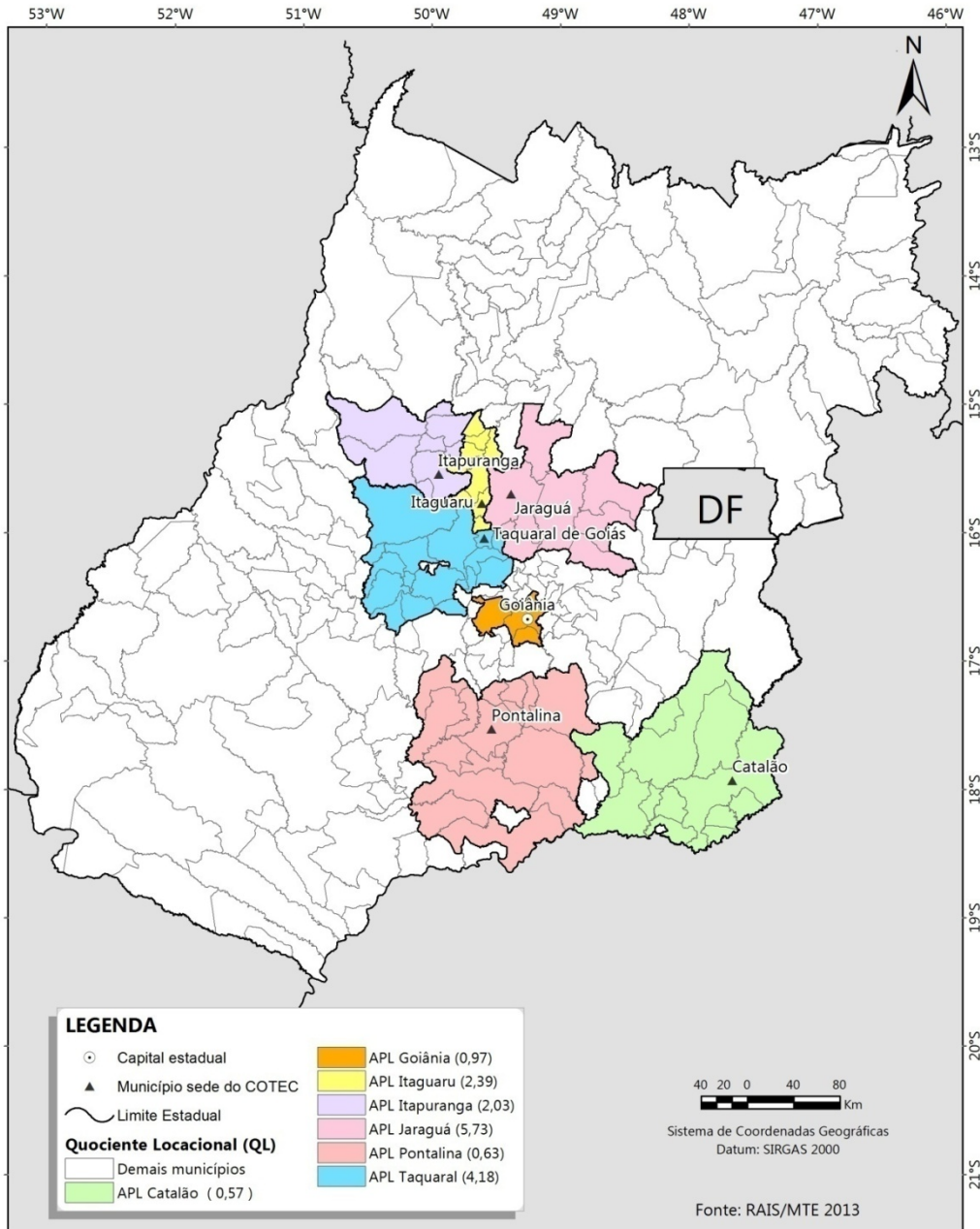
Fonte: MTE/RAIS, 2014.

Em Goiás, a concentração da atividade de confecção se encontra nas mesorregiões do Sul Goiano e Centro Goiano. Há sete APLs articulados no setor confecção/têxtil, sendo que os arranjos se configuram com a participação dos atores locais que compõe a cadeia produtiva, instituições de ensino e apoio do governo com a compra de máquinas de uso coletivo⁹. Dos sete arranjos articulados, seis possuem Colégios Tecnológicos (Cotec), os

⁹ A Sectec iniciou em 2013, objetivando implementar políticas de tecnologia, inovação e fortalecer o desenvolvimento regional e a economia local, a implantação dos Cotecs voltados a APLs. Eles oferecem serviços tecnológicos e capacitação aos empresários do APL. O Cotecs possuem laboratório de corte automatizado, incluindo a digitalização de matrizes, e também oferecem capacitação para a utilização dos equipamentos e cursos relacionados à área de confecções.

municípios sede desses colégios são os seguintes: Catalão, Pontalina, Taquaral de Goiás, Itaguaru, Jaraguá e Itapuranga. Goiânia, que possuirá um Instituto Tecnológico de Goiás (ITEGO) com tal vocação, é polo do setor de confecção, sendo destaque no cenário nacional no setor de moda.

Figura 2: Goiás - Localização dos APLs de confecção/ têxtil e dos Colégios Tecnológicos



Na Figura 2, pode-se observar a localização dos APLs de confecção/têxtil existentes no Estado, com destaque aos municípios sede do Cotec. Nessa figura apresenta-se o

Quociente Locacional (QL) da mão de obra formal empregada no setor de confecção/têxtil de cada APL. Por meio do índice geral do QL, é possível observar que quatro deles – Itaguaru, Itapuranga, Jaraguá e Taquaral – estão acima de 1, o que representa que existe uma concentração de emprego neste setor específico. Para os APLs de Goiânia e Catalão, o baixo índice pode ser explicado em partes pela maior diversidade produtiva apresentada por estas regiões, principalmente pelos setores de indústria e serviços. Para Pontalina, a diversificação maior se relaciona com atividades agropecuárias. Desses APLs, o de Jaraguá é o que apresenta o maior QL de 5,73.

Entretanto, conforme o Quadro 1, quando se observa o quociente locacional para as cidades polos, ou seja, aquelas que são o ponto de referência para cada APL, o índice é relevante para cinco delas. Chama atenção, por exemplo, o índice de Jaraguá que é de 18,65 e trata-se de um APL consolidado na produção de peças em *jeans* e que tem sua produção distribuída para outras regiões do país. Numa outra observação, o quociente do APL de Pontalina é inferior a um, porém, ao analisar o índice do município nota-se que há uma representatividade do setor no emprego. A manutenção do indicador abaixo de um se mantém para as cidades polos de Goiânia e Catalão, o que se relaciona com o tamanho e diversidade das atividades produtivas encontradas nestes municípios.

**Quadro 01: Quociente Locacional dos APLs de confecções
(mão de obra formal) – 2013**

Arranjo Produtivo Local	Quociente Locacional	
	APL	Cidade Polo
Catalão	0,57	0,99
Pontalina	0,63	7,67
Goiânia	0,97	0,91
Itapuranga	2,02	4,98
Itaguaru	2,39	6,22
Taquaral	4,17	17,67
Jaraguá	5,73	18,65

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados da RAIS/MTE, 2013.
Elaboração dos autores.

A análise do quociente locacional tem o objetivo de ajudar no entendimento da significância de um setor para a região. Porém, de acordo com Suzigan *et al.* (2003), o indicador tem algumas limitações. Para regiões de economia diversificada ele pode subestimar a importância da atividade e por outro lado, em regiões pobres, pode apresentar um alto indicador devido a uma pequena indústria instalada na região, sem, no entanto, ser uma atividade significativa.

Conforme os dados da RAIS, todos os arranjos do setor de confecções apresentaram crescimento no número de postos de trabalho. A variação no número de empregos formais foi de 45%. Entre os três arranjos que apresentam um QL abaixo de um, Catalão apresentou, em termos relativos, um crescimento de 105% no número de empregados no período analisado. Já Goiânia e Pontalina apresentaram respectivamente índices de 18% e 18,5%. Já nos APLs com quocientes acima de um, o maior destaque cabe ao município de Taquaral, em que entre 2003 e 2013 o crescimento relativo do emprego no setor chegou a 729%.

Quando se considera o emprego em termos absolutos, em 2013, o destaque é o APL da região de Goiânia com estoque de 15.327 empregos formais, sendo que este valor representa 62% do total de emprego gerado por todos os arranjos do setor.

Quando se fala no aumento do emprego é interessante tentar compreender de que forma este aumento se deu. No caso dos arranjos produtivos, por meio do quadro 2, faz-se uma tentativa de explicar de que forma o tamanho ou o número de estabelecimentos influenciou na variação do emprego no setor de confecções entre 2003 e 2013.

Quadro 2: Decomposição do emprego formal para os APLs de confecções do Estado de Goiás – 2013

APL	Tamanho médio $n_t \cdot X_{13} - n_t \cdot X_{03}$	Número Estabelecimentos $x_t \cdot n_{13} - x_t \cdot n_{03}$	Varição Total
Catalão	126	231	357
Pontalina	-271	422	151
Taquaral	161	2.799	2.960
Itaguaru	-271	425	154
Jaraguá	417	1.216	1.633
Itapuranga	-150	301	151
Goiânia	-2.585	4.923	2.338
Total	-2.573	10.317	7.744

Dados: MTE, RAIS – 2013
Elaboração dos autores.

A coluna variação total mostra o número de vagas formais que foram criadas, no período de 2003 a 2013, para cada APL. Conforme exposto anteriormente, todos os arranjos tiveram acréscimo no número de vagas, porém, após a decomposição, o fator relevante foi o aumento no número de estabelecimentos, que foi de 10.317. Para os APLs de Pontalina, Itaguaru, Itapuranga e Goiânia o tamanho médio contribuiu para a diminuição no número de empregos. Vale acrescentar que o setor de atividade e a idade são variáveis que impactam o tamanho do estabelecimento (CORSEUIL *et al*, 2008). Assim, cada setor de atividade tem sua escala ótima e cada firma precisa de tempo para transitar entre o período inicial de incerteza e o de eficiência. Atingindo o período de eficiência, somente as firmas competitivas se manteriam no mercado, diminuindo o número de estabelecimentos e aumentando o tamanho médio.

Considerações Finais

O trabalho apresentado pretende dar uma dimensão atualizada dos dados sobre o emprego nos Arranjos Produtivos Locais do setor de confecções em Goiás. Conforme o referencial teórico, a definição de arranjo produtivo gera controvérsias acadêmicas, porém, a dinâmica econômica não pode esperar tal resolução. Assim, os governos buscam as fontes referenciais disponíveis para subsidiar suas decisões e formalizar políticas de atuação na área. Tais políticas devem se pautar pelas características regionais e também pela importância do setor na geração de renda e emprego.

Como se sabe, o setor de confecções utiliza-se muito do fator trabalho para sua execução e uma política de APLs direcionada ao setor é importante para a manutenção e geração de novos empregos. Por outro lado, cabe destacar que além do reconhecimento do APL por parte do Estado é imprescindível o investimento em tecnologia e inovação, principalmente em um setor tão volátil e que tem como características seguir tendências lançadas a cada estação do ano.

Desta forma, os resultados apresentados pelo trabalho demonstram que a concentração do emprego no setor, em sua maior parte, está nas regiões dos arranjos produtivos e isto pode ser positivo do ponto de vista da especialização da mão de obra e na troca de experiências pelos seus participantes. Por outro lado, uma das restrições do trabalho fica por conta da base de dados utilizada, ou seja, a RAIS, pois esta só capta movimentações do mercado formal de trabalho. Informações sobre o setor informal só seriam disponibilizadas em uma pesquisa de campo e com a disponibilidade dos atores envolvidos em respondê-la.

A política de reconhecimento e investimentos em APLs é importante para as cidades envolvidas e abre espaço para a interação regional. Uma característica que deve ser desenvolvida nos APLs é a governança entre seus participantes. Uma governança desenvolvida é capaz de superar divergências políticas e atuar em prol de um desenvolvimento regional inclusivo.

Referências

APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. Saber local e interações no APL de Bordados de Caiacó, RN: Arte-negócio no semi-áridonordestino. In: **Arranjos Produtivos Locais Uma alternativa para o desenvolvimento**. Criatividade e Cultura v1, Rio de Janeiro: e-papers, 2008.

BARBOSA, R.A. e TORRES, D.R. **Empresa Motriz e Desenvolvimento Regional: Análise dos Impactos da IVECO na Cidade de Sete Lagoas – MG**. Seminário de Economia Mineira, Diamantina, 2010. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A069.pdf> Acesso em: 13 Out. 2014.

CALLEFI, P.; CAMPOS, A.C.de. **Arranjos Produtivos Locais de confecção no Paraná: uma análise comparativa**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.pce.uem.br/producao/a42af5bb462c6ed42ac44a93ce4fdee7.pdf>>. Acesso em: Agosto/ 2014.

CAMPOS, A.C.de; TRINTIN, J.G.; VIDIGAL, V.G. **Evolução dos arranjos produtivos locais (APL) de confecção no Estado do Paraná de 1995 a 2006**. [s.d.]. Disponível em: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/101.pdf>>. Acesso em: Setembro/2014.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: Lastres, H. M. M., Cassiolato, J. E., Maciel, M. L. (orgs), **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: RelumeDumar Editora, 2003(b).

CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P.; LASTRES, H. M. M. Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais em atividades culturais e políticas para sua promoção. In: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P.; LASTRES, H. M. M. (org.) **Arranjos Produtivos Locais Uma alternativa para o desenvolvimento**. Criatividade e Cultura v1, Rio de Janeiro: e-papers, 2008.

CASTRO, S. D. Dinâmica Produtiva e Inovativa do APL de confecções da região de Jaraguá-GO. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Estratégias para o desenvolvimento. Um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

CORSEUIL, C. H., MOURA, R. L., RAMOS, L. **Fontes de Expansão do Emprego Formal**. Nota Técnica. Mercado de Trabalho, 37, novembro de 2008.

COSTA, Wagno Pereira da. **Arranjo produtivo local como instrumento de política no desenvolvimento do Estado de Goiás (2002-2008)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011. Disponível em: <www.cpgss.ucg.br>. Acesso em: 18 jul 2013.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J. E **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf>. Acesso em: Julho/2014.

MARSHALL, A. (a) **Princípios de Economia: tratado introdutório**. 2ed. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARSHALL, A. (b) **Princípios de Economia: tratado introdutório**. 2ed. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENDES, P.P.P.; SHIKI, S.de F.N.; TORRES, D.A.R..**Arranjo Produtivo Local como uma estratégia de desenvolvimento: o estudo do setor de confecções de Divinópolis**. In: XV Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2012. Disponível em: <<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2012/trabalho/economia/arranjo-produtivo-local-como-uma-estrategia-de-desenvolvimento-o-estudo-do-setor-de-confecoes-de-divinopolis>>. Acesso em: 25 Ago. 2014.

PARRÉ, J.L.; CAMPOS, A.C.de; MONTEIRO, W. de F.; RODRIGUES, M.A..**Identificação e análise espacial das aglomerações produtivas do setor de confecções na região Sul**. Economia Aplicada, v. 16, n. 2, 2012, pp. 311-338. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502012000200005&script=sci_arttext Acesso em: Agosto/ 2014

PIEKARSKI, A.E.T.; TORKOMIAN, A.L.V.. Identificação de clusters industriais: uma análise de métodos quantitativos. **Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas – GEPROS**. Bauru, n. 01, pg. 40-50, 2005.

SCHMITZ, H. **Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 18, n.2, p. 164-200, 1997. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1902/2276>>. Acesso em: Agosto/2014.

SUZIGAN, W. ; FURTADO, J.; GARCIA, R. e Sampaio, SÉRGIO. **Sistemas Locais de Produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas**. Texto apresentado no XXXI Encontro Nacional de Economia – Porto Seguro, BA, dezembro de 2003

**Arranjo Produtivo Local –
Turismo: Análise dos
Benefícios Econômicos do
Subsetor de Hospedagem em
Pirenópolis – GO**

Raiany de Souza Pires¹
Joana D'arc Bardella Castro²

Resumo: Nos anos 2000, com a introdução do termo Arranjo Produtivo Local (APL) nas políticas públicas do Estado de Goiás, o APL do turismo foi inserido no contexto de Pirenópolis, e isso promoveu o crescimento econômico da cidade. O objetivo dessa pesquisa foi analisar o APL do turismo com ênfase ao crescimento e aos benefícios econômicos do subsetor de hospedagem para a cidade de Pirenópolis. A pesquisa é exploratória e descritiva. A amostra contou com 50 estabelecimentos de meios de hospedagens que teve por base o cadastro do Ministério do Turismo – Cadastur. O questionário aplicado contém 15 questões fechadas. O estudo observou que os meios de hospedagem foi um dos subsetores que mais apresentaram crescimento tanto em quantidade de estabelecimentos (82% de 2006 a 2012), quanto em oferta de emprego, visto que empregam até dez funcionários (96%). Contudo, o subsetor possui alto nível de informalidade, além da baixa qualificação e baixos salários.

Palavras-chave: Turismo; Crescimento econômico; Hotelaria; Pirenópolis.

Introdução

O setor de turismo apresentou, a partir de 1990, um crescimento significativo no Brasil e em vários municípios com potencial turístico. Foi o que aconteceu com o turismo em Pirenópolis a partir daquela década. Tal crescimento levou à expansão e à aglomeração de empresas no município, ligadas direta e indiretamente ao setor.

Essa aglomeração, que ocorreu naturalmente devido ao aumento de turistas na cidade em busca de conhecer suas belezas naturais, ecológicas e sua história marcada por tradições e costumes, ganhou amparo das instituições governamentais a partir de 2000, quando o termo Arranjo Produtivo Local ou APL foi inserido no contexto do turismo de Pirenópolis-GO.

O APL do turismo na cidade em questão contribui para o crescimento econômico porque colabora para o surgimento de empresas, aumenta a oferta de empregos, contribui para o aumento da riqueza e da renda da população, além dos benefícios sociais que o mesmo gera. O APL do setor turístico engloba empresas do subsetor alimentícios, hospedagens, agências de viagens, guias turísticos, transportes e demais operadoras que prestam serviços turísticos.

¹Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: raianinha.pires@gmail.com

² Mestre em Economia de Empresas pela UCB, Doutoranda pela UNB em Economia e professora da UEG. E-mail: joanabardella@brturbo.com.br

Todos estes subsetores apresentaram crescimento após 1990, especialmente, o subsetor de meios de hospedagens, foco deste trabalho, composto por pousadas, hotéis, *campings*, *resorts*, casas de aluguel e suítes. O destaque, em termos quantitativos, do subsetor são as pousadas e hotéis que apresentaram crescimento de 82% de 2006 a 2012. Além de ser o subsetor do turismo o que mais gera empregos para a população pirenopolina.

A pesquisa buscou analisar os impactos do APL do turismo com enfoque para o crescimento e os efeitos econômicos do subsetor de hospedagens para o município de Pirenópolis/GO. Em síntese, o objetivo deste estudo é analisar o arranjo produtivo local do turismo, enfatizando o crescimento e os benefícios econômicos do subsetor de hospedagem para a cidade de Pirenópolis, a partir de 1990.

Nesse sentido, o artigo apresenta algumas características históricas, geográficas e econômicas de Pirenópolis-GO, destacando os setores que são mais importantes para o município, em especial o setor de turismo. Além do conceito do termo Arranjo Produtivo Local (APL), seus benefícios e suas características. Por fim, apresenta o resultado da pesquisa sobre o subsetor de hotelaria. A pesquisa apresenta dados como: tempo de funcionamento dos empreendimentos, investimentos iniciais, rendimento médio do subsetor, bem como a quantidade de funcionários, grau de escolaridade, grau de qualificação e a média salarial.

1. Pirenópolis e suas Características

Pirenópolis, localizada na região Centro-Oeste do Brasil, a leste do Estado de Goiás, especificamente no entorno de Brasília, foi fundada em 1727 pelos bandeirantes e apenas em 1832 tornou-se vila. Em 1989 seu centro histórico foi constituído como Patrimônio Histórico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

A partir de 1800, as explorações das minas de ouro reduziram-se e sua rentabilidade torna-se pouco significativa e interessante aos exploradores. Sem atrativos financeiros, por causa da decadência aurífera, o arraial de Meia Ponte se vê mergulhado em declínio, não apenas econômico, mas também populacional, visto que vários mineiros deixaram a cidade. Os que ficaram, dedicaram-se a outras atividades econômicas, como a agricultura, o comércio e a pecuária.

A estrutura agropecuária se estabeleceu e a cidade se fechou à subsistência e à dormência econômica, visto que a agropecuária não era uma atividade intensa e lucrativa como a mineração (OLIVEIRA, 2001).

A agropecuária se estendeu por muitos anos, até a descoberta do quartzito em meados de 1970. E posteriormente com o surgimento das atividades turísticas na cidade.

O turismo movimenta aproximadamente 40% dos recursos financeiros e representa papel importante no crescimento econômico da cidade dos pirenéus (ARAÚJO SOBRINHO, 2008). Ele desencadeou várias atividades diretamente e indiretamente relacionadas ao setor, sendo as principais: artesanato, gastronomia, hotelaria, transportes particulares e guias turísticos.

As atividades econômicas do turismo, da extração e do beneficiamento de pedras ornamentais e da agropecuária são responsáveis por compor o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade de Pirenópolis, que em 2012 foi de R\$248.650,00 (DATASUS, 2012). O aumento

das atividades econômicas refletiu no PIB da cidade ao longo de 1999 a 2010, com crescimento acumulado de 3,54%(IMB, 2012).Este crescimento está fortemente ligado às atividades turísticas e ao conjunto do setor de serviços, que se apresentam cada vez mais fortes em Pirenópolis.

2. Arranjo Produtivo Local do Turismo em Pirenópolis - GO

O termo Arranjo Produtivo Local sugerido por Lastres e Cassiolato (2003), por meio da RedeSist, é designado às aglomerações de agentes econômicos, políticos e sociais em um mesmo território com a mesma atividade econômica. Interação de empresas desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros.

O surgimento de um APL leva em consideração o processo histórico, as potencialidades da região, além da gestão política, os aspectos sociais e econômicos da região. Contudo, a permanência e a prosperidade de um arranjo produtivo dependem da cooperação e harmonia dos envolvidos e da capacidade de manter essas relações.

Conforme explanado por Castro (2006), o sucesso de um arranjo produtivo local do turismo depende da articulação, coordenação, cooperação e organização do conjunto sistêmico. Ou seja, a qualidade dos produtos vendidos ao turista não recai apenas sobre o desempenho do meio de hospedagem, ou de um restaurante, ou de um atrativo, mas de todo o conjunto de agentes no território.

No setor de turismo, os incentivos sejam nas atividades característica de turismo, sejam especificamente nos APLs do setor turístico, têm sido mecanismos bastante usados para uma alternativa de desenvolvimento local. Afinal, o setor turístico é composto, em sua maioria, por pequenas empresas aglomeradas em um mesmo destino, que cooperam umas com as outras a fim de melhorar seus serviços e alcançar melhores patamares de competitividade (COSTA *et al.*, 2009).

O APL do turismo de Pirenópolis articulado pela Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (RG-APL), com apoio do SEBRAE-GO, desde os anos 2000 (ano em que os APLs surgiram no contexto goiano), oferece o ecoturismo, o turismo histórico, religioso e cultural como principais produtos da cidade.

As ações fortaleceram o setor em Pirenópolis e trouxeram outras perspectivas de crescimento e incentivo aos vários agentes do arranjo produtivo local. De acordo com a RG-APL (2012), houve a criação da Associação de Condutores de Visitantes de Pirenópolis (ACVP) em 2001; em 2003 a criação da DRENA, primeira operadora turística formal da cidade; e em 2005 a estruturação da Gestão Estratégicas Orientada para Resultados (GEOR) (Projeto do SEBRAE), com um gestor permanente no município.

A Tabela 1 apresenta a evolução do APL do setor de turismo em Pirenópolis, por meio da quantidade de estabelecimentos que ofertavam serviços no ano de 2006 e a quantidade em 2012. Foram apresentados os vários segmentos turísticos: os meios de hospedagem, estabelecimentos alimentícios, atrativos naturais (atividades naturais exploradas, como as cachoeiras) e culturais, agências de viagem, guias e condutores de visitantes.

Tabela 1: APL turismo Pirenópolis – Oferta de serviços turísticos

Tipo	Quantidade (unidade)		
	2006	2009	2012
Hospedagem	67	81	122
Alimentação	46	47	99
Atrativos	-	23	26
Agências	-	5	9
Guias/Condutores de visitantes	9	17	15

Fonte: Agetur (2012).

O segmento de hospedagem, que engloba hotéis, pousadas, *resorts*, *campings*, café e cama, casas de aluguel e suítes, é o que apresenta maior número de estabelecimentos, com um crescimento de 82% no período de 2006 a 2012. A categoria de alimentos apresentou crescimento de 115% no mesmo período. A exploração de atrativos naturais (com o aumento da exploração de cachoeiras, escaladas em morros, trilhas, esportes radicais, centros de visitação, parques) e históricos/culturais (festas, cavalhadas, festivais, museus e monumentos históricos) e as agências de viagem, obtiveram crescimento de 13% e 80% respectivamente, entre 2009 e 2012.

A exceção foi a quantidade de guias que apresentou queda de 12% entre 2009 a 2012. De acordo com a AGETUR (2012), apenas foram listados em 2012 os guias/condutores de visitantes com cadastro no Ministério do Turismo por meio do Cadastur.

Conforme a Prefeitura Municipal de Pirenópolis (2012), o número de empregos diretos gerados pelo turismo foi de três mil. A quantidade revela a grande informalidade característica do setor que se perdura ainda em 2013.

O salário médio das Atividades Características do Turismo (ACT) em Pirenópolis é baixo, assim como no Brasil e no Estado de Goiás. O valor em 2008 foi, conforme Carvalho (2012), entre 1,01 e 1,5 salários mínimos, com destaque para o subsetor de alojamento com os maiores salários.

O turismo de Pirenópolis pode ser caracterizado pelo turismo de eventos, com destaque para a festa tradicional religiosa: Festa do Divino; as Cavalhadas, além de outros eventos culturais como Festival Gastronômico e Cultural de Pirenópolis e o Canto da Primavera. Diversos outros eventos artísticos, esportivos e culturais, ao longo do ano, têm alavancado a economia local.

Outros tipos de turismo, com grande potencial, são o ecológico e o de aventura devido à diversidade de recursos naturais (Parque dos Pireneus, trilhas, cachoeiras) de que dispõe a cidade, e a possibilidade de praticar vários esportes radicais, tais como escaladas, caminhadas, montanhismo, ciclismo de montanha, rapel, arborismo, entre outros.

3.Método da Pesquisa

A pesquisa utilizou o método dedutivo. O objetivo da pesquisa se classificou de duas formas: exploratória e descritiva. Sob a ótica exploratória, buscou-se tratar do assunto por meio do levantamento bibliográfico, da coleta de dados secundários em livros, artigos, teses, publicações científicas, revistas, instituições nacionais de estatísticas e dados censitários e órgãos oficiais do turismo no município.

Pela ótica descritiva, utilizou-se a coleta de dados primários com questionários de 15 perguntas do tipo fechadas, aplicados nos estabelecimentos de hospedagem do município de Pirenópolis com cadastro no Cadastur, que totalizam 72 pousadas e hotéis.

O critério para a escolha dos estabelecimentos foi de forma aleatória. Primeiro foi realizado o levantamento e a enumeração das pousadas e hotéis cadastrados no Cadastur; posteriormente foi sorteado 50 meios de hospedagem para compor os dados da pesquisa.

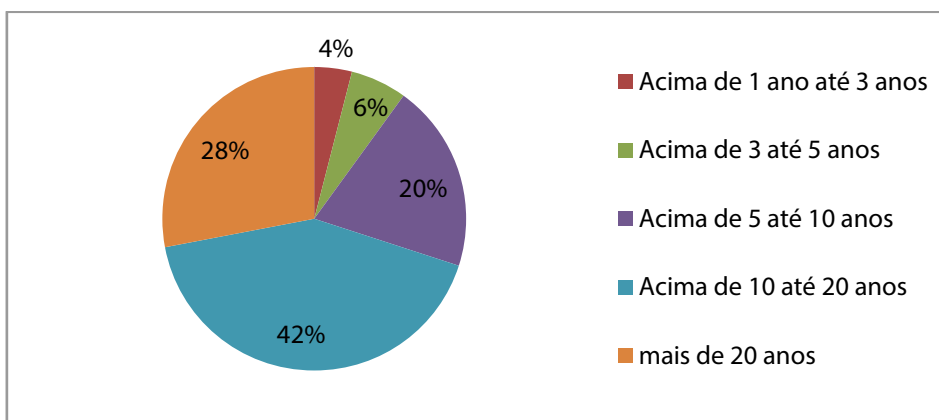
A quantidade de pousadas e hotéis pesquisados foi obtida com base na fórmula de Gil (2002). Com erro amostral tolerável de 10% ($E_0 = 0,10$) e a quantidade de estabelecimentos no Cadastur de 72 ($N = 72$), o resultado da amostra foi de 41 empreendimentos. A amostra é o quantitativo mínimo para que o resultado coletado seja confiável. Contudo a pesquisa abrangeu 50 estabelecimentos, com o intuito de obter resultados ainda mais confiáveis e próximos da realidade econômica do subsetor. A coleta de dados ocorreu entre os dias 5 de novembro a 15 de dezembro de 2013.

4. Resultados e Análises

A pesquisa abrangeu apenas as pousadas e os hotéis do segmento de hospedagem em Pirenópolis, devido à maior representatividade em termos quantitativos e qualitativos dos dois tipos. Sendo o primeiro o que apresenta maior quantidade de estabelecimentos no subsetor.

Dos entrevistados, como apresentado na figura 1, os estabelecimentos com mais de 10 anos de funcionamento representam 70%, resultado do intenso crescimento do subsetor a partir da década de 1990, além do impulso no ano de 1997 com o Plano Nacional da Municipalização do Turismo e o contínuo crescimento ao longo dos anos 2000. São 42% dos estabelecimentos com 10 a 20 anos, e 28% acima de 20 anos de funcionamento. O restante, 30%, são estabelecimentos de 1 ano até 10 anos de funcionamento.

Figura 1: Tempo de funcionamentos dos meios de hospedagem em Pirenópolis – 2013

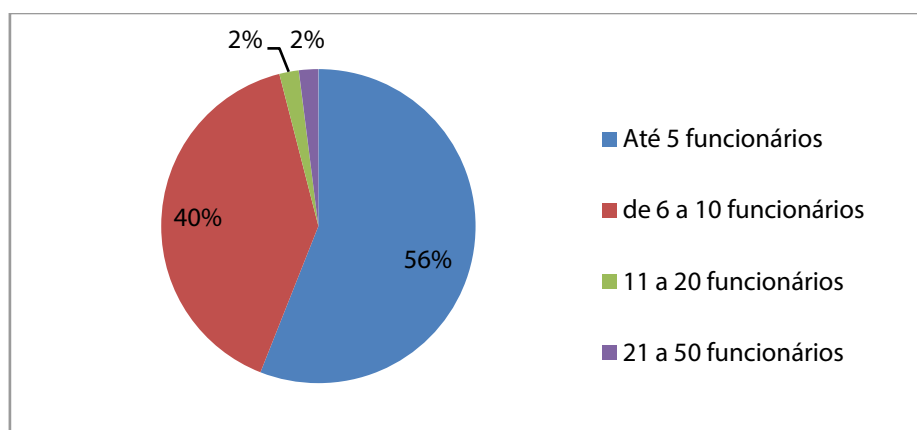


Fonte: da pesquisa, 2013.

A quantidade de empregados das pousadas e hotéis, de acordo com a figura 2, é de até 5 funcionários, conforme 56% dos entrevistados; entre 6 e 10 é a quantidade de funcionários que 40% das pousadas e hotéis possuem.

Pode se perceber que o segmento emprega em maior parte (96%) até 10 funcionários, os outros 4% que empregam de 11 a 50 funcionários são grandes empreendimentos, com maior número de UH, leitos e oferta de serviços, o que torna necessário maior quantidade de mão de obra.

Figura 2: Quantidade de funcionários dos meios de hospedagem em Pirenópolis – 2013



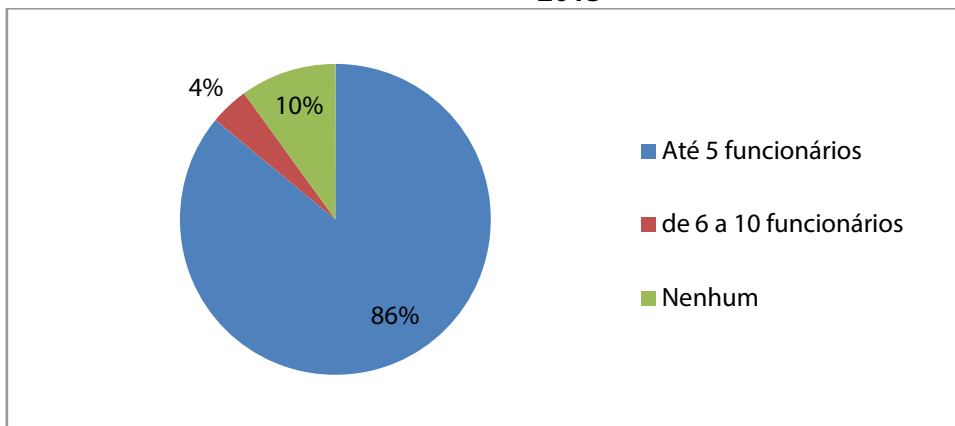
Fonte: da pesquisa, 2013.

Apesar dos estabelecimentos, em sua maioria, possuírem mais de 10 anos de existência, a quantidade de funcionários apresenta-se baixa. Isso acontece porque a informalidade do subsetor e a quantidade de trabalhadores temporários é bastante alta.

Dos estabelecimentos de hospedagem, 56% possuem até 5 funcionários formais e 40% de 6 a 10 funcionários formais. E, apenas 2% possuem mais de 11 funcionários formais.

O nível de informalidade no subsetor ainda é grande, visto que a figura 3 mostra que 86% dos estabelecimentos possuem até 5 funcionários informais, enquanto 4% possuem entre 6 a 10 funcionários informais. Apenas 10% dos meios de hospedagem não possuem nenhum de seus funcionários na informalidade. A informalidade no subsetor do APL do turismo em Pirenópolis ocorre porque muitos dos empreendimentos não possuem estrutura financeira para contratar mão de obra e arcar com todos os encargos trabalhistas para manter o trabalhador na formalidade.

Figura 3: Empregados informais no subsetor de hospedagem em Pirenópolis – 2013



Fonte: da pesquisa, 2013.

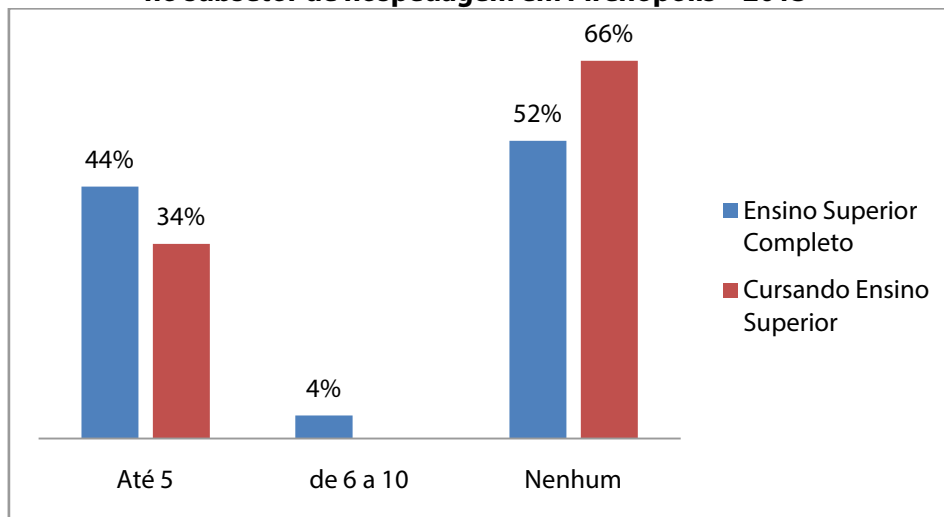
Segundo a pesquisa quanto ao nível de instrução de todos os envolvidos com os meios de hospedagem (proprietários, gerentes e funcionários em geral) de Pirenópolis – GO, constatou-se que 41% dos estabelecimentos possuíam, no ano que foram instituídos, até 5 funcionários com ensino superior completo, e 59% não possuíam nenhum funcionário com ensino superior completo. Normalmente, o percentual de funcionários com ensino superior está ligado aos proprietários e gerentes dos estabelecimentos de hospedagem do arranjo. De acordo com a pesquisa de Castro (2006), o perfil dos proprietários dos meios de hospedagem é de idade superior a 40 anos, com isso possuem mais experiência profissional e nível de escolaridade razoável. Ainda segundo o autor, 88,5% dos empresários possuíam ensino médio completo no ano de instituição do estabelecimento e 38,5% cursavam ou já haviam concluído o ensino superior.

A porcentagem mudou pouco em relação ao nível de qualificação atual dos funcionários do subsetor. Conforme figura 4, os estabelecimentos que possuem até 5 funcionários com ensino superior completo representam 44%. Apenas 4% das pousadas e hotéis que fizeram parte da pesquisa possuíam entre 6 a 10 funcionários com ensino superior completo.

Os estabelecimentos que não possuem nenhum de seus funcionários com nível superior representam 52% dos entrevistados (figura 4). O percentual caiu 11% se comparado

ao percentual (59%) de pousadas e hotéis que não possuíam nenhum dos funcionários com ensino superior no ano de instituição dos estabelecimentos.

Figura 4: Funcionários com ensino superior concluído ou cursando, atualmente, no subsetor de hospedagem em Pirenópolis – 2013



Fonte: da pesquisa, 2013.

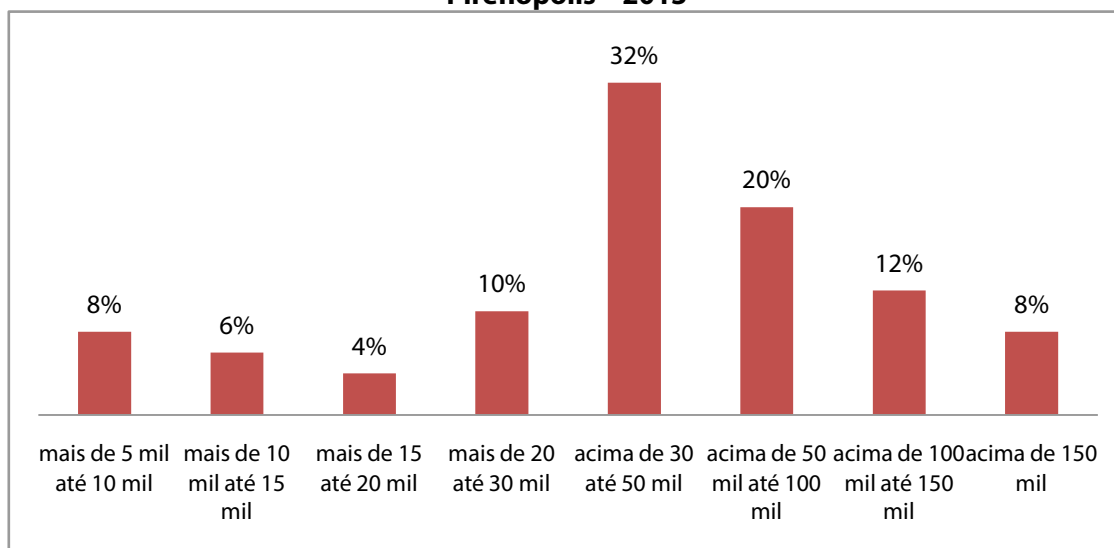
Com o intuito de saber se a mão de obra dos meios de hospedagem procurou buscar qualificação superior nestes últimos anos, em vista da grande expectativa de alavancagem do turismo no país, a figura 4 mostra, que os estabelecimentos com funcionários cursando o ensino superior representam apenas 34%. Enquanto 66% das pousadas e hotéis não possuem nenhum funcionário cursando ensino superior.

Com relação aos treinamentos para funcionários com a finalidade de melhorar os serviços prestados, 86% dos estabelecimentos de hospedagem da cidade de Pirenópolis não oferecem treinamentos e apenas 14% fornecem. Dos estabelecimentos que aperfeiçoam os funcionários, 71% realizam treinamento a cada seis meses e 29% a cada um ano.

A baixa escolaridade e qualificação dos funcionários refletem nos salários do subsetor. A média salarial dos funcionários é de um salário mínimo, conforme 82% dos estabelecimentos. Apenas 18% recebem entre um e três salários mínimos. Nenhum dos estabelecimentos de hospedagem paga mais de três salários mínimos aos funcionários.

Conforme a figura 5, as pousadas e hotéis que receberam entre 5mil e 20 mil reais em investimento inicial foram 18%, e 10% investiram mais de 20 mil até 30 mil. Acima de 30 mil até 50 mil reais foram os investimentos iniciais de 32% dos estabelecimentos de hospedagem. Acima de 50 mil até 100 mil reais foram os investimentos de 20%, enquanto que 12% investiram acima de 100 mil até 150 mil, e 8% acima de 150 mil. Esses recursos financeiros são captados por meio de empréstimos governamentais e de recursos próprios (para os empreendimentos que investiram pouco capital inicial).

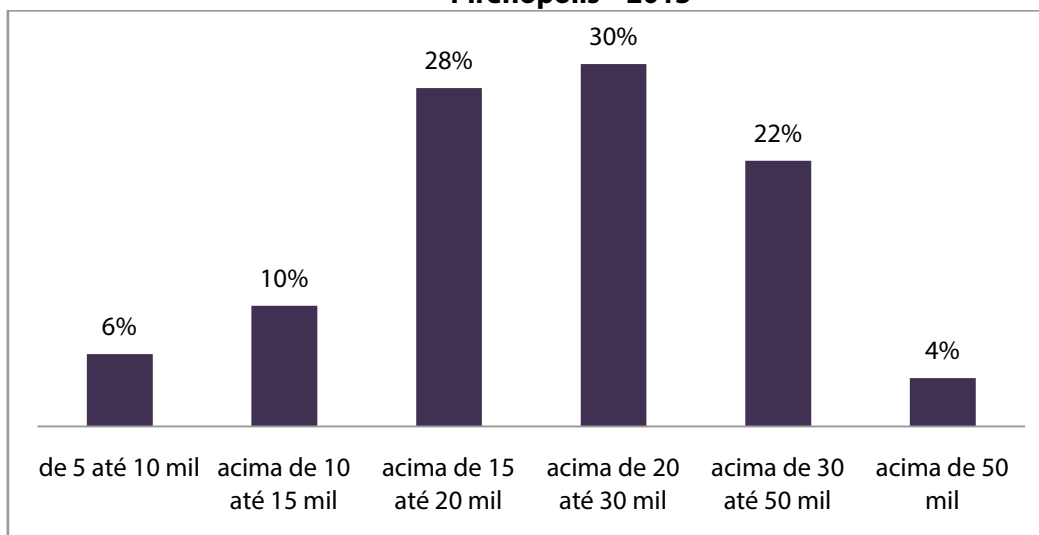
Figura 5: Investimento realizado para instituir o empreendimento de hospedagem em Pirenópolis – 2013



Fonte: da pesquisa, 2013.

A média da lucratividade líquida anual, em 80 % dos estabelecimentos pesquisados concentra-se acima de 15 mil até 50 mil reais. Enquanto que, para 16%, o rendimento anual médio líquido está entre 5 mil e 15 mil reais.

Figura 6: Média de lucratividade líquida anual dos meios de hospedagens em Pirenópolis – 2013



Fonte: da pesquisa, 2013.

A diferença entre o rendimento bruto e o líquido dos estabelecimentos de hospedagem é pequena (conforme se observa nas figuras 6 e 7) apresentando uma margem de lucro maior aos proprietários, lucratividade esta que pode ser revertida em novos investimentos que beneficiem ainda mais o empreendimento e o subsetor tornando-o mais competitivo e inovador.

Considerações Finais

O turismo na cidade de Pirenópolis se destacou economicamente na década de 1990, contudo nos anos 2000, quando o arranjo produtivo local foi inserido no contexto do setor, com a criação da Rede Goiana de Apoio ao Arranjo Produtivo Local (RG - APL), este passou a receber mais investimentos e apoio.

Neste sentido, pode-se destacar o crescimento e os benefícios econômicos do arranjo produtivo local ou APL do setor de turismo, visto que a quantidade de estabelecimentos, quantidade de mão de obra empregada e arrecadação das atividades turísticas aumentaram no município de Pirenópolis - GO.

O subsetor de hospedagens foi um dos que mais cresceu em quantidade de estabelecimentos. É o que mais emprega no APL turístico do município e produz lucratividade anual entre 15 mil e 50 mil, uma vez que, de acordo com a pesquisa realizada, 80% dos empreendimentos possuem em média este ganho líquido anual.

O crescimento do subsetor em questão ocorreu, principalmente, em 1997 com a criação da Política Nacional da Municipalização do Turismo. A partir desse período, foram construídos a maioria (72% de acordo com a pesquisa) dos estabelecimentos que o município possui atualmente.

A quantidade de mão de obra dos meios de hospedagem também apresentou crescimento devido à quantidade de estabelecimentos que aumentou, entretanto, o número de trabalhadores em cada estabelecimento ainda é baixo, e o nível de informalidade no subsetor é bastante alto, bem como a baixa profissionalização e qualificação e os baixos salários.

Isso destaca a necessidade de conscientizar os trabalhadores quanto à qualificação e profissionalização técnica ou superior. Conscientizar também os empresários da necessidade de investir em projetos a fim de atrair mais hóspedes não apenas em período de férias ou feriados prolongados, mas em diferentes períodos do ano, a fim de elevar ainda mais o crescimento do turismo na cidade. O empresário do subsetor precisa ter conhecimento da importância de fornecer meios, sejam financiados ou por meio de convênios com entidades (Prefeitura Municipal, UEG, Senai, Sebrae entre outros), para que os funcionários estejam sempre atualizados e treinados, com o intuito de promover a inovação e a melhor prestação de serviços. Isso deve ocorrer não apenas nos empreendimentos de hospedagens, mas em todos os subsetores inseridos no APL do turismo da cidade de Pirenópolis - GO.

Vale destacar que o desempenho do APL do turismo, bem como do subsetor tem potencial para apresentar resultados mais positivos que os atuais. É evidente que os empreendimentos hoteleiros necessitam de maciços investimentos em infraestrutura para que possam contribuir para o desenvolvimento do setor e do arranjo produtivo do turismo.

Referências

AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO - AGETUR. **Inventário da oferta turística de Pirenópolis – 2012**. IPTUR Goiás, 2012.

ARAÚJO SOBRINHO, F. L. **Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília-Goiânia**. 2008. 447 p. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

CARVALHO, G. L. Perfil do pessoal empregado formalmente no subsetor de hospedagem nos municípios de Caldas novas, Goiânia, Pirenópolis e Rio Quente. **Rev. Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 6, n. 1, p.72-91, abr. 2012.

CASTRO, S. D. **Arranjo Produtivo Local de turismo de Pirenópolis-GO**. Rio de Janeiro: Sebrae/RedeSist, 2006.

COSTA, H. A. *et al.* Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo** (RBTur), São Paulo, v. 3, n. 3, p. 57-79, dez. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de Arranjo e Sistema Produtivos e Inovativos Locais**. UFRJ- RedeSist, 2003.

INSTITUTO MAURO BORGES - IMB. **Perfil socioeconômico de Pirenópolis**. 2012. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – DATASUS, 2012. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/pibmunbr.def>> Acesso em jul, 2013.

OLIVEIRA, A.M.V. **Uma ponte para o mundo Goiano do século XIX: Um estudo da casa meia-pontense**. Goiânia: AGEPEL, 2001. p. 51-56.

PIRENÓPOLIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. **Plano municipal de turismo**. 2012.

REDE GOIANA DE APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – RG APL. **APL do turismo de Pirenópolis**. Goiás: SECTEC, 2012.

**Produção de Feijão nos
Sistemas de Plantio Direto e
Convencional no Município de
Água Fria de Goiás (GO)**

**Marina Aparecida Silveira¹
Sônia Milagres Teixeira²
Alcido Elenor Wander³
Washington Pereira Campos⁴**

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o desempenho econômico da produção de feijão no sistema de plantio direto e convencional no Município de Água Fria Goiás. Especificamente analisar e comparar economicamente a cultura de feijão nos sistemas de plantio direto e convencional. A partir dos dados foi estimado custo médio, custo total, valor da venda da produção e retorno líquido desses sistemas de plantio. Considerou-se a hipótese que o sistema de produção com plantio direto deve apresentar um maior nível de produtividade e lucro do que o sistema de plantio convencional. Logo, a hipótese foi aceita porque o sistema de plantio que apresentou maior produtividade e lucro por hectare foi o de plantio direto com a variedade de feijão roxo, a qual apresentou uma produtividade de 32.5 sacas por ha. Logo, sendo com pequena diferença produtiva o sistema de plantio convencional com a variedade BRS carioca Estilo 30 sacas/hectare no plantio convencional.

Palavras-chave: Produção de feijão; Sistema de plantio direto e convencional; Variedades de feijão.

Introdução

No Brasil, o feijão (*Phaseolus vulgaris*) é cultivado por agricultores de diversos perfis, em diferentes escalas, regiões e sistemas de produção. Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO (2010), o Brasil é o maior produtor e consumidor de feijão do mundo. A produção brasileira em 2010 chegou ao patamar de 2.923.725 toneladas, com produtividade média no ano de 2010 de 884 kg/ha (IBGE, 2013b).

Dependendo da região pode se encontrar até três safras de feijão durante o ano. A safra das "águas" ou a 1ª safra com plantio nos meses de agosto a novembro e colheita de novembro a fevereiro, safra da "seca" ou 2ª safra com plantio de dezembro a março e colheita de março a junho e por último a safra de inverno que também pode ser conhecida

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Mestrando(a), Goiânia, GO, Brasil. Email- Prof_marinasilveira@hotmail.com

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Docente, Goiânia, GO, Brasil. Email- soniamilagresteixeira@gmail.com

³ Embrapa Arroz e Feijão, Santo Antônio de Goiás - GO & Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO. Email: alcido.wander@embrapa.br

⁴ Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Agronegócio, Goiânia, GO, Brasil. Email- pcw1104@msn.com

por safra de 3ª época ou safra irrigada com plantio de abril a julho e colheita de julho a outubro (SILVA e WANDER, 2013).

O Estado de Goiás se destaca na produção de feijão nas três safras, sendo a 3ª safra responsável pelo maior nível de produtividade. Segundo Silva e Wander (2013), o plantio do feijão-comum em Goiás é focado na safra das águas e da seca, de outubro a fevereiro, com forte movimentação dos agricultores familiares e empresariais, representando 14,1% no mês de outubro e 21,4% no mês de novembro, em relação ao total da área cultivada com o feijão-comum pelo Estado, predominando o feijão-comum de cores.

Assim, independentemente da safra de feijão a ser produzido, o tomador de decisão, nesse caso o produtor necessita obter dados importantes, os quais irão subsidiar sua tomada de decisão. Logo, a capacidade do produtor em tomar decisões de forma racional pode ser determinada, entre diversos fatores como: conhecimentos técnicos, experiência passadas, domínio da tecnologia, conhecimento dos resultados dos gastos com insumos e serviços em cada fase produtiva da cultura. Os custos são indicadores econômicos de grande importância para o produtor, produzir refere-se à questão de eficiência produtiva, em que os custos da produção refletem automaticamente no custo total da mesma e do controle de sua eficiência.

Desse modo, o conhecimento prévio de dados baseados em séries históricas, tendências mercadológicas e projeções futuras mostram um horizonte que permite um melhor planejamento da tomada de decisão. Logo, evitando transtornos com relação ao futuro da produção e comercialização do grão. Na produção de feijão, a preocupação é adquirir padrões mais exigentes e rigorosos, pois a dinâmica dos fatores econômicos envolvidos sugere um acompanhamento constante dos diversos elementos componentes dos custos e das despesas para a cultura dessa leguminosa. Logo, diante da diversidade desses elementos, Neves *et al.* (1995) sugere a tomada de decisão quanto às variedades da leguminosa a serem plantadas, sistema de plantio, uso de irrigação, uso de corretivos, fertilizantes, defensivos, mão de obra, máquinas e equipamentos, esses elementos podem determinar os coeficientes técnicos de rendimento de uma lavoura.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o desempenho da produção de feijão no sistema de plantio direto e convencional no Município de Água Fria de Goiás. Justifica-se o estudo devido à variabilidade de características produtivas relacionadas aos sistemas de produção adotados pelo produtor rural. A hipótese levantada foi que o sistema de produção com sistema de plantio direto deve apresentar um maior nível de produtividade e rentabilidade do que o sistema de plantio convencional.

Para atingir tal objetivo, a metodologia empregada foi o estudo de caso associado à pesquisa bibliográfica. O artigo está dividido em quatro partes além desta introdução, sendo as seguintes: revisão da literatura; metodologia; análise e discussão; e considerações finais.

1. Revisão da literatura

A produção na atividade agrícola, pelas suas particularidades, exige escolhas racionais e utilização eficiente dos fatores produtivos. O conhecimento e o controle do custo da produção agrícola são de suma importância no controle da atividade produtiva e na geração de informações para subsidiar as tomadas de decisões pelos produtores rurais.

Segundo Chiavenato (1999), o gestor, no caso o agricultor produtor, tomador de decisão, está inserido em um contexto singular, em que ele delinea os objetivos a serem alcançados, possui conhecimentos e preferências pessoais que são envolvidos em sua decisão, e ainda segue estratégias (cursos de ação).

Todavia, o curso das ações para a tomada de decisão reflete no seu custo total, que, por sua vez, impacta os resultados ótimos da atividade. O custo da produção agrícola é parte essencial para a gestão do empreendimento rural. Logo, para administrar com eficiência e eficácia uma unidade produtiva agrícola é imprescindível, dentre outras variáveis, o domínio da tecnologia e do conhecimento dos resultados dos gastos com os insumos e serviços em cada fase produtiva da lavoura, que tem no custo um indicador importante das escolhas do produtor (CHIAVENATO, 1999).

1.1 Análises econômica financeira, administrativa e operacional

A análise econômica de uma produção pode ser realizada tomando por base os custos de produção e os preços de venda do produto. Essa relação possibilita a análise econômica financeira, levando em conta a remuneração obtida com comercialização, cobertura do custeio, custos variáveis, operacional e total. O resultado pode gerar, ainda, os índices de análise quantitativa do ponto de equilíbrio e geração de diversos indicadores que podem auxiliar na análise de rentabilidade da unidade produtiva (CONAB, 1996).

De modo que, o incremento da competitividade das unidades produtivas, que pode ser em três vias preferenciais: adoção de tecnologia, diferenciação pela qualidade e redução dos custos de produção (VEGRO et al., 2000). Todavia, para que as tecnologias sejam viáveis, os custos de produção devem crescer proporcionalmente menos em relação à produtividade, na implantação de uma atividade os custos variáveis e fixos devem ser inferiores à produtividade gerada pela implantação de uma tecnologia adotada (LOSS, 1995).

No que diz respeito à análises administrativa e operacional, os custos de produção podem ser utilizados para análises da sua relação com o sistema de cultivo adotado, se sistema de plantio tradicional ou direto, principalmente, quanto às variáveis de tecnologia e produtividade, como forma de melhoria de gestão da unidade produtiva. O resultado do custo de produção agrícola reflete a tomada de decisão por parte do produtor no processo de definição do sistema de cultivo, da eficiência econômica e da gestão do seu empreendimento rural (CONAB, 1996).

Consequentemente, a capacidade de combinar os diferentes fatores conhecidos na tomada de decisão para a produção do grão pode minimizar os custos do pacote tecnológico. Onde, a função produção representa a tecnologia utilizada no processo produtivo de determinado produto e a tecnologia determina quais insumos, quantidade e forma de utilização dos mesmos. Consequentemente, dada uma tecnologia de produção, os preços e as quantidades de insumos determinarão os custos totais (CASTRO *et al.*, 2009).

Segundo Varian (2006), eficiência técnica (ou tecnológica) está entre dois ou mais processos de produção. O processo o qual permite produzir uma mesma quantidade de produto, utilizando menor quantidade física de fatores de produção terra. Logo, eficiência econômica está entre dois ou mais processos de produção, o qual permite produzir uma mesma quantidade de produto, com menor custo de produção.

Todavia, a análise constante dos custos e das despesas é uma das responsabilidades primordiais da administração, uma vez que o conhecimento dos padrões de comportamento dos custos venha trazer esclarecimentos úteis para a tomada de decisão do produtor no controle das atividades a curto e a longo prazo (HORNGREM, 2000).

Na atividade produtiva, a escolha do método ou processo de produção depende da sua eficiência. Esta pode ser classificada como eficiência técnica ou tecnológica. Outro tipo de classificação é a eficiência econômica que está associada ao método de produção mais barato relativamente a outros métodos (VASCONCELOS e GARCIA, 2004).

Portanto, o custo de produção é considerado parte fundamental e passa a ser parte obrigatória para o produtor rural, em que as ações gerenciais e administrativas da propriedade rural tentam atingir padrões de qualidade e obtenção de lucro.

1.2 Sistemas de plantio: direto e convencional

O sistema de plantio direto está relacionado ao manejo do solo, aos tipos de máquinas e implementos utilizados no manejo do solo para a produção, na qualidade e quantidade de insumos, nas práticas relacionadas à colheita do grão, nos tratamentos culturais, e na mão de obra utilizada desde o preparo do solo à colheita do grão (MELLO *et al.*, 1988).

Segundo a EMBRAPA (2006), o sistema de plantio direto é aquele cujas sementes e adubos são colocados diretamente no solo não revolvido, usando máquinas apropriadas. Este método utiliza menor número de mão de obra homem e hora máquina, o que leva a custos de produção menores do que os do sistema de plantio convencional (OLIVEIRA e VEIGA FILHO 2002).

O sistema de plantio direto normalmente ocorre sobre a palhada da cultura anterior. Onde, as operações de gradagem e subsolagem são substituídas pela trituração da palhada. Após a trituração dos restos culturais, faz-se também a dessecação das plantas daninhas com herbicidas registrados para tal prática. Na sequência, a dessecação, depois entra com a semeadura direta, juntamente com a adubação de plantio (ALVARENGA, 2001; STONE e MOREIRA, 2000; FAGERIA e STONE, 2004); RAPASSI *et al.*, 2003).

Sendo o sistema de plantio direto considerado um componente importante de sistemas de produção agrícola sustentáveis. Esta prática é utilizada há muito tempo na região Sul do País (SALTON *et al.*, 1998). Além de que, a utilização de combinações de plantas de cobertura adequadas ao sistema de plantio direto apresentam vantagens em comparação aos cultivos convencionais, pela economia de fertilizantes químicos, menor uso ou eliminação dos herbicidas e menor desgaste dos recursos naturais do solo (SAMARAJEWA *et al.*, 2006; BLACKSHAW *et al.*, 2008).

No sistema de plantio tradicional, objetiva-se também a semeadura tradicional, nesse sistema de plantio não se obtém uma cobertura vegetal do solo. Nesse sistema se usa arado de aiveca ou arado disco/grade aradora; arado escarificador. O uso dos arados tem como finalidade a eliminação de camadas compactadas superficialmente. Cujo objetivo é o favorecimento do crescimento de raízes da planta. Logo, o uso das grades tem finalidade a incorporação de resíduos vegetais, com grande capacidade de trabalho e reduzida demanda específica de combustível (ALVARENGA, 2001).

2. Metodologia

A metodologia empregada nessa pesquisa foi o estudo de caso associado à pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002), o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. Para Santos (1999), é a seleção de um objeto de pesquisa restrito, com objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos. O objeto do estudo de caso pode ser qualquer fato/fenômeno/processo individual, ou um de seus aspectos.

Os dados foram coletados em uma propriedade rural localizada no município de Água Fria de Goiás, região leste do estado de Goiás, na safra 2013/2014, período de janeiro a junho de 2014.

A partir desses dados foram estimados o custo operacional efetivo e o custo operacional total. Para análise da rentabilidade foram determinados os indicadores econômicos denominados de receita bruta, margem bruta, ponto de nivelamento, preço de equilíbrio, lucro operacional e índice de lucratividade. A hipótese levantada foi que o sistema de produção com plantio direto deve apresentar o maior nível de produtividade e rentabilidade do que o sistema de plantio convencional. Logo, justifica-se o estudo de caso neste trabalho devido à variabilidade de características produtivas relacionadas aos sistemas de produção adotados pelo produtor rural.

Com o objetivo de aumentar a eficácia e a validade desse trabalho, elaborou-se um questionário amplo, com respostas abertas e fechadas, pela equipe multidisciplinar do Programa de Mestrado em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás. O questionário buscou abordar os aspectos mais relevantes relacionados ao sistema de produção adotado pelo produtor de feijão.

Em um segundo momento, realizaram-se vários contatos por telefone com a EMATER-GO, EMATER-DF e Sindicato Rural do município, depois foi agendado com técnicos da EMATER-GO. Durante os dois primeiros contatos com os técnicos foi possível identificar os produtores que exploram a cultura de feijão e milho como de rotação de cultura no sistema de plantio direto e o sistema de plantio convencional. Depois da identificação dos produtores e roteiro definido, estabeleceu-se contato com o produtor entrevistado via telefone celular, em que foi possível consultar a disponibilidade para a realização da pesquisa e marcar visita. Esta foi importante, uma vez que o produtor possui muito conhecimento prático sobre o sistema de produção e também anotações sobre controle da produção.

A segunda visita aconteceu no mês de junho de 2014. Época de colheita do milho que foi plantado na mesma época da primeira visita. Nesta visita foi possível colher todas as informações sobre os custos da produção, visto que o produtor trazia tudo anotado.

Para a análise dos dados foi utilizado o método da análise quantitativa, com o auxílio do aplicativo Microsoft Excel versão 2010.

3. Análise e discussão

3.1 Caracterizações dos sistemas de produção

Observou-se na propriedade estudada foram cultivados 15 ha no sistema de plantio convencional da variedade BRS pérola (carioca) e 21 ha da variedade Estilo (carioca) no sistema de plantio direto. Quanto à diversificação foram plantados no sistema direto 4 ha de feijão roxo e 4 ha do feijão jalo também no sistema direto. O plantio foi o da primeira safra, ou das águas, com plantio de outubro a dezembro, e colheita de dezembro a março.

Segundo Milller Jr. (2013), tal diversidade da cultura reduz a chance de perder a maioria ou toda a safra por causa de pragas, mau tempo e outras adversidades as quais a leguminosa apresenta fragilidade. Assim, foi utilizada a estratégia de interplântio polivarietal, o qual envolve colocar em uma mesma lavoura diversas variedades genéticas da mesma plantação.

3.2 Sistema de plantio convencional

Na propriedade estudada, no sistema de plantio convencional foram cultivados 15 ha da variedade BRS Estilo de feijão, o plantio ocorreu no período de outubro a dezembro de 2013. Utilizou-se no preparo do solo subsolador e grade aradora de 18 discos, a qual possuía 26 polegadas e trator de 105 c.v com cinco toneladas de calcário por hectare.

Quanto à análise química do solo, para safra 2014, não foi realizada, pois se realizou na safra 2013 para cultivo de milho. Em relação à calagem⁵ é aplicada de dois em dois anos, também não foi aplicada em 2014. Segundo o produtor, para a calagem daquele solo se utilizou em média uma tonelada por ano. Conforme, informações do produtor, o investimento na calagem é amortizado em dois anos com o seu efeito residual explorado durante esse período, ou seja, pela safra do milho e safra de feijão. No entanto, para o produtor, o sistema de produção do feijão em consórcio está totalmente descartado, pois ele fez investimentos em máquinas tecnificadas e o consórcio dificulta os tratamentos culturais.

O manejo de plantas daninhas foi realizado em uma aplicação do herbicida antecipada, cujo objetivo era dessecação das plantas daninhas existentes na área. Essa antecipação em relação à data da semeadura foi de 20 dias. Para o controle do fluxo de massa verde foi feita uma segunda aplicação de manejo na véspera da semeadura.

As plantas daninhas quando não controladas, além de competirem por fatores essenciais (água, luz e nutrientes), dificultam também a operação de colheita e depreciam a

⁵ Segundo Vieira (2006), calagem é uma etapa do preparo do solo para cultivo agrícola, na qual se aplica calcário em doses adequadas. Pois, a mesma é capaz de corrigir o Ph do solo. O que vai levar melhores condições de fixação dos macronutrientes (N, P, K, Ca, Mg, S, B). Logo, apresentando maior disponibilidade de Mo, Fe, Cu, Mn, Zn, ao passo que a concentração do Al e do Mn tóxico é reduzida ao mínimo; aumenta a disponibilidade de Mo, P, e outros nutrientes.

qualidade do produto, servindo, ainda, como hospedeiras intermediárias de insetos, nematoides e agentes causadores de doenças (COBUCCI *et al.*, 1996). A cultura do feijão possui, em média, de 20% a 30% do seu custo total de produção referente ao controle de plantas daninhas (SILVA *et al.*, 2000).

Foram plantadas 900 Kgs de sementes da variedade BRS Estilo. As sementes foram tratadas com Carboxin 0,25 L/100 Kgs e Carbosulfan 0,62 kg/100 Kgs, visando à proteção contra pragas e agentes fitopatogênicos do solo. A adubação foi realizada com plantadora adubadora convencional acoplada ao trator de 105 cv, no espaçamento de 50 cm, utilizando as sementes dos cultivar comerciais como carioca Estilo. Sendo plantadas dez sementes por metro linear, profundidade média de semeadura 4 cm, tendo como resultado entre sete e oito plantas por metro linear.

A adubação de plantio foi realizada com a fórmula NPK 08-20-18 na dose de 350 kg/ha e adubação em cobertura com uréia na dose de 150 Kg/ha. A adubação em cobertura foi feita com implementos tipo adubador a lanço, acoplado ao trator de 105 c.v.

As aplicações de defensivos foram feitas com pulverizador automotriz de 5.000 litros para aplicação de herbicidas, inseticidas, fungicidas em quatro aplicações com finalidade de combater a vaquinhas (*Diabrotica speciosa* e *Cerotoma arcuata*), a cigarrinha verde (*Empoasca kraemeri*), a lagarta falsa midibera e a mosca-branca (*Bemisia tabaci*).

A colheita foi feita por meio da colheita mecanizada utilizando a colhedora MIAC e cortador hilerador Ceiflex. O resultado do sistema do plantio direto foi de 30 sacas por hectare, ou seja, 450 sacas de 60 Kgs. Tendo como rendimento 1.800 Kg/ ha. Esse rendimento talvez possa ser explicado em parte pelo uso das sementes denominadas "sementes próprias", ou seja, grãos sementes que são guardados pelo produtor de um ano para o outro.

Segundo Vieira *et al.* (2000), a escolha de sementes de alta qualidade e procedência idônea é de suma importância. Todavia, a denominação "sementes próprias", não significa que o grão guardado pelo produtor seja uma grão semente de primeira ou segunda geração. Grão esse que apresente qualidades físicas adequadas e desejáveis para serem utilizados como sementes.

O valor esperado pelo produtor para venda durante o plantio no mês de dezembro era de 100 reais a saca. No entanto, como é sabido que os preços dos vários tipos de feijão apresentam significativa volatilidade de preços devida a oscilações de oferta provocadas pelas condições climáticas e a dificuldade de estocagem de um produto muito suscetível ao envelhecimento rápido de prateleira, sobretudo dos cultivares do tipo carioca de maior produção e consumo nacional.

Devido a essa volatilidade, o produtor preferiu arriscar e esperar por um melhor preço. Mas, esse melhor preço não veio. O produtor com receio da chegada da segunda safra optou por vender a produção no mês de junho. Cujo valor da saca foi de 65 reais para um atacadista de Rondônia. Na seguinte Tabela 1 é possível verificar os custos do sistema de plantio convencional.

Tabela 1: Custeio da Lavoura - Plantio convencional de feijão das Águas, Água Fria de Goiás (GO) safra 2013/14

DESPESAS COM INSUMOS	14.775,00
Sementes	2.250,00
Fertilizantes	6.720,00
Defensivos	900,00
Ureia	3.600,00
Calcário	1.305,00
OPERAÇÃO COM MÁQUINAS	9.132,52
Manejo Pré Plantio - Aragem	1.026,85
Adubação e Plantio – Capina- mão de obra	383,68
Colheitadeira - Aluguel	3.300,00
Combustível	4.422,00
OUTROS CUSTOS FIXOS	96,00
Manutenção Periódica - Óleo	96,00
1-DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA	24.003,52
Custo médio por hectare R\$	1.600,23
Custo médio por saca (60 kg) R\$	53,34

Fonte: Dados primários a partir da pesquisa de campo, 2014.
Elaboração dos autores.

É possível perceber, por meio da Tabela 1, que a utilização de fertilizantes e combustível impactaram no custo do feijão na modalidade plantio convencional. Foram cultivados 15 hectares de feijão, plantados convencional, com custo total de produção de R\$ 24.003,52. Com isso, o custo médio por hectare foi de R\$ 1.600,23.

A Tabela 2 apresenta a receita total após o cultivo do feijão na modalidade de cultivo convencional, foram colhidos 450 sacas de feijão nessa modalidade de plantio, uma produtividade média por hectare de 30 sacas.

Tabela 2: Receita – Plantio convencional de feijão das águas, Água Fria de Goiás (GO) safra 2013/14

Produção (sacas)	450,00
Área cultivada (ha)	15,00
Preço de venda médio (R\$)	65,00
Receita Bruta (R\$)	29.250,00
Rendimento líquido/ha	349,77

Fonte: Dados primários a partir da pesquisa de campo, 2014.
Elaboração dos autores.

De acordo com dados apresentados na Tabela 2, com preço de venda médio de R\$ 65,00 por saca de feijão, foi possível obter uma receita bruta de R\$ 29.250,00. Quando se desconta deste valor o custo total de produção, o rendimento líquido por hectare foi de R\$ 349,77. Um rendimento por hectare bem inferior ao obtido no cultivo do feijão na modalidade plantio direto, nesta modalidade, o produtor cultivou o feijão carioca pérola, jalo e roxo. Esses dois últimos com preço de venda superior ao preço do feijão carioca. Isso elevou o preço de venda médio do feijão cultivado na modalidade plantio direto para R\$ 108,78, como apontado na Tabela 4.

3.3 Sistema de plantio direto

Na tentativa de diminuir os custos, utilizando práticas conservacionistas, o produtor utilizou o sistema de plantio direto. O sistema de plantio direto utilizado pelo produtor passou por manejo do solo e rotação de cultura. Nesse intuito, o produtor plantou 21 ha de feijão da variedade BRS Pérola, 4 ha do feijão roxo e 4 ha do feijão jalo.

A semente da variedade BRS Pérola teve um custo de R\$ 2,50/Kg. Logo, a semente do feijão roxo e feijão jalo utilizado para o plantio foi denominado "grãos próprios", ou seja, oriundo de produção própria, resultante de várias multiplicações a partir de sementes fiscalizadas ou certificadas.

No preparo do solo para esse plantio não houve revolvimento do solo, a não ser na linha de semeadura, por meio de máquinas apropriadas e com regulagens específicas para o rompimento da camada de cobertura morta, previamente dessecada; concomitante formação dos sulcos de semeadura e distribuição dos adubos e das sementes em profundidade e de maneira adequadas, para serem favorecidas a germinação, a emergência e o estabelecimento uniforme das plântulas.

O processo com a adubação de plantio foi realizada exatamente igual no sistema de plantio tradicional. Cujo formulado foi NPK 08-20-18 na dose de 350 kg/ha e adubação em cobertura com uréia na dose de 150 Kg/ha. A adubação em cobertura foi feita com implemento tipo adubador a lança, acoplado ao trator de 105 c.v. distribuindo durante o desenvolvimento da cultura, foram realizados os tratos culturais e fitossanitários normalmente recomendados para o feijão de inverno.

Quanto às aplicações de defensivos agrícolas específicos para a produção de feijão, o produtor utilizou quatro aplicações para cada sistema. Todavia, com objetivo de redução dos custos utilizou o mesmo formulado para os dois sistemas. Dessa forma, foi possível o aproveitamento de todo o equipamento e mão de obra para toda produção de feijão.

Ao longo do processo, os dois sistemas de plantio foram tratados de igual forma. Todavia, como resultado do sistema do plantio direto para as variedades de carioca BRS Pérola e Estilo foram iguais, ou seja, de 30 sacas de 60 kg. Já o feijão roxo apresentou um rendimento médio maior que foi de 32,5 sacas por hectare. Logo, o feijão jalo apresentou menor rendimento que foi de 29,5 sacas por hectare. Todavia, o feijão em cores roxo e jalo foram comercializados no mês de abril a 220,00 reais a saca de 60 kg no mercado spot com atacadistas de Goiânia que revendem para o Estado do Tocantins. Os custos do sistema de plantio direto pode ser verificado nas Tabela 3.

Tabela 3: Custeio da Lavoura - Plantio direto feijão das águas, Água Fria de Goiás (GO), safra 2013/2014

DESPESAS COM INSUMOS	38.205,20
Sementes	5.070,00
Fertilizantes	11.600,00
Defensivos	12.255,20
Uréia	9.280,00
OPERAÇÃO COM MÁQUINAS	14.774,47
Manejo Pré Plantio - Aragem	1.985,23
Adubação e Plantio – Capina-mão de obra	1.927,23
Colheitadeira - Aluguel	6.380,00
Combustível	4.482,00
OUTROS CUSTOS FIXOS	81
Manutenção Periódica - Óleo	81
1-DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA	53.060,67
Custo médio por hectare R\$	1.829,68
Custo médio por saca (60 kg) R\$	60,43

Fonte: Dados primários a partir da pesquisa de campo, 2014.

Elaboração dos autores.

De acordo com dados apresentados na Tabela 3, as despesas com insumos representaram maior peso em relação ao custeio total. A despesa com defensivos e fertilizantes são os principais elementos representativos das despesas de custeio do feijão para o sistema de plantio direto. O produtor rural entrevistado na pesquisa de campo informou que para cultivar o feijão, na modalidade plantio direto, foi utilizada uma área de 29 hectares. Nessa área, o custeio total da lavoura foi de R\$ 53.060,67 e o custo por hectare foi de R\$ 1.829,68. Segundo os dados da Tabela 4, a produção total de feijão, para a modalidade plantio direto, foi de 878 sacas. Dessa maneira, a relação custeio total e produção total revela que o custo médio por saca de feijão para essa modalidade de plantio foi de R\$ 60,43.

A Tabela 4 apresenta a receita total para o cultivo do feijão, na modalidade plantio direto.

Tabela 4: Receita total-Plantio direto feijão das águas, Água Fria de Goiás (GO), safra 2013/2014

Produção (sacas)	878
Área cultivada (ha)	29,00
Preço de venda médio (R\$)	108,78
Receita Bruta (R\$)	95.510,00
Rendimento líquido/ha	1.463,77

Fonte: Dados primários a partir da pesquisa de campo, 2014.

Elaboração dos autores.

De acordo com dados apresentados na Tabela 4, a produção total de feijão colhido em 29 hectares foi de 878 sacas. Com um preço de venda médio de R\$ 108,78 por saca a receita bruta foi de R\$ 95.510,00. Dessa receita, para cada hectare colhido com feijão, na modalidade plantio direto, a retorno líquido foi de R\$ 1.463,77.

Contudo, nota-se grande variação entre os preços comercializados entre as variedades BRS Estilo e Pérola a R\$ 65,00, e o roxo e jalo a R\$ 220,00 por saca de feijão. Em todos os casos, a receita bruta alcançada foi suficiente para cobrir os dois níveis de custos calculados para a cultura. A produção obtida também foi suficiente para cobrir tais custos, respectivamente, para os dois preços de venda.

Observou-se nessa pesquisa que as produções de feijão relacionadas aos dois sistemas de plantio, convencional e direto, ambos, tiveram pequeno efeito em relação à produtividade de grãos, sendo de 2.5 sacas por hectare. Todavia, o sistema que apresentou maior produtividade por hectare foi o direto, com a variedade de feijão roxo, a qual apresentou uma produtividade de 32.5 sacas por hectare no sistema de plantio direto e o BRS carioca Estilo 30 sacas/hectare no plantio convencional.

Assim, esse trabalho o qual apresentou uma produtividade de 32.5 sacas de feijão roxo por ha no sistema de plantio direto. O qual vai ao encontro com resultados encontrados em trabalhos de Silveira e Silva (1996) e Urchei (1966), os quais observaram ligeira superioridade produtiva do plantio direto sobre o manejo convencional do solo no rendimento de grãos desta leguminosa.

Consequentemente, o sistema de plantio convencional desenvolvido por esse produtor teve como produtividade média 30 sacas de feijão por hectare. Essa média foi tanto do BRS carioca como do Pérola no sistema de plantio direto como no sistema convencional para a variedade BRS Estilo. Logo, os resultados encontrados nessa pesquisa se diferem dos trabalhos desenvolvidos por Mullins e Straw (1988), onde o efeito do plantio convencional foi significativo do manejo do solo com a aração no rendimento médio de grãos.

Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi analisar a produção no sistema de plantio direto e convencional da produção de feijão. A partir dos dados fornecidos pelo produtor pesquisado foram estimados custo médio, custo total, valor da venda da produção e renda líquida de cada sistema de plantio. Logo, parte da hipótese levantada foi confirmada porque os dados demonstraram que nas culturas de feijão no sistema plantio direto os resultados quanto à produtividade foram confirmados. Pois, foram superiores para o feijão roxo sendo de 2.5 sacas a mais do que a variedade BRS carioca Estilo no sistema de plantio convencional. A hipótese levantada sobre o lucro total foi confirmada, pois as variedades feijão roxo e jalo tiveram melhores preços na venda no mês de abril do que as variedades carioca BRS Estilo e Pérola vendidas no mês de junho.

Assim, diante dos resultados dos sistemas de plantio direto e convencional e as variedades de feijão plantadas vieram a comprovar a importância da análise entre os dois sistemas de plantio e as variedades escolhidas para plantação devem ser apropriadas para

cada região. Pois, pode-se considerá-las dentro instrumento de planejamento e gestão de uma propriedade, permitindo mensurar o sucesso da empresa rural em relação aos dois sistemas de plantio direto e convencional de feijão.

Referências

ALVARENGA, R.C.; CABEZAS, W.A.L.; CRUZ, J.C.; SANTANA, D.P. Plantas de cobertura de solo para sistema plantio direto. **Informe Agropecuário**, v.22, p.25-36, 2001.

CASTRO, J.F. As decisões Econômicas. In: **ENCICLOPÉDIA prática de economia: questões da teoria econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 2 v.

COBUCCI, T.; FERREIRA, F. A.; SILVA, A. A. Controle de plantas daninhas. In: ARAUJO, R. S.; RAVA, C. A.; STONE, L. F.; ZIMMERMANN, M. J. O. (Coord.). **Cultura do feijoeiro comum no Brasil**. Piracicaba: Potafós, 1996. p. 433-464.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Custos de produção agrícola Conab**. Brasília: Conab, 1996. (Coleção documentos de política agrícola, n. 4)

CASTRO, E. R. et al. **Teoria dos Custos**. In: SANTOS, M. L. et al. **Microeconomia Aplicada**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2009.

CASTRO, Juan Fernández de. As decisões Econômicas. In: **ENCICLOPÉDIA prática de FAO. Food balance sheets**. 2010. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/368/DesktopDefault.aspx?PageID=368#ancor>>. Acesso em: 23 jun. 2013

FAGERIA, N.K.; STONE, L.F. Produtividade de feijão no sistema plantio direto com aplicação de calcário e zinco. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.39, p.73-78, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HORNGREN, C. T. **Introdução à Contabilidade de Custos**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 de jun. 2014b

IEA. Instituto de Economia agrícola. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/bancodedados.html>. Acessado em 27 de jun de 2014.

KIKUTI, H; ANDRADE, M. J. B.; CARVALHO, J. G.; MORAES, A. R. **Teores de macronutrientes no feijoeiro em função de nitrogênio e de fósforo.** Disponível em < <http://www.cnpaf.embrapa.br/conafe/indices/trabalhos.htm> > Acesso em 11 jun. 2009.

KLUTHCOUSKI, J.; FANCELLI, A.L.; DOURADO-NETO, D.; RIBEIRO, C.M.; FERRARO, L.A. Manejo do solo e o rendimento de soja, milho, feijão e arroz em plantio direto. **Scientia Agricola**, v.57, p.1-14, 2000.

LOSS, W. R. Comercialização. In: COSTA, E.B. (Coord.). **Manual técnico para a cultura do café no Estado do Espírito Santo.** Vitória – ES: SEAG-ES, 1995. p. 136-150.

MELLO, N.T.C. de et al. **Proposta de nova metodologia de custo de produção do Instituto de Economia Agrícola.** São Paulo: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Instituto de Economia Agrícola, 1988, 13 p. (Relatório de pesquisa, 14/88).

MILLER JR., G. Tyler 1931. Ciência Ambiental/G Tyller Miller; Tradução all tasks; revisão tecnica Wellington Braz Carvalho Delliti.- São Paulo : Cengage Learning, 2013.

MULLINS, C.A.; TOMPKINS, F.D.; PARKS, W.L. Effects of tillage methods on soil nutrient distribution, plant nutrient absorption, stand and yield of snap beans and lima beans. **Journal of the American Society for Horticultural Science**, v.113, p.667-669, 1988.

NEVES, E. M.; ANDIA, L.H. **Noções de economia e administração agroindustrial**, Piracicaba: Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agronomia Luís de Queiroz, Departamento de Economia e Sociologia Rural, 1995, 273 p., (Didática, 96).

OLIVEIRA, M. D.; VEIGA FILHO, A. A. **Custos e rentabilidade econômica do plantio direto em sistema de rotação de grãos.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40, 2002, Passo Fundo, RS. **Anais** Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2002, v. 40, p. 1-12.

RAPASSI, R. ALVES, M. **Análise econômica comparativa após um ano de cultivo do feijoeiro irrigado, no inverno, em sistemas de plantio convencional e direto, com diferentes fontes e doses de nitrogênio.** *Bragantia* 62.3 (2003): 397-404.

SALTON, J.C.; HERNANI, L.; FONTES, C.Z. **Sistema plantio direto: o produtor pergunta, a Embrapa responde.** Brasília: Embrapa-SPI; Embrapa-CPAO, 1998.

SAMARAJEWA, K. B.; HORIUCHI, T.; OBA, S. Finger millet (*Eleusine corocana* L. Gaertn.) as a cover crop on weed control, growth and yield of soybean under different tillage systems. **Soil and Tillage Research**, v. 90, n. 1, p. 93-99, 2006.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** 2.ed. Rio de Janeiro: OP&A, 1999.

SILVA, A. A.; SILVA, J. F.; FERREIRA, F. A.; FERREIRA, L.R. **Controle de plantas daninhas.** Brasília: Abeas, 2000.

SILVA, C.C. da; DEL PELOSO, M.J. "**Informações técnicas para o cultivo do feijoeiro comum na Região Central-brasileira 2005-2007.**" 16. *Reunião da Comissão Técnica Central-brasileira de FeijãoGoiânia, GO (Brazil). 17-21 Oct 2005.* (2005).

SILVA, O. F. da; WANDER, A. E. **O feijão comum no Brasil passado, presente e futuro.** Santo Antônio de Goiás-GO: Embrapa Arroz e Feijão, 2013. (Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 287).

STONE, L.F.; MOREIRA, J.A.A. Efeitos de sistemas de preparo do solo no uso da água e na produtividade do feijoeiro. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.35, p.835-841, 2000.

SILVEIRA, P.M. da.; SILVA, J.G. da. Efeito do preparo do solo e da rotação de culturas sobre o rendimento do feijoeiro irrigado. In: REUNIÃO NACIONAL DE PESQUISA DE FEIJÃO, 5., Goiânia, 1996. **Anais.** Goiânia : EMBRAPA, CNPAF, 1996. v.1., p.462-464. (Documentos, 69).

URCHEI, M.A. **Efeitos do plantio direto e do preparo convencional sobre alguns atributos físicos de um Latossolo Vermelho escuro argiloso e no crescimento e produtividade do feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.)** sob irrigação. Botucatu, 1996. 131p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Agrônomicas - Campus de Botucatu, Universidade Estadual Paulista.

VARIAN, H. R. **Microeconomia–Princípios Básicos.** "7ª edição, Editora Campos." *São Paulo* (2006).

VASCONCELOS, M. A. S; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VEGRO, C. L. R. et al. Sistemas de produção e competitividade na cafeicultura paulista. In: ZAMBOLIM, L. (Coord.). **Café: produtividade, qualidade e sustentabilidade.** Viçosa-MG: UFV, 2000. p,1-25.

VIEIRA, Clibas. **Feijão:** adubação mineral e calagem. 2. ed. atual. Universidade Federal de Viçosa, 2006.

VIEIRA, E.H.N.; YOKOYAMA, M. Colheita, processamento e armazenamento. In: _____. **As sementes de feijão:** produção e tecnologia. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2000. p.233-248.

**Indicações Geográficas:
Potencialidades do Mel do
Território do Jalapão, Estado
do Tocantins, Brasil**

**Paulo Tizoni Paraná¹
Alcido Elenor Wander²**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo expor aspectos e características diferenciadas que podem sugerir que o mel do Território do Jalapão, no Estado do Tocantins, venha a ser um produto com Indicação Geográfica (IG). A condição de IG poderá contribuir para o fortalecimento da economia local e regional, pela melhoria da produção e profissionalização da comercialização, proporcionando crescimento e qualidade de vida aos pequenos produtores, criando assim um elemento de competitividade no agronegócio, para o Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Indicação Geográfica; Desenvolvimento Regional; Arranjo Produtivo Local.

Introdução

Encontra-se em andamento um estudo da cadeia produtiva do mel em Território da Cidadania do Jalapão, no Estado do Tocantins, aderente ao modelo de desenvolvimento Regional do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo como objetivo o fortalecimento das cadeias produtivas a partir do pequeno produtor, propiciando a reestruturação e o fortalecimento da agricultura familiar.

O estudo em evidência descreve um modelo de produção do mel e a forma como tramita dentro da cadeia até chegar ao consumidor final. Paralelamente ao estudo que contempla o aspecto da produção, da colheita, do processamento em laboratório e da comercialização do mel, foi constituída uma equipe multidisciplinar que assessora o pequeno produtor. Esta equipe considera o viés da sustentabilidade bem como expertises que cadastram a flora apícola a fim de ter conhecimento e avaliar a amalgama floral que influencia na qualidade e sabor diferenciado de um produto que dado às condições geográficas, com a flora e a fauna preservada, que é privilegiada pelo fato de não sofrer

¹ Administrador, Discente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA). Email: paulotparana@yahoo.com.br

² Embrapa Arroz e Feijão, Santo Antônio de Goiás - GO & Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA). Email: alcido.wander@embrapa.br

interferência de ordem química, o que possibilita a priori uma Indicação Geográfica (IG) do mel do Jalapão.

Conforme o INPI (2014), as Indicações Geográficas se referem a produtos ou serviços que tenham uma origem geográfica específica. Seu registro reconhece reputação, qualidades e características que estão vinculadas ao local. Como resultado, elas comunicam ao mundo que uma certa região se especializou e tem capacidade de produzir um artigo diferenciado e de excelência.

O trabalho visa expor aspectos e características diferenciadas que podem sugerir que o mel do Território do Jalapão, no Estado do Tocantins, venha a ser um produto com IG. Esta condição contribuirá para o fortalecimento da economia local e regional, pela melhoria da produção e a profissionalização da comercialização, proporcionando crescimento, e qualidade de vida aos pequenos produtores, criando assim elementos de competitividade ao agronegócio, para o Estado do Tocantins. O trabalho está estruturado em introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, e considerações finais.

1. Referencial Teórico

A biodiversidade do Cerrado inclui cerca de 10.000 espécies de plantas, 161 de mamíferos, 837 de aves, 120 de répteis e 150 de anfíbios (MYERS *et al.*, 2000). A fitofisionomia cerrado, no sentido lato, ocupa cerca de 85% da área total coberta pelo Bioma Cerrado, e os outros 15% seriam ocupados por corpos d'água e outros tipos de vegetação. É considerada por especialistas como sendo a savana de maior proporção do planeta e a mais rica em espécies do mundo (HOTSPOT, 2000).

A região do Jalapão é dominada por fisionomias campestres com manchas de formações savânicas, com predominância de cerrado ralo. Quase toda a cobertura ocorre sobre substrato arenoso, variando somente em relevo, profundidade e drenagem. Em alguns locais ocorrem afloramentos rochosos em que se pode observar o adensamento do estrato arbóreo, caracterizando cerradões. Matas de galerias são raras e em pouco locais chegam a ultrapassar os limites de 10m em cada margem do curso d'água (SEPLAM, 2003). Nas cabeceiras dos cursos d'água são bem comuns veredas rodeadas por campos úmidos, que formam faixas de ocorrência quase que paralelas ao curso d'água adjacente, em zonas de veredas e formações savânicas (SCHMIDT, 2005).

A região do Jalapão faz parte do bioma Cerrado. É reconhecida como sendo uma área com boa preservação segundo avaliação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e está definida como área de extrema importância e urgência para fins de conservação (MMA, 2007). Apenas 3,88% da superfície ocupada pelo Cerrado faz parte de Unidade de conservação (MICOSYS, no prelo), e dentre elas estão duas áreas contíguas no Tocantins: Geral de Tocantins, com 716.306 ha, e o Parque Estadual do Jalapão, com 158.885 ha. Essas duas áreas representam a maior área contígua protegida de Cerrado no mundo (CI, 2002).

Segundo Eiten (1993), no Brasil há cinco expressivas e diferenciadas vegetações, sendo: a Floresta Amazônica ao norte; o Cerrado no Brasil Central; a Floresta Atlântica e a Caatinga no Nordeste, que antes perfazia uma extensa faixa que ia do Nordeste ao Sul do país; e as Pradarias de campos limpos, ou Pampas, localizadas na Região Sul. O Cerrado é o

segundo maior bioma brasileiro em área. Recobre aproximadamente 2 milhões de Km², que representa 22% da superfície do Estado Brasileiro (OLIVEIRA-FILHO e RATTER, 1997).

Conforme registros no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), quando da elaboração do Plano Nacional para o Fortalecimento das Cadeias Produtivas, que sustenta a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o Território Jalapão conta com oito municípios e uma população de 28.561 habitantes, dos quais 12.019 vivem no meio rural, sendo 42% da população vinculada a 2.073 estabelecimentos de agricultura familiar, 183 famílias assentadas e quatro comunidades quilombolas. A densidade populacional da região é extremamente baixa, entre 0,3 e 0,7 habitantes/km², e a maior parte vive na zona rural.

A concretização da IG trará benefícios incomensuráveis ao produtor que é a proteção e a segurança de se ter um produto e/ou serviço que tem sua diferenciação caracterizada por uma região/localidade levando em conta suas especificidades. Isso assegurará a autenticidade da IG, o que dá credibilidade ao produto e/ou serviço, abrindo oportunidades em mercados promissores.

2. Metodologia

Foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema Indicações Geográficas (IG) e foram incorporados dados de um diagnóstico do arranjo produtivo local do mel na região do Jalapão (Estado do Tocantins), com vistas a potencializar as atividades existentes na região. Trata-se de uma análise exploratória, de caráter qualitativo, na qual é feita uma discussão acerca do tema diferenciação de produtos locais, com atributos de qualidade diferenciados, como acredita-se que seja o mel produzido na região do Jalapão (Estado do Tocantins).

3. Resultados e discussão

A região do cerrado se constitui a partir da variação do clima associado ao relevo e ao solo, formando assim espécies melíferas e poliníferas que destacam o mel do Jalapão se comparado com o mel produzido em outras regiões do Brasil e do mundo.

Há que se considerar que o cerrado tem uma vegetação atípica com uma flora própria só encontrada em nosso país no Estado do Tocantins em Território do Jalapão. No Brasil, as IGs podem ser de duas espécies: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO).

O interesse maior para IG é atingir o consumidor, levando ao mesmo uma informação que faz o diferencial do mel do cerrado tocantinense, considerando aspectos de ordem geográfica e de qualidade do produto em função de sua origem.

Assim, ter-se-á um diferencial competitivo que efetiva a fidelização do cliente, uma vez que o produto estará etiquetado com a IG, o que assegura o consumo de um produto seguro e de qualidade evidenciando as especificidades regionais. Este aspecto facilita o processo de comercialização e a inserção em mercados diversos (regional, nacional e internacional), já que o mesmo reúne os elementos que o tornam competitivo, principalmente para o mercado externo.

Toda atividade necessariamente tem o seu enquadramento de ordem fiscal, uma vez que produtos e serviços são tributáveis e desta forma estão atrelados a normas e regras

ditadas pelos órgãos competentes. No caso da IG a que se faz referência nesta matéria, também há uma regulamentação exigida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), embasado no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs).

O Quadro 1 apresenta o conjunto de leis que regulam, normatizam e orientam os procedimentos necessários para se obter uma IG no Brasil, bem como a comercialização de produtos certificados.

Quadro 1: Legislação relacionada a propriedade industrial, tratados internacionais e obtenção de Indicações Geográficas (IG) no Brasil

Legislação	Objeto
Decreto nº 1.355, de 30/12/1994 (DOU 31/12/1994, Seção I, Suplemento ao N.248-A)	Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs).
Convenção da União de Paris, 1880 e revisões posteriores.	Convenção da União de Paris para proteção da propriedade industrial.
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Presidência da República.	Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.
Instrução Normativa INPI nº 25/2013, de 21/08/2013	Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas.

Fonte: INPI (2014).

Pode-se afirmar que o conjunto de leis apresentadas são partes de ferramentas que viabilizam com segurança os procedimentos para instituir a IG dentro do viés da sustentabilidade, protegendo os produtos específicos de determinada região, contra falsificações, fortalecendo a procedência e a reputação do mesmo.

São aspectos importantes que contribuem para uma diferenciação, aumentando o valor agregado do mesmo, estimulando a produção e os investimentos, já que a IG cria identidade, tradição e reputação ao produto ou serviço que passa a encorpar o fator competitividade.

Os benefícios de uma IG são diversos, Cerdan *et al.* (2010, p.42) destacam algumas:

- Gera satisfação ao produtor, que vê seus produtos comercializados no mercado com a IG, valorizando o território e o conhecimento local;
- Facilita a presença de produtos típicos no mercado, que sentirão menos a concorrência com outros produtores de preço e de qualidade inferiores;
- Contribui para preservar a diversificação da produção agrícola, as particularidades e a personalidade dos produtos, que se constituem num patrimônio de cada região e país;
- Aumenta o valor agregado dos produtos, sendo que o ciclo de transformação se dá na própria zona de produção;
- Estimula a melhoria qualitativa dos produtos, já que são submetidos a controles de produção e elaboração;

- Aumenta a participação no ciclo de comercialização dos produtos e estimula a elevação do seu nível técnico;
- Permite ao consumidor identificar perfeitamente o produto nos métodos de produção, fabricação e elaboração do produto, em termos de identidade e de tipicidade da região;
- Melhora e torna mais estável a demanda do produto, pois cria uma confiança do consumidor que, sob a etiqueta da IG, espera encontrar um produto de qualidade e com características determinadas;
- Estimula investimentos na própria zona de produção (novos plantios, melhorias tecnológicas no campo e na agroindústria);
- Melhora a comercialização dos produtos, facilitando o acesso ao mercado através de uma identificação especial; isso se constata, especialmente, junto às cooperativas ou associações de pequenos produtores que, via de regra, possuem menor experiência e renome junto ao mercado;
- Gera ganhos de confiança junto ao consumidor quanto à autenticidade dos produtos, pela ação dos conselhos reguladores que são criados e da autodisciplina que exigem;
- Facilita o marketing, através da IG, que é uma propriedade intelectual coletiva, com vantagens em relação à promoção baseada em marcas comerciais;
- Promove produtos típicos;
- Facilita o combate à fraude, ao contrabando, à contrafação e às usurpações; e
- Favorece as exportações e protege os produtos contra a concorrência desleal externa.

Temos diversos casos tanto no Brasil como em outras localidades do globo que ressaltam os muitos benefícios daqueles que ousam investir no caminho da IG.

Alguns dos exemplos mais exitosos de IGs no mundo são os seguintes:

- França:
 - Champagne: vinhos espumantes;
 - Bourdeaux: vinhos tintos;
 - Rochefort, Comté, Cantal, Camembert: queijos;
 - Cognac: destilado de vinho branco;
- Portugal:
 - Porto: vinho;
 - Serra da Estrela: queijo;
- Itália:
 - Parma: presunto;
 - Parmigiano Reggiano; queijo parmesão;
 - Grana Padano: queijo;

- Espanha:
 - Pata Negra: presunto cru;
 - Alicante e Jijona: torrões;
 - Cea: pão artesanal;
 - Montes de Toledo: azeite de oliva;

- África:
 - Galmi: cebola violeta do vale do Ader, no Sudeste do Níger;
 - Os chás do Quênia;

- América Latina:
 - O café da Colômbia;
 - O pisco no Peru;
 - A tequila e o café vera cruz no México;
 - O café Blue Mountain da Jamaica;
 - Os charutos de Cuba.

Pela experiência de IGs na Europa, este instrumento representa uma poderosa estratégia de desenvolvimento regional, especialmente para regiões menos favorecidas em recursos naturais.

No Brasil, o registro de IGs é recente. Os primeiros exemplos de IGs brasileiras foram:

- “Vale dos Vinhedos” - Vinhos tinto, branco e espumante, no RS, reconhecida em 2002;
- “Região do Cerrado Mineiro” – Café, em MG, reconhecida em 2005;
- “Pampa Gaúcho da Campanha Meridional” – Carne bovina e seus derivados, no RS, reconhecida em 2006;
- “Paraty” - Aguardentes, tipo cachaça e aguardente composta azulada, no RJ, reconhecida em 2007.

A partir de 2011 houve um expressivo crescimento do número de IGs reconhecidas no Brasil. Conforme informações do INPI (2014), o Brasil possuía 39 IGs em 14/10/2014. Destas, 31 eram Indicações de Procedência (IP) e 8 eram Denominações de Origem (DO).

Tendo em vista os exemplos acima dos casos mais famosos de IGs no mundo, quando se atinge o mercado internacional conta-se com o apoio e proteção jurídica Convenção de Paris – CUP 1983; o Acordo de Madri em 1981 e o Acordo TRIPS em 1995.

Desta forma, uma vez que o produto sai do padrão de uma avaliação comum tanto pelo produtor como para os mercados onde se posiciona o consumidor final, tendo assim, agregação de valor ao produto ou serviço. Isto o torna incomum, que passa a ser um fator de diferenciação, quando comparado com outros produtos similares, preservando-se assim as particularidades do produto ou serviço, bem como o patrimônio específico da região. A consequência é o fortalecimento econômico como um todo, pelo natural estímulo de investimento na área de abrangência delimitada pela IG, trazendo benefícios diversos que atende em um primeiro momento a valorização do produto, tendo impacto econômico, social, tecnológico e ambiental.

O que diferencia o mel do Jalapão dos méis do Brasil e do mundo é a flora apícola oriunda do cerrado, que abriga uma vegetação própria, cuja característica é única no planeta (ICM BIO, 2015), não tendo algo similar, isto por si só recomenda a IG, que trará inúmeros benefícios para a região, sendo:

- Social: propicia a inclusão social, pelo aproveitamento da mão de obra local, proporcionando qualidade de vida;
- Econômico: geração de emprego, renda, fortalecimento da economia local, regional e conseqüentemente, resguardadas as devidas proporções, também no cenário nacional e internacional;
- Ambiental: a atividade da apicultura não traz qualquer agressão ao meio ambiente, desta forma ocorre naturalmente a preservação das espécies floríferas nativas, adequado aproveitamento e destinação dos resíduos melhorando a interação do homem com o meio ambiente;
- Tecnológico: pelo aprimoramento do processo produtivo com base nas novas tecnologias de produção.

A produção tocantinense junto ao cenário nacional contribui com 124.827kg (2012). Não é feita a divulgação de dados separados, específicos para a região do Jalapão, apenas para municípios isolados. Pesquisa recente feita na região do Jalapão (Projeto JALAMEL³) identificou 246 apicultores detentores de aproximadamente 690 colmeias, os quais produzem de forma artesanal em média 4 safras anuais com até 12kg por safra, nestas condições a produção do Jalapão está em torno de 33.120 toneladas/ano.

Tabela 1 - Produção de Mel (toneladas) nos Estados da Região Norte - 2008 a 2012

Região Norte e Estados	Produção (toneladas)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	37.836.434	39.029.631	38.072.673	41.792.775	33.931.503
Norte	857.270	821.058	921.781	946.072	926.149
Rondônia	1º 160.600	1º 168.403	1º 171.990	1º 184.770	1º 175.673
Acre	5º 5.060	5º 5.966	5º 5.203	5º 5.289	5º 6.300
Roraima	3º 132.530	2º 133.125	3º 133.560	3º 132.135	2º 131.986
Amapá	4º 7.753	4º 7.599	4º 7.752	4º 8.104	4º 8.305
Tocantins	2º 134.864	3º 129.885	2º 156.171	2º 153.485	3º 124.827

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2014).

Pela tabela 1, observa-se que o Tocantins, em relação à região norte, tem um bom desempenho, mantendo-se como o 2º maior produtor da Região Norte em 2008, 2010 e

³ O JALAMEL é um dos projetos incluídos no projeto Tecnologias Sociais desenvolvido pelas instituições UFT, Unitins, Unirg, IFTO, financiado pelo Finep – Financiadora de Estudos e Projetos com contrapartida e gerência administrativa e financeira da SECT – Secretaria Estadual da Ciência e Tecnologia.

2011; em 2009 ficou em 3º lugar; e 2012 figura como 3º maior produtor, já com o uso das novas tecnologias de produção, considerando 25kg por safra e tendo 4 (quatro) colheitas anuais, a produção do Jalapão dá um salto para 69.000 toneladas. Isso coloca o Tocantins como sendo o maior produtor da região norte e melhorando significativamente a contribuição junto ao cenário nacional.

Quanto à comercialização do mel na região do Jalapão, 87% é destinado ao varejo, sendo que 97% desse quantitativo é vendido ao consumidor final com as vendas feitas na própria residência, já 10% vai para o atacado, através de intermediários ou diretamente vendidos a supermercados, feiras municipais locais e 3% destinados às vendas, para atender encomendas, porta-a-porta e outras formas, segundo dados do Projeto JALAMEL.

Ainda não é possível afirmar de quanto seria o acréscimo no valor de comercialização do produto com um possível reconhecimento de uma IG. O que é percebido são acréscimos que variam entre 30% e 300% em relação ao valor do mesmo produto sem a IG (CERDAN et al., 2010). Fato é que, com o selo de uma IG, o produto pode ser comercializado mundialmente e, assim, abrem-se novas oportunidades de mercado para este produto, tão importante para a região do Jalapão.

Considerações finais

Com a IG, busca-se o estabelecimento de qualidade e leva-se em conta o aspecto histórico e as características específicas próprias que permitem o nascimento de um produto inconfundível já que o mesmo passa a ter uma identificação que assegura o direito de propriedade de marcas e patentes.

O mel do território tocantinense reúne todos os elementos que o recomendam para a busca da IG. No entanto, a busca de uma IG é produto de muito esforço, que tem por base reconhecer a diferenciação de seu produto como forma de valorização que faz a distinção entre um produto comum e o produto certificado, que automaticamente tem o seu potencial competitivo inegável.

Após avaliadas as condições da região, segue-se um diagnóstico com o fim específico ao final do qual tem-se a leitura que poderá ou não referendar a busca pelo reconhecimento e a implementação da IG para um determinado produto.

Referências

CERDAN, C.M.; BRUCH, K.L.; SILVA, A.L. da (Orgs.). **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica**. 2ª ed. Brasília: MAPA, Florianópolis: SEAD/UFSC/FAPEU, 2010. 376p.

EITEN, G. The cerrado vegetation of Brazil. **Botanical Review**, v.38, n.2, p.201-341, 1972.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2014.

ICMBIO. **Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/pt/biodiversidade-3/fitofisionomias.html?showall=1>>. Acesso em 14 fev. 2015.

INPI. **Indicação Geográfica**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

OLIVEIRA, P.S. MARQUIS, R.J. **The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of neotropical savanna**. 2002.

SANTOS, C.F. **Avaliação do período de florescimento das plantas apícolas no ano de 1960, através do pólen contido nos méis e dos coletados pelas abelhas (*Apis mellifera* L.)**. An. ESALQ, Piracicaba, n.21, p.253-261, 1964.

SCHMIDT, I.B. **Etnobotânica e ecologia populacional de *Syngonanthus nitens*: "sempre-viva" utilizada para artesanato no Jalapão, TO**. Programa de Pós Graduação em Ecologia. Universidade de Brasília, Brasília. 2005.

Normas para publicação de artigos

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás e de todo o País.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial. A avaliação é cega (sem identificação dos autores) e em pares, e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo e abstract contendo no máximo 10 linhas cada e palavras-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Myriad Pro ou Arial, tamanho 11, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues ao IMB, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjunturagoiana@segplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto também devem ser enviadas como anexo;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem sequencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR.10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Segplan – GO.

**CONJUNTURA
ECONÔMICA
GOIANA**

Boletim trimestral | **32**
Março - 2015



SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
GOIÁS

Juntos, já fizemos muito e faremos mais.